



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS CAMPUS - VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS**

ALIDÉIA OLIVEIRA RODRIGUES

**MULHERES LAVRADORAS:
MODOS INVENTIVOS DE (RE)EXISTÊNCIA EM COMUNIDADES
RURAS DO SEMIÁRIDO BAIANO**

Caetité - Bahia

2022

ALIDÉIA OLIVEIRA RODRIGUES

**MULHERES LAVRADORAS:
MODOS INVENTIVOS DE (RE)EXISTÊNCIA EM COMUNIDADES
RURAS DO SEMIÁRIDO BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra.

Orientadora: Professora Dr^a Maria Lúcia Porto Silva Nogueira.

Caetité - Bahia
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Oliveira Rodrigues, Alidéia

Mulheres Lavradoras: Modos inventivos de (re)existência em Comunidades Rurais do Semiárido Baiano / Alidéia Oliveira Rodrigues. - Caetité, 2022.
187 fls : il.

Orientador(a): Dra. Maria Lúcia Porto Silva Nogueira.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ensino,
Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI. 2022.

1.Mulheres. 2.Lavradoras. 3.Gênero. 4.Agência coletiva. 5.Semiárido.

CDD: 303



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO,
LINGUAGEM E SOCIEDADE



FOLHA DE APROVAÇÃO

"MULHERES LAVRADORAS: MODOS INVENTIVOS DE (RE)EXISTÊNCIA EM COMUNIDADES RURAIS DO SEMIÁRIDO BAIANO"

ALIDÉIA OLIVEIRA RODRIGUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 13 de dezembro de 2021, com nota 10,00 (dez).

Professora Dra. MARIA LÚCIA PORTO SILVA NOGUEIRA
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em História Social
Universidade de São Paulo

Professor Dr. ELIZEU PINHEIRO DA CRUZ
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia

Professora Dra. ISADORA LIMA MACHADO
Universidade Federal da Bahia – UFBA
Doutorado em Linguística
Universidade Estadual de Campinas

Dedico este trabalho às mulheres lavradoras que, com seus modos inventivos, subverteram opressões, produziram alimentos e, por meio de trabalho, afeto e cuidado, teceram vidas. Entre elas, Selvina (*In memorian*), minha avó paterna, mulher forte e amorosa a quem devo a “casa e a possibilidade” de ter estudado; minha avó Luzia (*In memorian*), a quem vi, quando ainda criança, enfrentar os arroubos do machismo. E a todas que dão continuidade a este percurso. Dedico à minha mãe Maria das Virgem, que, desde muito cedo, sempre me deixou voar.

(...)
Você não sabe o quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei ei ei ei

(...)
A vida ensina e o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé o dia-a-dia encontro solução...

A Estrada – Cidade Negra - Paulo Gama / Toni Garrido / Lazão / Bino Farias

D. Selvina, Luzia e Maria Carla

Uma história pequenininha de significado grandão...

Era por volta das 6 da manhã, quando D. Selvina, 72 anos, cabelos esbranquiçados, rosto enrugado, mas pele viçosa, moradora da Comunidade de Madalena, que ficava cravada nas serras do Alto Sertão baiano, cumprindo o ritual de todos os dias, após sentar na cama, benzeu-se e depois levantou, lavou o rosto e foi fazer café. Antes de pôr a água para esquentar, abriu a janela da cozinha e espantou-se com o sol arregalado. Como costuma fazer, resmungou: - Eita sol que vai ser quente hoje! Mas no tempo dela, a chuva chega. - completou.

Tão logo fez o café, enquanto bicava o preto saboroso, foi à porta do quarto da filha Luzia e a chamou com voz forte: - Acorda, Luzia! Já é dia! Logo depois, foi à porta do quarto da neta e chama Maria Carla, também bradando: -Levanta, Carlinha! Que não é hora de gente trabalhadeira dormir mais não. Deus ajuda quem madruga. A não madrugar ao menos é não deixar meidiar! Levanta para fazer suas tarefas de escola!

Aquela casa era conhecida como a casa das três mulheres, mas na verdade eram seis. D. Selvina teve cinco filhas. Trabalhou a vida toda para criar as filhas. O marido bandeou-se para São Paulo para trabalhar e, num certo tempo, foi e lá ficou. D. Selvina, além de criar as filhas, agora ajuda criar as netas.

Maria Carla, ou Carlinha, e Luzia, sua mãe, moram com D. Selvina desde que o pai de Carlinha encantou-se. Aí pronto: Virou a casa das três Mulheres!

Pense numa casa iluminada? O terreiro bem cuidado, animais bem tratados, plantas por todos os lados. De lá, além de um monte de outras coisas, sabe-se da fama do requeijão e que D. Selvina tem uma fama de mulher boa de negócio! O negociar os mantimentos, porcos, galinhas, gado e tudo mais que garantia o sustento da família, ela tirava de letra. Nunca foi à escola, mas aprendeu assinar o nome. Homem que não fica esperto, não! E na feira ou na vizinhança, ai de quem tentasse enganar D. Selvina na hora de negociar...

E pense numa velha querida e respeitada na Comunidade? Pronto: esta é D. Selvina. Eis aí, entre tantos outros, modos inventivos de (re)existência no Sertão afora.

Alidéia Oliveira Rodrigues

AGRADECIMENTOS

Ao final de um percurso dessa natureza, o pensamento viaja e muitas memórias se misturam. Logo, manifesto minha gratidão:

À minha mãe, Maria das Virgem Alves Oliveira, e ao meu pai, José Maria Duca Rodrigues, por empreenderem esforços para que, ainda criança, eu pudesse continuar meus estudos, quando isso significava privá-los da minha convivência. Sem aqueles primeiros passos, não haveria as chegadas de agora. À minha avó Selvina (*in memorian*) e aos familiares que me acolheram em Caetitê, tornando a minha escolarização possível, quando tantas pessoas da minha geração não tiveram essa oportunidade.

Ao PPGELS e às pessoas que o fizeram/fazem acontecer, pela oportunidade de vermos e sermos parte de um Mestrado no Alto Sertão. Às professoras e professores que continuam, por meio da educação, a marcha contra as opressões e em prol das transformações necessárias e utopias sonhadas.

Às mulheres interlocutoras e outras pessoas das Comunidades de Capoeirão e Careta, que aceitaram e contribuíram no processo de efetivação desta pesquisa, que é também para elas.

À Equipe Gestora, colegas e estudantes do CEAF, pelo incentivo e pela compreensão quando as ausências se tornaram necessárias.

Às amigas e amigos da Associação Divina Providência, pela confiança, compreensão e oportunidades que fizeram toda a diferença.

Aos colegas e amigos e demais pessoas que, de algum modo, me ajudaram, incentivaram e/ou manifestaram algum zelo por mim. Vocês saberão se reconhecer aqui!

À Professora Isadora Lima Machado, pela gentil aceitação para participar da banca e pelas valiosas e assertivas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

Ao Professor Elizeu Pinheiro da Cruz, pelas proposições valorosas enquanto examinador, como também pelos saberes compartilhados e pelo desvelo humanizado e humanizante no decurso do Mestrado.

À minha querida orientadora, professora Maria Lúcia Porto Silva Nogueira, que fazendo uma orientação cuidadosa, respeitou minhas escolhas e autonomia. E para além de profissional competente, com quem muito aprendi, sempre foi paciente e compreensiva para comigo, com imensa capacidade de escuta, o que fez toda a diferença para o meu percurso. Obrigada pela amizade.

À Naira, ao Daniel e à Laura, depois agraciados com a chegada de Antônio, pelos tantos e afetuosos acolhimentos.

A Mark, Luiz Flávio e Fagner Mateus, pelos afetos revigorantes. Cada “Eu te amo” me impulsionou poderosamente!

Sonho – Beatriz Nascimento
A todas as mulheres pretas espalhadas pelo mundo, a todas as demais mulheres e a Isabel Nascimento,
Regina Timbó e Marlene Cunha/1989.
Seu nome era dor
Seu sorriso
dilaceração
Seus braços e pernas, asas
Seu sexo seu escudo
Sua mente libertação
Nada satisfaz seu impulso
De mergulhar em prazer
Contra todas as correntes
Em uma só correnteza
Quem faz rolar quem tu és?
Mulher!...
Solitária e sólida
Envolvente e desafiante
Quem te impede de gritar
Do fundo de sua garganta
Único brado que alcança
Que te delimita
Mulher!
Marca de mito embotável
Mistério que a tudo anuncia
E que se expõe dia-a-dia
Quando deverias estar resguardada
Seu ritus de alegria
Seus véus entrecruzados de velharias
Da inóspita tradição irradias
Mulher!
Há corte e cortes profundos
Em sua pele em seu pelo
Há sulcos em sua face
Que são caminhos do mundo
São mapas indecifráveis
Em cartografia antiga
Precisas de um pirata
De boa pirataria
Que te arranques da selvageria
E te coloque, mais uma vez,
Diante do mundo

(Nascimento, 2015, p. 32)

RESUMO

Tematizar gênero e seus atravessamentos em análises acadêmicas e/ou políticas é um dos percursos necessários às pessoas que são comprometidas com a defesa dos direitos de forma ampla, democrática e irrestrita. Situado neste campo, este texto se propõe a apresentar, a partir da perspectiva do gênero enquanto categoria analítica (SCOTT, 1995), uma pesquisa desenvolvida com mulheres lavradoras das comunidades rurais Careta e Capoeirão, ambas do município de Ibiassucê, Bahia, Alto Sertão (Semiárido) baiano. O estudo tem como principal objetivo analisar a agência coletiva de mulheres lavradoras dos grupos pesquisados, seus reflexos nas relações de gênero e no cotidiano comunitário, somando-se a ele o propósito de elucidar a trajetória de construção dessa agência, bem como o de investigar a contribuição da assistência técnica desenvolvida na promoção do protagonismo de mulheres e, ainda, contribuir com o processo de formação/educação na perspectiva do diálogo para a transformação das relações de gênero. Ancorada na decolonialidade (LUGONES, 2018, PAREDES CARVAJAL, 2006; 2019, SANTOS, 2018), e por meio da pesquisa de natureza qualitativa, a presente pesquisa busca denunciar opressões coexistentes no Sistema Mundo Moderno/Colonial e a invisibilização das mulheres pesquisadas e outras mais, recorrendo, para tanto, além das autoras citadas, a referências do campo dos estudos de gênero e afins, como Rago (1998), Haraway (1995), Hirata (2014), Dias (1992) Collins (2017), Crenshaw (2002), Akotirene (2019), Gonzalez (1988), Carneiro (2005). As principais fontes utilizadas foram as entrevistas semiestruturadas e Rodas de Conversa. O trabalho busca evidenciar os modos inventivos das participantes, no processo de (re)existência nos territórios onde vivem, numa construção processual cuja experiência tem impactado as relações de gênero no âmbito familiar e comunitário, contribuindo para questionamentos aos padrões de dominação masculina e atitudes machistas. Este é um dos caminhos possíveis para ampliar a visibilização e o reconhecimento das mulheres, das suas potencialidades inventivas e transformadoras, demonstrando a força da ação coletiva.

Palavras-chave: Mulheres. Lavradoras. Agência coletiva. Gênero. Semiárido.

RESUMEN

Tematizar género y sus atravesamientos en análisis académicos y/o políticos es uno de los caminos necesarios para las personas comprometidas con la defensa de los derechos de forma amplia, democrática e irrestricta. Situado en este campo, este texto pretende presentar, a partir de la perspectiva de género como categoría analítica (SCOTT, 1995), una investigación realizada con mujeres labradoras de las comunidades rurales de Careta y Capoeirão, ambas del municipio de Ibiassucê, en el Alto Sertão (Semiárido) de Bahia, Brasil. El estudio tiene como principal objetivo analizar la actuación colectiva de mujeres labradoras de los grupos investigados, sus reflejos en las relaciones de género y en el cotidiano comunitario, sumándosele el propósito de elucidar la trayectoria de construcción de esa actuación, bien como investigar la contribución de la asistencia técnica realizada en la promoción del protagonismo de las mujeres y, también, contribuir con el proceso de formación/educación en la perspectiva del diálogo para la transformación de las relaciones de género. Acorada en la decolonialidad (LUGONES, 2018, PAREDES CARVAJAL, 2006; 2019, SANTOS, 2018) y por medio de la investigación de naturaleza cualitativa, buscamos denunciar opresiones coexistentes en el Sistema Mundo Moderno/Colonial y en la invisibilización de las mujeres investigadas y otras, recurriendo, para tanto, además de las autoras citadas a las referencias del campo de los estudios de género y afines, como Rago (1998), Haraway (1995), Hirata (2014), Dias (1992) Collins (2017), Crenshaw (2002), Akotirene (2019), Gonzalez (1988), Carneiro (2005). Las principales fuentes utilizadas fueron las entrevistas semiestructuradas y los Círculos de Conversación. El trabajo busca evidenciar los modos inventivos de las participantes en el proceso de (re)existencia en los territorios donde viven, en una construcción procesual, cuya experiencia ha impactado las relaciones de género en el ámbito familiar y comunitario, contribuyendo al cuestionamiento de normas de dominación masculina y actitudes machistas. Este es uno de los caminos posibles para ampliar la visibilización y el reconocimiento de las mujeres, de sus potencialidades inventivas y transformadoras, demostrando la fuerza de la acción colectiva.

Palabras clave: Mujeres. Labradoras. Actuación colectiva. Género. Semiárido.

ABSTRACT

Thematizing gender and its passages in academic and/or political analyses is one of the necessary paths for people who are committed to the defense of rights in a broad, democratic, and unrestricted way. Located in this field, this work proposes to present, from the perspective of gender as analytical category (SCOTT, 1995), an investigation developed with women farmers from the Careta and Capoeirão rural communities, both in the municipality of Ibiassucê, Alto Sertão (Semi-arid region) in Bahia, Brazil. The main objective of the investigation is to analyze the collective agency of women farmers of the researched groups, its reflections on gender relations and community life, besides elucidating the trajectory of the construction of this agency, as well as investigating the contribution of technical assistance developed in promoting the protagonism of women and contributing to the training/education process from the perspective of dialogue for the transformation of gender relations. Anchored in decoloniality (LUGONES, 2018, PAREDES CARVAJAL, 2006; 2019, SANTOS, 2018), and through qualitative research, this investigation seeks to denounce coexisting oppressions in the Modern/Colonial World System and in the invisibilization of the surveyed women and other ones, using, besides the aforementioned authors, the references of the field of gender studies and related ones, such as Rago (1998), Haraway (1995), Hirata (2014), Dias (1992) Collins (2017), Crenshaw (2002), Akotirene (2019), Gonzalez (1988), Carneiro (2005). The main sources used were semi-structured interviews and Conversation Circles. Our work attempts to highlight the inventive ways of the participants in the process of (re)existence in the territories where they live, in a process construction, whose experience has impacted gender relations in the family and community sphere, in order to contribute to question the patterns of male domination and sexist attitudes. This is one of the possible paths to increase the visibility and recognition of women, of their inventive and transformative potential, demonstrating the strength of collective action.

Keywords: Women. Women Farmers. Collective agency. Gender. Semiarid.

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CEDOC	Centro de Documentação Dom Tomás Balduino
COOTRAF	Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
HA	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, <i>queer</i> , intersexo, assexuais e outras
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento de Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
P1+2	Programa Uma terra e Duas Águas
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com a nova delimitação do Semiárido - 2005	80
Figura 3 - Mapa da espacialização da concentração da terra na Bahia – 2006	90
Figura 4 - Mapa de implementação de tecnologias sociais de captação de água de chuva....	105
Figura 5 - Gráfico com montante de recursos destinados ao Programa Cisternas entre 2003 e 2019	106
Figura 6 - Anexo I - Mapa dos Territórios de Identidade 2018 do Estado da Bahia.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidade Careta.....	121
Quadro 2 - Comunidade Capoeirão.....	122
Quadro 3 - Parâmetros para a realização das Rodas de Conversa.....	132
Quadro 4 - Autodeclaração da cor das entrevistadas.....	137

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 GÊNERO: CATEGORIA ACADÊMICA E POLÍTICA COMO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO ÀS MÚLTIPLAS OPRESSÕES.....	37
2.1 O conceito e suas engrenagens	38
2.2 Dimensão acadêmica indissociável da dimensão política	47
2.3 Feminismo, filosofia e ciência feminista.....	52
2.4 Feminismo e Colonialidade	59
2.5 Gênero e a construção de saberes localizados: caminhos para uma ciência feminista.....	64
2.6 A categoria mulheres e seu papel político	72
2.7 Nordeste e gênero no Semiárido: a predominância dos estereótipos	74
3 SEMIÁRIDO NORDESTINO: SINGULAR E PLURAL	79
3.1 Semiárido baiano	81
3.2 Semiárido, Nordeste, Nordestinos(as) – entre o instituído e o processo permanente de instituição	82
3.3 Singular, mas não desconectado: as disputas apenas se conectaram com o sistema Mundo Moderno/Colonial.....	86
3.4 Impactos da politização da seca na agricultura familiar e na vida das/dos lavradoras/es ..	88
3.5 Racismo com nordestinos: estratégia da colonialidade	94
3.6 A homogeneização do Semiárido Nordeste: artimanhas da perpetuação de uma imagem.....	98
3.7 A convivência com o Semiárido como proposta de materialização de políticas que tenham como referência uma visão sistêmica	102
3.8 A migração e o impacto na vida das mulheres lavradoras	110
3.9 Constituição imagética <i>do sujeito</i> feminino no Nordeste e mulheres no Alto Sertão	111
4 MULHERES LAVRADORAS: AGÊNCIA COLETIVA E TESSITURAS EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES	118
4.1 Com prazer, lhes apresento as Comunidades Careta e Capoeirão.....	119
4.2 Mulheres lavradoras das Comunidades Careta e Capoeirão, o direito à educação e o cruzamento de múltiplas opressões	123
4.3 Itinerários da pesquisa e da mobilização para a formação dos grupos produtivos.....	131
4.4 A experiência coletiva: sabores e dissabores.....	140

4.5 A Autonomia tecida nas malhas do cotidiano e o aparecer das mulheres e de suas comunidades a partir de coletivos	146
4.6 A experiência que advém do trabalho grupal e sua reverberação na agência coletiva.....	154
4.7 Cenários e possibilidades	157
EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	161
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	176
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS.....	183
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL DE MULHERES.....	185
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM HOMENS	185
ANEXO I - MAPA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA	187

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A pesquisa e a escrita que tratam das relações de gênero carregam, geralmente, para além das exigências científico-acadêmicas, um compromisso político com as pessoas envolvidas no ato de pesquisar, por vezes extensivo a outros grupos. E na medida em que fui percorrendo o caminho da aprendizagem/pesquisa/escrita, os incômodos referentes a terminologias excludentes foi se manifestando. É o que ocorria, por exemplo, cada vez que necessitava utilizar a palavra sujeito, a qual também é um conceito muito utilizado nas ciências humanas. Na língua portuguesa, o termo se restringe ao gênero masculino, não existindo a variação para o feminino, menos ainda permitindo variações que contemplem pessoas LGBTQIA+. Sobre este fenômeno, assim manifestou Kilomba (2019, p. 15): “Isto revela a problemática das relações de poder e violência na língua portuguesa e a urgência de se encontrar novas terminologias”. E como uma forma de demarcar essa situação de violência linguística, e me inspirando nessa autora, optei por usar o termo em itálico: *sujeito*. Situações similares se aplicam a outras palavras/conceitos como *objeto* e *indivíduo*, para as quais foram adotados o mesmo procedimento.

Em outros casos, foi adotado o procedimento com a/o e, “embora parcialmente satisfatório, pois inclui o gênero feminino e põe-no em primeiro lugar não deixa de o reduzir à dicotomia feminino/masculino, menina/menino, não permitindo estendê-los a vários gêneros LGBTQIA+ (...) expondo mais uma vez a problemática das relações de poder e a violência da língua portuguesa” (*Ibidem*, p. 16). Nestes aspectos, apesar das tentativas, reconheço que o trabalho ainda deixará a desejar, visto que há situações, que mesmo percebidas, transcendem o desejo de uma escrita mais inclusiva. Desejo que possam emergir muitas inventividades que coadunem com outras múltiplas formas inclusivas de pessoas historicamente silenciadas, invisibilizadas e não reconhecidas.

Durante a escrita, entre desconial e decolonial, em sintonia com uma perspectiva teórico-política defendida por algumas/ns autoras/es, fiquei com o segundo termo, já que nas palavras de Vívian M. dos Santos:

O decolonial seria a contraposição à “colonialidade”, enquanto o desconial seria uma contraposição ao “colonialismo”, já que o termo *descolonización* é utilizado para se referir ao processo histórico de ascensão dos Estados-nação após terem fim as administrações coloniais, como o fazem Castro Gómez e Grosfoguel (2007) e Walsh (2009). O que estes autores afirmam é que mesmo com a descolonização, permanece a colonialidade (SANTOS, 2018, p. 3).

Já há discussões atuais que problematizam os aspectos linguísticos diferenciados do termo nas línguas portuguesa e espanhola, entretanto, não fui convencida em sentido contrário àquele que aqui me posiciono. Todavia, não há um termo certo e outro errado. São diferentes concepções conceituais e linguísticas.

Ao longo do texto, quando da primeira menção a cada pesquisadora, optei por citar o primeiro nome da autora, junto com seu sobrenome. Esta opção é um ato político, através do qual me proponho a lembrar e reafirmar a leitoras/es a condição de mulheres dessas autoras, algo que fica ocultado quando apenas citamos o sobrenome (geralmente herdado do pai), conforme determina a ABNT.

Há citações longas de falas das interlocutoras. Esta foi uma escolha consciente, a fim de preservar as suas agências no texto, evitando, “*interrompê-las*” sempre que possível.

A escrita em primeira pessoa se inspira numa epistemologia feminista que, em vez de tentar defender uma suposta neutralidade segundo a qual a pesquisadora não “apareceria” enquanto *sujeito* presente (afetado e afetando) nesse processo pesquisa/escrita, busca assumir as subjetividades aí enrustidas e evidenciá-las como parte do percurso. Nesse campo, afirma Haraway (1995, p. 13), que “desmascaramos as doutrinas de objetividade, porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade”. Desse modo, resistir à homogeneização e assumir a subjetividade é um ato político necessário à ciência feminista, a partir do reconhecimento de que a ciência é um campo de forças, no qual a objetividade é usada como arma estratégica na ocultação de um conjunto de significantes e significados.

1 INTRODUÇÃO

Borboletas

*“Borboleta, Borboletinha!
É melhor cê sossegar!
Vai que tu machuca as asas,
é melhor não arriscar!
A vida é muito curtinha,
para viver vacilando!
É melhor viver quietinha
em vez de ficar arriscando!”*

*Senhor Vento, Senhor Vento,
a Borboleta respondeu:
parece que muito pouco sobre mim,
o senhor compreendeu.
Meu desejo, Senhor Vento,
agora vou lhe contar!
Mesmo que represente riscos,
meu desejo será sempre Voar.”*

(Alidéia Oliveira Rodrigues – 05/05/2019)

Os modos inventivos de (re) existência de mulheres lavradoras sertanejas são pluriversais e dinâmicos e, ao mesmo tempo, singulares. O presente texto se propõe a apresentar, a partir da perspectiva do gênero enquanto categoria analítica, o trabalho de pesquisa desenvolvido com mulheres lavradoras sertanejas de comunidades rurais do semiárido baiano, evidenciando alguns desses modos e a agência coletiva e seus impactos nas relações de gênero e no cotidiano das comunidades Careta e Capoeirão, ambas do município de Ibiassucê, Bahia, das quais as interlocutoras são parte e onde atuam coletivamente por meio dos grupos produtivos denominados “Mulheres Guerreiras do Sertão” e “Flor, Fruto e Sabor”, respectivamente.

Os estudos das relações de gênero emergiram, para mim, como um caminho possível para refletir sobre e atuar na realidade da qual sou parte, haja vista que, conforme aponta María Lugones (2014, p. 935), “a imposição colonial do gênero atravessa questões sobre ecologia, economia, governo, relaciona-se ao mundo espiritual e ao conhecimento, bem como cruza práticas cotidianas que tanto nos habitam a cuidar do mundo ou a destruí-lo”. Constitui-se também como instrumento de compreensão da própria (e mutante) identidade e dos lugares que ocupo; tem a ver com quem sou e com quem quero ser. Sou mulher, branca, cisheterossexual, mãe de dois meninos, trabalhadora (já tendo passado por experiências no

campo da Educação, gestão de programas em ONGs, Assistência Social – gestão Pública), ao tempo em que era militante de movimentos sociais. No meu caso, algumas identidades cambiaram (a territorialidade e a identidade profissional, por exemplo), e outras permaneceram, como é o caso da raça/cor e o gênero/sexualidade.

Utilizo a categoria mulheres como um ato político, entendendo que esta carrega uma potência que articula várias formas de resistência. A mesma é apresentada a partir de uma dimensão que se propõe a evidenciar a diversidade e, por isso, não se pretende universalizante nem homogênea. Assim, anco-ro-me em Linda Nicholson, que propõe: “(...) sugiro pensarmos o sentido de mulher como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis” (NICHOLSON, 2000, p. 28).

Em diversas ocasiões, a minha condição de mulher esteve a me enlaçar, fazendo ecoar um grito que se transformou em desejo e, depois, em projeto para investigar o universo das relações de gênero, reconhecendo que sou parte de um rio que é feito de muitas histórias, cujas águas nunca estão completamente paradas, mas cujo percurso também jamais foi completamente mudado; todavia, vagarosamente vai tendo suas margens reconfiguradas, e a despeito das ruínas que se impõem (TSING, 2019), abro meus braços para viver o devir que se aproxima.

As águas são Mulheres; o rio, o que chamaríamos de Gênero. Mulheres e Gênero, Águas e Rio. A alteridade se faz presente neste caso e, por isso, um elemento não existe sem o outro. Assim, quando refiro à minha identidade, vejo-a como gota de água desse rio. E ela é um instrumento motivador; um ponto de partida para entender o que se passa, mas não é o centro. Vejo-me como parte de um coletivo, cuja dimensão se espraia por vários grupos sociais. Nesse espaço, influencio e sou influenciada. O desejo de atuar na perspectiva de contribuir com a transformação dessas relações me instiga ao conhecimento. Ele é fundamental para que transformemos indignação em estratégia; vontade em instrumento de atuação. Assim, não posso negar que minha índole feminista militante está a me impulsionar nessa tarefa de pesquisadora.

E qual seria essa tarefa? Investigar a agência coletiva de mulheres lavradoras sertanejas de comunidades rurais do Semiárido baiano. O campo da pesquisa e de atuação se concentra nas Comunidades rurais de Capoeirão e Careta, nas quais se pesquisa o Grupo Flor, Fruto e Sabor e o Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão, respectivamente, sendo ambos

pertencentes ao município de Ibiassucê, localizado no Território de Identidade do Sertão Produtivo, microrregião de Guanambi, estado da Bahia. Segundo o IBGE, Censo de 2010, o município tinha uma população de cerca 10.062 (dez mil e sessenta e dois) habitantes. Essas comunidades têm, cada uma, sua singularidade, porém, aparentemente possuem traços comuns no que se refere ao aspecto da construção do protagonismo de mulheres sertanejas que nelas vivem, já que atuam coletivamente por meio de grupos produtivos.

O grupo “Mulheres Guerreiras do Sertão”, da Comunidade Careta, organiza mulheres em torno da produção e comercialização de bolos, biscoitos e afins, os quais atendem demandas da própria Comunidade, de seus entornos, bem como são comercializados na cidade e em municípios vizinhos. Já o grupo “Flor, Fruto e Sabor”, da Comunidade Capoeirão, atua coletivamente com atividades de apicultura e de aproveitamento, beneficiamento e comercialização de frutos nativos da Caatinga e do Cerrado, entre outros, mas neste caso, sendo um grupo bastante heterogêneo, composto por homens, mulheres e de gerações diferentes. Ambas as Comunidades são beneficiárias da política de assistência técnica desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia, por meio de entidades da sociedade civil, política esta que se inscreve no campo que se convencionou denominar de convivência com o Semiárido.

Ao longo do trabalho, refiro-me às mulheres evidenciadas como lavradoras. O projeto de pesquisa e início da mesma utilizava a categoria camponesa, a qual tem um viés político e acadêmico historicamente bastante consolidado. Todavia, a adoção dessa terminologia pelas pessoas em municípios do Alto Sertão acontece geralmente onde há maior presença de sindicatos rurais e movimentos sociais que adotam e politizam essa categoria, a exemplo do MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, MPA – Movimento de Pequenos Agricultores e MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que não constitui o caso das comunidades pesquisadas. Em municípios do Alto Sertão, são várias as nomenclaturas que circulam: trabalhadora rural, agricultora, lavradora, camponesa, entre outras. Essas discursividades são produzidas sob a influência de vários elementos, a exemplo das terminações utilizadas pelos sindicatos rurais, pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), pelos meios de comunicação e pelos populares.

Se considerarmos pesquisas que analisam as mulheres desse lócus, de várias regiões baianas, as terminologias também variam. Tatyane Marques (2019) utiliza a expressão mulheres da roça; Elizabeth Siqueira (2014), mulheres agricultoras; Tatiana F. de Jesus (2009), trabalhadoras rurais; Sônia Reis (2014), camponesas. As interlocutoras deste trabalho,

ao manifestarem a autoidentificação durante a entrevista semiestruturada, utilizaram principalmente as terminologias lavradoras e agricultoras e, por esse motivo, em respeito a essa nomeação com a qual se autodenominam, a categoria lavradora foi adotada. Ela se refere a mulheres que moram na zona rural e que têm na agricultura familiar um modo de vida e de sobrevivência, a despeito de outras múltiplas atividades que possam desenvolver. Isso se confirma em entrevista com Flor de Mandacaru, uma de nossas interlocutoras, ao abordar o fato do marido, que vai para colheitas sazonais, quando, de acordo com ela: “Fica tudo com a gente né? A gente planta, cuida da criação”.

De cinco entrevistadas que participam ativamente do grupo, quatro delas disseram ser lavradoras e a outra, agricultora, informando que a origem da renda das famílias é a agricultura e a criação de pequenos animais. Além disso, e de desenvolverem as atividades do grupo produtivo, algumas já trabalharam como diaristas, outras fazem artesanato. A renda de algumas famílias também advém do trabalho de maridos que saíam ou que saem para as colheitas sazonais em outros estados. Observa-se que a identificação que prevalece é a condição de lavradora.

De acordo com Bueno (1996), Lavradeira é a mulher que se emprega na lavoura ou lavra; camponesa. É o feminino de lavrador, que segundo o mesmo autor, trata-se daquele que trabalha na lavoura; o que possui terras de lavoura; agricultor. Em poucas linhas é possível identificar uma série de elementos, como, primeiro: a palavra lavradora não está presente neste nem em outros dicionários que pude verificar; segundo: o termo lavradeira é indicado em alguns dicionários, num primeiro momento, apenas como “mulher do lavrador”, o que indica passividade/machismo em relação à categoria, tomando sempre o masculino como referencial; terceiro: tomando Bueno (1996) como referência, o principal correspondente de lavradeira é camponesa; já o principal correspondente de lavrador é agricultor. Ou seja, o próprio dicionário apresenta variantes em relação aos termos; quarto: ao se referir a lavrador, Bueno acrescenta: “o que possui terras de lavoura”. Nota-se que esta descrição não consta para a categoria de Lavradeira, como se possuir terras não fosse uma ação válida para as mulheres dessa categoria, dando-nos mais uma pista de elementos machistas, que associa o direito à propriedade como algo de teor predominantemente masculino.

Percorrendo sítios do Governo Federal, especialmente aqueles que tratam da condição e direitos dos segurados especiais, a terminologia utilizada é trabalhador rural, sendo o feminino apenas transposto para trabalhadora rural. Já no meio acadêmico, é possível

encontrar trabalhos que utilizam a nomenclatura e que estão vinculados a áreas diversas, desde a antropologia até algumas licenciaturas.

Conclui-se que o termo lavradora foi adotado no meio popular, sendo utilizado pelas próprias mulheres “lavradoras” para a sua autoidentificação, e sendo aceito, inclusive, como forma de apresentação da “profissão”, quando dos registros cartoriais como certidões de casamento e nascimento, quando a própria pessoa declarante informa sua profissão. É importante ressaltar que, para além do que se observa na descrição do dicionário sobre a “lavradeira”, a construção da figura da Lavradora associa vários elementos: a sua caracterização se relaciona a mulheres que moram na zona rural, cujas atividades têm uma forte relação com a agricultura, mas não se limitam a ela, pois, muitas vezes, também assumem outras funções, como fabricantes de produtos diversos (bolos, doces, sabão, remédios caseiros, só para citar alguns), artesãs, costureiras, donas de casa, cuidadoras, lideranças locais, comerciantes (ora vendendo seus produtos na vizinhança, ora nas feiras locais), diaristas (seja na vizinhança ou em casas na cidade, vendendo sua força de trabalho), entre tantas outras. É salutar não construirmos uma visão estática sobre as mulheres lavradoras: a vida é movimento e, ao longo dela, experimentam outras situações, como por exemplo, foram merendeiras ou zeladoras de escolas de sua comunidade ou arredores, professoras leigas, viajaram a outros estados com seus maridos e lá trabalharam com carteira assinada em serviços diversos, ou como domésticas, ou mesmo exerceram essa função na zona rural de seus municípios; enfim, andanças que a vida exige e/ou oportuniza.

O trabalho investiga a agência coletiva dessas lavradoras sertanejas, tomada como um processo de resistência que se constitui “a tensão entre a sujeitificação (...) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do *sujeito* moderno” (LUGONES, 2014, p. 940). Nessa perspectiva, a agência é empreendida a partir da elaboração de estratégias diante de um emaranhado de práticas cotidianas que busca impor limitações várias às mulheres. A construção no âmbito subjetivo, e depois prático, de alternativas frente a um processo de cerceamento, interrompimento e invisibilização dessas mulheres começa a desencadear ações que vão de encontro à subalternização e desestímulo ao afloramento de suas demandas e potencialidades. Em termos mais amplos, de certa forma, a agência coletiva é um enfrentamento a imposições advindas da colonialidade de poder e de gênero.

Visto sob essa ótica, o agenciamento coletivo é a manifestação operante mais visível da resistência, numa perspectiva emancipatória e que não coaduna com aquela liberal, fundada no individualismo. Também não ignora a existência de estruturas que por certo impõem um conjunto de limitações às agentes. Todavia, reconhece vielas construídas a partir das quais elas vão deslizando em meio às condições impostas, não se sucumbindo inteiramente a elas. Quem sabe até – poderíamos dizer – dialoga com o feminismo comunitário das mulheres aimarás, da Bolívia e que têm em Julieta Paredes Carvajal (2019) uma de suas notáveis expoentes.

Para investigar esse elemento, responder às questões levantadas e atingir os objetivos envolvidos, assentamo-nos no campo da pesquisa qualitativa, uma vez que, segundo Minayo (2002), essa abordagem busca atender às demandas das ciências sociais por nível de qualidade, que não pode ser quantificado. Nesse campo, faz-se uma abordagem no universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A opção pela pesquisa de natureza qualitativa se deveu ao fato de as características do tema enfocado estarem no campo das relações, no qual dados e números não conseguem dar conta dos fenômenos envolvidos, pois “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 2002, p. 22).

Compreender as relações de gênero e os processos de permanência e/ou transformação nelas embutidas requer métodos capazes de adentrar nesse universo tão complexo das relações sociais. A opção pela pesquisa qualitativa justifica-se, assim, por possibilitar uma avaliação de vários fatores que se entrecruzam no lócus investigado. Considerando a história oral como “a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (THOMPSON, 2002), e cientes das múltiplas dimensões a ela imbrincadas (ALBERTI, 1989), partimos de uma perspectiva que funde o interesse pelo passado e pelo presente para usar uma expressão de Thompson (2002). Nesse âmbito, buscou-se tecer fragmentos da história do tempo presente, sobretudo a partir da oralidade, visando a contribuir com a elucidação do protagonismo das mulheres participantes numa perspectiva democrática, pois, conforme aborda Portelli (2010, p. 3), “Por que buscamos fontes orais? Por que trabalhamos com elas? Não só porque as pessoas que entrevistamos possuem informações de que precisamos, que nos interessam. (...) É porque há uma relação profunda, uma relação muito intensa, entre a oralidade e a democracia”. Desse

modo, recorrer a estas fontes é uma escolha político-metodológica que busca ouvir as vozes das mulheres sertanejas participantes da pesquisa.

O processo de investigação se deu a partir do procedimento de coleta de dados e entrevistas semiestruturadas com mulheres e homem das comunidades pesquisadas. Foram entrevistadas nove pessoas, sendo oito mulheres e um homem, com idade entre trinta e um e sessenta e dois anos, com escolaridade diversificada, mas sendo o Ensino Médio o maior nível cursado. Todas as entrevistas foram utilizadas na dissertação e cada mulher interlocutora e um homem interlocutor contribuiu significativamente para a construção das narrativas sob as quais se assentam o presente estudo. Realizou-se, ainda, entrevistas com lideranças dos dois grupos pesquisados, com enfoque na trajetória coletiva do grupo, quando se buscou compreender os significados implícitos desses processos, que acabam por revelar aspectos muito pertinentes, entre eles, a liderança consolidada de mulheres. Além disso, foram realizadas quatro Rodas de Conversa (2 em cada comunidade) sobre relações de gênero, as quais foram analisadas juntamente com o material coletado nas entrevistas. Em ambas as comunidades participaram dez e onze mulheres em cada uma das Rodas de Conversa. Para fins de complementação de informações, recorreu-se ainda a dois diagnósticos (um de cada comunidade) realizados pela COOTRAF¹, durante o processo de Assistência Técnica implementado junto às mesmas.

Conhecer o lugar ocupado pelas mulheres de sociedades onde há a hierarquização de gêneros foi e continua sendo um desafio, visto que o apagamento é um elemento engendrado nessa história, o que contribui para a manutenção e reinvenção de múltiplas colonialidades. Sendo assim, muitas dessas mulheres sobressaíram, se impondo à revelia de regras, costumes e culturas que as oprimiam, mas isso não aconteceu sem que os tentáculos da dominação masculina e a invisibilidade do feminino imperassem em sociedades de cultura ocidental. Dentre as mulheres, as pobres e negras estão nos grupos mais afetados. Na vida de muitas mulheres do semiárido brasileiro, isso não foi diferente.

Região amplamente estereotipada, conhecida historicamente pela pobreza, é fato que entre as desigualdades sociais presentes no Semiárido brasileiro figura a desigualdade de gênero. É nessa região que se situa o Alto Sertão, espaço onde vivem as mulheres que dão

¹ COOTRAF- Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Informação disponível em: <http://www.cootraf.org.br/>), que realiza Assistência Técnica junto às comunidades pesquisadas.

vida a essa pesquisa. Tal desigualdade se manifesta ao longo da história, desde situações simples, como não participar de conversas “de homens”, até circunstâncias como ter o voto decidido pelos maridos ou pais, isto é, pelo “homem da casa”. Outrossim, muitas mulheres foram “forçadas” a viverem num esconderijo que as deixavam invisibilizadas em várias circunstâncias, exemplificando que a autonomia sempre foi um desafio, já que era comum decisões serem tomadas pelos “seus senhores”, fossem eles pais, maridos, irmãos, filhos mais velhos, coronéis ou políticos revestidos de “modernidade”.

Apesar de qualquer universalismo certamente reforçar outros estereótipos, é verdade que muitas mulheres se encaixam nesse processo citado, mas também é que outras tantas por aqui construíram protagonismo e exerceram influências nos mais diversos meios pelos quais transitavam.

Nesse contexto, é importante lembrar que o machismo e a desigualdade de gênero se manifestam com formas próprias de cada tempo, de cada família, de cada lugar. Ao longo da história, especialmente de viés branco ocidentalizado, como nos lembram Rios *et al.* (2015), a mulher não se autorrepresenta; quem o faz é a figura do macho, ora pai, ora marido ou irmãos, ou ainda os chefes, ou o Estado. No Brasil, essa realidade se reverbera na (pouca) participação política de mulheres em pleitos eleitorais, ainda na atualidade. Isso não significa dizer que as mulheres deixaram de construir a própria história, de serem resistência cotidiana e de serem protagonistas.

Feitas as considerações acima, entende-se que nas sociedades ocidentais, a invisibilização das mulheres é um dos elementos engendrados da dominação masculina², ora

² Ao longo do texto, tomando Miguel e Biroli (2014, p. 16) como referência, utilizo o conceito dominação masculina e não patriarcado, sendo este conceito empregado algumas vezes quando associado a citações. Além disso, a menção se refere a organizações situadas no contexto da cultura ocidental. Não podemos correr o risco de reduzir as famílias a um tipo universal, no qual a dominação masculina seja o único *modus operandi* na estrutura familiar. Lugones (2008, p. 86 e 87) lembra que o patriarcado não é estendível a todas as sociedades humanas estudadas e informa que Oyewùmi e Allen demonstram às mulheres burguesas brancas que seu status no capitalismo eurocêntrico são bem inferior ao status das fêmeas indígenas na América pré-colonial e das fêmeas Iorubá, por exemplo. As autoras também explicam que o entendimento igualitário das relações entre anafêmeas, anamachos e as pessoas do “terceiro gênero” segue presente na imaginação e nas práticas dos/das nativo-americanos/as e do povo Iorubá, sendo parte da história de resistência à dominação. Lugones considera que a patriarcalização de sociedades não brancas é parte do processo de dominação colonial, a exemplo do que ocorreu com as ginocracias dos Iroqueses e Cheroquis, e no caso destes últimos, com a intervenção britânica, ocorrida por meio da “educação”, de homens desses povos, no sistema do colonial, houve alteração em sua organização e as mulheres Cheroquis perderam poderes e direitos, sobretudo, a partir de uma Constituição referenciada em valores ocidentais. Além dos elementos demonstrados por Lugones (2008), a relação de contrato que fundamenta a teoria do patriarcado originalmente tem passado por transformações significativas, as quais abalam as suas estruturas, conforme abordado por Luis Felipe Miguel (2017). Assim sendo, ao utilizar essa expressão, me refiro a características que perpassam o cotidiano de muitas famílias do contexto brasileiro bem como do lócus da pesquisa, mas sem jamais cravá-las como universais. Fazer isso significa reforçar exatamente

como elemento na dianteira, ora como consequência de outros que ali se inscrevem, como as desigualdades de classe e os imperativos vigentes no que concerne à raça. Essa referência se aplica a várias sociedades ocidentais, mas não pode se pretender generalizante a todas elas, nem mesmo às ocidentais, haja vista a antropologia demonstrar a existência de outras formatações não contempladas nessa perspectiva.

Se a invisibilidade e as desigualdades têm marcado sociedades permeadas pela dominação masculina, quando se trata de mulheres lavradoras a discriminação, a exploração, a opressão e a violência são ainda mais acentuadas (CONTE, 2008). Segundo a autora, quando o parâmetro da sociedade se tornou a vida urbana, tida como moderna, as mulheres rurais, como denomina Conte, foram duplamente inferiorizadas pelo fato de serem mulheres e integrantes de um lugar considerado atrasado e sujo, uma espécie de espaço antimoderno. Siqueira (2016, p. 3881), por sua vez, ressalta que se “existem fatores de discriminação (...) conforme a condição de gênero, de classe, de raça, etnia e origem, (...) o fato de serem pobres, mulheres, negras, em sua maioria, e moradoras do campo faz com que estas mulheres agricultoras estejam mais propensas (...) a figurar entre os pobres”. Desse modo, conclui-se que a invisibilidade dessas mulheres tem acentuado marcador de gênero, classe e raça, aos quais se somam a territorialidade e o recorte geracional, entre outros que fatores poderiam se juntar a eles.

É nesse lugar “inferiorizado” que as mulheres aqui evidenciadas tecem suas (re)existências em comunidades rurais do município de Ibiassucê, integrante do Território Sertão Produtivo³, imerso no Alto Sertão (da Bahia). Segundo Galvão (2001, p. 16), a palavra

o que é preciso combater, que é a visão universal sobre as mulheres, assim como a percepção das mesmas como completamente submissas, sem vida própria e sem agência, algo que já está mais do que provado, através de estudos em diversas áreas, que é decorrente muito mais dos discursos produzidos a partir da história (escrita majoritariamente por homens) e de literatura que dá vida a elas, do que propriamente de uma realidade materializada. Mais que isso, estaríamos a cometer um epistemicídio ao relegar ao silêncio outras formas de relações familiares, parentais, sociais de uma forma geral, protagonizadas por mulheres, cujas formas de vida se fazem presentes em sociedades do Sul Global, como indígenas, quilombolas, negros, povos africanos, entre outros cujas vivências não são aceitas pela modernidade ocidental como “sociedades evoluídas”. Feitas essas considerações, ressalto que o termo “dominação masculina” ou seus correlatos, sempre que forem utilizados, remetem a uma construção ocidental bastante assimilada e não pretendem se referir a um modelo único e universal de família e sim remeter a relações assimétricas verticalizadas, nas quais a figura masculina tem preponderância sobre outras formas de se manifestar a expressão do binômio gênero/sexualidade.

³ Unidade de Planejamento Territorial Rural, do qual fazem parte 20 (vinte) municípios da região (O mapa dos territórios de Identidade da Bahia pode ser consultado nos anexos do presente trabalho). De acordo a SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Governo do Estado da Bahia), “o território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. Há uma

sertão está relacionada a interior, a uma região distante da costa. Estrela (2003) apresentou percursos do termo “Alto Sertão” de forma pormenorizada, desaguando na representação utilizada pelo também pesquisador sobre o Alto Sertão, Erivaldo Fagundes Neves (2012a), concluindo que: “O Alto Sertão baiano era formado por toda a Serra Geral e franja das microrregiões econômicas Médio São Francisco, Chapada Diamantina, Sudoeste e Paraguaçu” (NEVES, 2012 *apud* ESTRELA, 2003, p. 39). Ainda segundo a autora, a região de economia diversificada, com forte presença da policultura, tem uma área de aproximadamente 180 mil km², com predominância de Caatinga e Cerrado, com chuvas irregulares e índices pluviométricos que oscilam entre 279 mm e 1.300 mm, o que a insere na região semiárida, de acordo os parâmetros utilizados para delimitação da mesma.

É importante registrar que, para além da invisibilização historicamente relegada às mulheres sertanejas (para utilizar a terminologia da autora citada a seguir), “apesar de todas as normas e imposições de uma sociedade machista e conservadora, existiam práticas criativas e alternativas que eram abraçadas pelas mulheres, quer seja trabalhando ao lado de seus maridos, quer seja assumindo sozinhas as responsabilidades com a família e os filhos” (NOGUEIRA, 2015, p. 24).

Ainda assim, permanece um certo apagamento social acerca de mulheres do Alto Sertão, sendo que este ganha mais notoriedade se tomarmos como referência as imagens circulantes sobre as mulheres lavradoras. Se considerarmos a participação de mulheres na política partidária dos municípios da região, por exemplo, não é difícil perceber a absoluta predominância masculina. Todavia, mesmo que continuem invisibilizadas em diversos espaços, muitas mulheres travaram/travam histórias de resistência cotidianas. Dessa forma, “organizando o cotidiano, transformando-o em base do seu poder, iam inscrevendo não só os seus sofrimentos, mas também os seus prazeres” (*Ibidem*, p. 33). Nessa perspectiva, é importante que se afaste a percepção vitimista e de caráter passivo sobre as mulheres, como se elas pudessem ser limitadas a este espectro pretensamente universalizante.

A presente pesquisa atua no sentido de contribuir com a elucidação do protagonismo feminino de mulheres lavradoras do Alto Sertão, no município de Ibiassucê, que foi historicamente ocultado por visões estereotipadas, sendo que a região ainda é carente de pesquisas que focalizem essas mulheres e que tratem da sua dimensão protagonista no

enfrentamento das muitas adversidades que as condições sócio-históricas vêm lhes impondo. Uma visita em bancos de teses e dissertações de algumas áreas das ciências humanas e sociais de universidades baianas, na procura por temas relacionados às mulheres rurais, camponesas, lavradoras e afins, permite perceber quanto ainda são escassas as pesquisas que tratam da temática. Ainda assim, é possível identificar contribuições importantes.

No que tange ao Alto Sertão, pesquisas que se dedicam a estudar mulheres dessa região têm deixado importantes contribuições, como as de Nogueira (2015, 2020), Ribeiro (2009), Reis (2014) e Marques (2019), e representam relevantes incursões no sentido de romper com as invisibilidades e elucidar protagonismos de mulheres desta região.

Entre as obras mencionadas, destacamos a primeira obra citada, na qual a autora vai destrinchando os escritos de Gumes ao mesmo tempo em que aponta o lugar ofuscante e por vezes estereotipado relegado às mulheres pelo autor, bem como vai rastreando os percursos de mulheres de várias classes, tanto urbanas quanto rurais na obra analisada, os quais apontam a construção de protagonismos cotidianos nos mais diversos espaços em que circulavam. Segundo Nogueira (2015, p. 120), “muitas mulheres administravam o seu espaço com competência, mas ainda assim viam-se pressionadas com cobranças de valores, comportamentos e atitudes que colocassem em primeiro plano a autoridade masculina” – algo muito comum na sociedade conservadora de então.

Quando as mulheres em foco são as lavradoras, as pesquisas apontam que estas sempre enfrentaram uma rotina extensa, se dividindo entre os afazeres domésticos, as tarefas de cuidado (crianças, idosos, deficientes) e a agricultura (REIS, 2014; NOGUEIRA, 2015; MARQUES, 2019). Segundo esta última autora, a escolarização dessas mulheres sempre foi muito limitada e difícil, e ainda na atualidade as jovens mulheres desse meio enfrentam dificuldades acentuadas para estudar, assumem várias responsabilidades e ainda são inferiorizadas. Esse modo de vida da cultura fundada na dominação masculina acaba sendo reproduzido por meio do processo de educação familiar (SIQUEIRA, 2014). As mulheres lavradoras participantes do presente trabalho, mesmo tendo suas especificidades, compartilham várias condições com outras mulheres do Alto Sertão, cujos modos de vida são analisados pelas autoras anteriormente mencionadas, mesmo que sob outras denominações como mulheres camponesas, sertanejas (aqui se incluem mulheres da cidade e do campo que habitam o Alto Sertão), entre outras

As pesquisas citadas constituem obras relevantes acerca das mulheres do Alto Sertão, mas, considerando a vastidão geográfica e a riqueza do tecido social desse território, ainda há

um longo percurso se quisermos colocar luzes mais intensas capazes de mostrarem outras potências e outras mulheres lavradoras, agentes que tecem as suas existências, as quais reverberam nos modos de existir, coletivos. A presente pesquisa se propõe a se somar àquelas que a antecederam, bem como a outros estudos sobre mulheres no Alto Sertão, e, ao trazer um enfoque sobre lavradoras desse território, busca contribuir para reduzir a lacuna existente acerca dessas agentes⁴ que se fazem enquanto tal, a partir da experiência coletiva, com suas dificuldades, conflitos, labores, prazeres, alegrias e aprendizados, em que também é possível identificar fortes relações de solidariedade e companheirismo, conforme se nota na fala de Teresa Beija-flor, em uma Roda de Conversa: “Eu comparo assim: É igual um carreiro de formiga. Uma deixa e a outra pega e leva. Uma descansa enquanto a outra continua”. Isso demonstra a importância da coletividade para a organização comunitária, continuidade e concretização dos projetos do grupo Mulheres Guerreiras do Sertão.

Tomando por referência o Estado da Bahia, existem alguns estudos que tratam da questão de gênero relacionada a mulheres rurais/agricultoras, a exemplo de Jesus (2009), Siqueira (2014) e Rios *et al.* (2015), entre outros. Todavia, ainda são inúmeros aspectos que carecem de estudos, sobretudo se considerarmos o acúmulo histórico ocasionado pela falta de interesse, de investimentos e de estímulos em pesquisar temáticas ligadas a mulheres rurais do semiárido, situação agravada pelos estereótipos que ainda hoje circulam sobre a região Nordeste, seu povo e sua realidade, e que afetam intensamente essas mulheres, sejam elas denominadas trabalhadoras rurais, lavradoras, agricultoras, camponesas, do campo ou outras formas mais.

O presente trabalho, apesar de semelhanças com as pesquisas citadas, como o fato de estarmos analisando mulheres de comunidades rurais que se caracterizam pela preponderância da agricultura familiar, analisou outros aspectos, a saber, a agência coletiva de mulheres lavradoras e o impacto desta agência nas relações de gênero e no âmbito comunitário do qual são parte. O estudo soma-se aos esforços que vêm sendo feitos para ampliar a visibilidade sobre mulheres lavradoras, e busca evidenciar a trajetória e desafios das mulheres que ora se tornaram minhas interlocutoras.

⁴ Acerca de pesquisas relacionadas a gênero na região Nordeste e Semiárido brasileiro, entre outras já mencionadas no corpo do texto, as quais têm uma relação mais acentuada com o presente trabalho, gostaria de destacar Alves, Bursztyn, Chacon (2015); Gurgel, Cisne, Araújo (2008); Jardim, Vasques (2019); Oliveira Filho (2018); Sardenberg (2015); Siliprandi (2009). Sobre o Semiárido, ressaltam-se contribuições de Aguiar (2008); Costa (2017); Firmino Júnior (2017); Linhares, Mendes Júnior e Oliveira (2016); Neves (2012b); Pacheco (2015); Silva (2003), entre “*outras/os*”.

Levando-se em conta aspectos protagonistas de mulheres do Semiárido e observando um relativo processo de mudança em curso, no que tange às relações de gênero, algumas perguntas acabam por emergir: mas, afinal, há mesmo mudanças? O que vem mudando? Qual o percurso feito no sentido de engendrar essas alterações? Qual o lugar da dimensão coletiva nessa realidade? Se há modificações, elas impactam apenas o ambiente “privado” familiar ou se estendem à comunidade, se inscrevendo na esfera do público, enquanto agentes desses processos?

Considerando as indagações que constituíram o ponto de partida, o trabalho tem como objetivo principal analisar a agência coletiva de mulheres lavradoras das comunidades rurais Careta e Capoeirão, ambas situadas no semiárido baiano, e seus reflexos nas relações de gênero e no cotidiano comunitário. Para atingir êxito quanto a esse objetivo maior, foram delineados os seguintes objetivos específicos: elucidar a trajetória de construção de agência, especialmente coletiva, de mulheres lavradoras de comunidades do Semiárido e seu impacto nas relações de gênero; investigar a contribuição da política pública, especialmente assistência técnica, na promoção do protagonismo de mulheres pesquisadas; e contribuir com o processo de formação/educação na perspectiva do diálogo nas comunidades envolvidas, para a transformação das relações de gênero.

Desse modo, as ações realizadas para alcançar os objetivos deste trabalho buscaram, em sintonia com a proposta do PPGELS, contemplar aspectos de contribuição à sociedade, especialmente por meio das atividades desenvolvidas com as comunidades pesquisadas e da disponibilização dos produtos, qual seja, a presente dissertação, o Caderno Pedagógico intitulado “E nas Rodas, a Conversa: Pistas de diálogos sobre relações de Gênero” e o Audiovisual: “Mulheres lavradoras: modos inventivos de (re)existência em comunidades rurais do Semiárido baiano,” sendo que os dois últimos constituem em instrumentos que podem facilitar e dar suporte a mulheres, lideranças em geral, movimentos sociais e coletivos e educadores/as na realização de atividades voltadas à formação de mulheres e estímulo à agência coletiva destas.

O arcabouço teórico da pesquisa orienta-se a partir de referências que apresentam contribuições no sentido de compreender conceitos-chaves como gênero, feminismo, mulheres lavradoras agência coletiva, decolonialidade, epistemologias do Sul, Nordeste Semiárido e convivência com semiárido e questões afins.

O primeiro capítulo, intitulado “Gênero: categoria acadêmica e política como mecanismo de enfrentamento às múltiplas opressões”, é o resultado da tentativa de

compreender conceitos fundantes da pesquisa, os quais são adotados no sentido de alcançar os objetivos, bem como fundamentar a compreensão do fenômeno estudado dentro de uma perspectiva histórica, epistemológica e política, como se acredita que devem ser os estudos feministas. Conforme ressalta Dias (1992, p. 51), estes estudos “constituem um modo de conhecer predeterminado por um sistema de dominação cultural arraigado, no que diz respeito às amarras ideológicas, e, ao mesmo tempo, dizem respeito a mulheres, que, como seres humanos, são também e a despeito dos condicionamentos culturais agentes de si mesmas”. O capítulo se propõe a debater conceitos-chave como gênero, feminismo, epistemologia feminista, agência, interseccionalidade, feminismo decolonial, entre outros. Para tal empreitada, se referencia em Scott (1995), Rago (1998), Haraway (1995), Hirata (2014), Dias (1992), Collins (2017), Crenshaw (2002), Akotirene (2019), Gonzalez (1988) e Lugones (2014), as quais se destacam entre outras referências necessárias. A recorrência a estas visa a fazer uma nova história para as mulheres pesquisadas, mas, para tanto, é preciso construir um referencial teórico específico:

(...) um referencial teórico de caráter feminista consiste na busca de novos conhecimentos e tendências que não reproduzam inversamente as categorias do sistema ideológico de dominação vigente, buscando a ruptura com esses artificios e avançando tanto na teoria quanto na prática da investigação social (CAVALCANTI, 2005, p. 17).

Em sintonia com os propósitos acima enunciados, o capítulo é um convite à compreensão do gênero enquanto elemento que tem muito de construto social, e que se encontra permanentemente em processo de transformação, ao mesmo tempo em que conserva velhas práticas embutidas nas sociedades, das quais muitas pessoas, ainda hoje, não parecem querer livrarem-se.

No segundo capítulo, “Semiárido nordestino: Singular e Plural”, é abordado o espaço/território mais amplo no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas, onde buscou-se destacar que esse território tem vida própria sob vários aspectos. Com o propósito evidenciar a constituição do Nordeste Semiárido enquanto espaço político e as implicações destes fenômenos, recorreremos, principalmente, a Neves (2012b) e a Albuquerque Júnior (2011, 2013), sendo que este último apresenta a tese do Nordeste enquanto uma invenção, a qual é protagonizada pelas elites locais em processo de declínio a partir do final do século XIX e início do XX e demonstra um conjunto de estereótipos associados a “nordestinos”. Esse capítulo também aborda a politização da seca e alguns impactos decorrentes da instituição da

escravidão que ainda permanecem, bem como relembra aspectos que sobrevivem ao tempo, como concentração de terra, água e educação, atrelados a essa indústria, e que se constituem estruturas sobre as quais se assentam as muitas desigualdades que perpetuam na região e que ainda hoje provocam conflitos. Esses elementos foram analisados numa relação com a história regional da área pesquisada, situada no contexto do Alto Sertão da Bahia, cujos estudos de Nogueira (2015) e Neves (2003, 2012a), entre outros, foram acolhidos. A análise é realizada dentro de uma perspectiva que relaciona os elementos anteriormente citados, ao sistema Mundo Moderno/colonial, numa conjunção de forças com gênero e raça, que constituem um organizado Sistema Mundo Moderno/Colonial⁵. Para essa tarefa, além de autoras/es já citadas/os, Gonzalez (1988) e Santos (2009) serão novamente evocados.

Nessa seara, a mudança de paradigmas acerca do Semiárido, de Região inviável para região cheia de potencialidades (SILVA, 2003), saindo do referencial de combate à seca para a esfera da convivência, além de contrariar interesses das elites locais, tem arrastado consigo algumas mudanças importantes, ainda que silenciosas. Em sintonia com esses ventos, a história de mulheres no Alto Sertão (MARQUES, 2019; NOGUEIRA, 2015) se contrapõe a uma visão circundante acerca das mulheres como meras “receptoras” ou “executoras” de desejos, planos e decisões advindas da figura masculina, das pessoas que tradicionalmente exercem “o mando”, perspectiva que silenciou e/ou apagou historicamente a história plural de mulheres do Alto Sertão.

Albuquerque Júnior (1999) trata da construção desse ser masculino no estudo “*Quem é frouxo não se mete*”, ao analisar a literatura de cordel, na qual geralmente a imagem do homem nordestino, forte, valente, mandão se contrapõe à imagem da mulher, retratada como frágil, submissa, incapaz de decidir por si mesma e necessitada da proteção da figura masculina, que pode se traduzir na personagem do pai, marido, irmão mais velho, entre outras. Esse evento pode ser notado em uma das entrevistas, em que Girassol, ao comentar a parceria e companheirismo de um dos homens da comunidade em relação à sua esposa e ao grupo, acrescentou que alguns homens, além de não ajudarem as mulheres e ao grupo, ainda criticam aqueles homens que o fazem, como se essa atitude os diminuíssem, os fizessem sair do “papel masculino”, sendo por isso, “um besta”.

⁵ Sistema Mundo Moderno/Colonial é um conceito utilizado por várias/os pensadoras/es decoloniais, a partir da reelaboração do conceito de Sistema Mundo, de Immanuel Wallerstein. Sobre este aspecto ver Resende e Nascimento, 2018.

O terceiro capítulo, denominado “Mulheres lavradoras: agência coletiva e tessituras em busca de novos horizontes”, mobilizou conceitos e elementos como o de agência, ancorado em Lugones (2014), autonomia, experiência, abordada por Bondía (2002) e subjetividade, para a qual se recorre à perspectiva de Rago (2002), entre outras/os. Ao analisar o formato de organização grupal, a mesma é situada no contexto da Economia solidária, que se apresenta como alternativa à lógica capitalista neoliberal que prevalece na sociedade na qual as mulheres estão inseridas.

Após situar o território pesquisado a partir de Luzia Barbosa de Oliveira (2019) e tratar das dificuldades quanto à escolarização e da influência do gênero nessa realidade (NOGUEIRA, 2020), o texto analisa a agência coletiva de mulheres lavradoras e a repercussão dessas quanto às relações de gênero e quanto ao cotidiano comunitário, apontando ainda o impacto da assistência técnica desenvolvida nas comunidades, enquanto política pública de convivência com o semiárido. Nota-se a relevância da organização e atuação coletiva no processo de formação, educação e construção permanente da autonomia e agência das mulheres envolvidas.

À guisa de conclusões, o texto destaca a importância da dimensão coletiva e dos processos de mobilização social realizados nas comunidades, como fatores que estimularam a agência coletiva e contribuíram para a construção de certa autonomia, a qual constitui um instrumento fundamental para que as pessoas, e especialmente as mulheres, conheçam suas potencialidades, mas também seus direitos e, neste caso, se organizem para defendê-los. Paralelamente, essa agência coletiva tem deixado seus reflexos, contribuindo com modificações significativas nas relações de gênero, tanto no âmbito familiar, quanto no comunitário.

Outro elemento que emerge entre as conclusões deste trabalho é o papel da educação não formal como instrumento de construção do conhecimento em prol da transformação social e da luta por direitos, bem como das ações e programas de assistência técnica, como catalisadores da agência coletiva dos grupos produtivos, a partir da fase em que cada um se encontrava quando estes foram iniciados e realizados.

Por fim, e não menos importante, destaco o rompimento das teias da invisibilidade por parte de mulheres, grupos e suas comunidades. Esse significa também a ocupação de lugares e de espaços públicos outrora ocupados apenas por homens e a notabilização no âmbito municipal e regional de comunidades rurais historicamente relegadas à invisibilidade e ao esquecimento por parte de agentes públicos e da sociedade como um todo.

A você que se dispõe a seguir comigo este percurso, uma vez tocada/o, no sentido de perceber que não estamos imunes ao processo desencadeado no tecer das relações sociais, desejo que se encontre da melhor maneira possível, a fim de que mantenha e fortaleça a sua agência nesse caminho, na perspectiva de construir, cada vez mais, relações colaborativas, plurais, amoroafetivas, a despeito dos conflitos que sempre irão existir. Nesse sentido, espero que cada pessoa se reconheça como afetada, mas também como agente que pode reagir das mais variadas formas ao interagir com o coletivo do qual é parte. Desejo, por fim, que as mulheres do semiárido inspirem o sagrado protagonismo de cada dia.

2 GÊNERO: CATEGORIA ACADÊMICA E POLÍTICA COMO MECANISMO DE ENFRENTAMENTO ÀS MÚLTIPLAS OPRESSÕES

“Vivemos em um mundo dominado pela cultura e pelo pensamento ocidentais, a cultura euro-ocidental continua sendo o centro da hegemonia, do poder no mundo. Precisamos, como humanidade, descolonizar nossas vidas, nossos corpos, nossas espiritualidades e, acima de tudo, nossas lutas neste domínio”.

(Julieta Paredes Carvajal)

Há campos de estudos que conseguem delimitar de modo explícito a área de sua atuação, investigação, necessidade e presença, mesmo que muitas/os cientistas já alertem para a necessidade de uma visão/percepção mais cosmológica, a fim de minimizar os danos causados pelo pretense “modernismo”. Conforme destaca Lugones (2014, p. 935), “a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis”. Ou seja, propõe separar o que efetivamente não é separável. Em se tratando de gênero, os estudos mostram que este é um campo que, na prática, destoa e precisa destoar dessa pretensa modernidade e ir além da delimitação que quer colocar tudo em “caixinhas separadas”.

Nas sociedades ocidentais, marcadas pelo gênero, esse campo se inscreve na seara dos elementos não segregáveis. Aliás, se assemelha a um polvo, ao mesmo tempo, real e invisível, cujos tentáculos são capazes de alcançar quase todas as pessoas, senão todas elas, de forma perceptível ou não, aceitando ou não, admitindo ou não. Está sobre e sob nós. Não há como escapar. As pessoas que reconhecem ou o negam, todas elas, são atravessadas de alguma forma pelo gênero e, portanto, estão suscetíveis às suas implicações.

Considerando os aspectos acima elucidados, nas sociedades ocidentais faz-se necessário reconhecê-lo como elemento fundante de quem nos tornamos ou não, mesmo que seja uma identidade⁶ efêmera. Dessa forma, ao me localizar, reconheço as experiências vivenciadas individual e coletivamente como indissociáveis da pessoa que ora se propõe a pesquisar gênero, pois essas vivências, de forma indireta ou direta, explícita ou implicitamente estão a me “tecer” e, por isso mesmo, a dar sentidos e a apontar as minhas

⁶ Este é um conceito passível de muitas concepções e envolve controvérsias quanto à sua condição, as quais podem auxiliar ou atrapalhar a luta contra as opressões. Assim sendo, aqui registro que a referência à identidade considera a abordagem de Stuart Hall (2000), enquanto um fator plural, no qual várias identidades se cruzam, suscetível a deslocamentos e permanentemente *sujeito* a modificações, mesmo que alguns aspectos permaneçam inalterados, como é o caso da raça, por exemplo.

escolhas – inclusive as epistemológicas, quanto ao campo pesquisado. Desse modo, “ao afirmar que o gênero institui a identidade do *sujeito* (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis e perceber o gênero fazendo parte do *sujeito*, constituindo-o” (LOURO, 1997, p. 29).

Considerando essa percepção é que me proponho, enquanto ser humano singular-plural, *indivíduo*, e que não existe sem a coletividade, dotado da capacidade/possibilidade de pensar e de agir sobre o coletivo do qual é parte,⁷ atravessado desde sempre e cotidianamente, entre outras, pelas questões de gênero normatizadas nas sociedades ocidentais, a caminhar no sentido de compreender o conjunto de relações presentes no grupo pesquisado.

Por outro lado, enquanto pesquisadora, reconheço o meu envolvimento e, portanto, assumo o meu compromisso com o fazer científico sem pretensões de neutralidade. E esse percurso deve ser capaz de elucidar questões que possam revelar a agência das pessoas que ora se tornam minhas interlocutoras, a partir da coletividade da qual são parte. O desafio é achar o equilíbrio.

2.1 O conceito e suas engrenagens

Gênero: afinal, que conceito considerar acerca desse elemento que se tornou tão central nas sociedades ocidentais, tão polêmico e tão necessário para tantos segmentos enquanto instrumento de luta contra as múltiplas formas de opressão coexistentes mundo afora?

O humano, suas linguagens e cultura estão ininterruptamente a viajar. Dessa forma, jamais conseguimos aprisionar signos, significados e fazê-los estagnar. Assim ocorre com a palavra gênero. Está a vagar, como que a procurar quem a acolha, lhe dê abrigo, alimente e quem sabe a reformule, para de novo deixá-la livre, enquanto conceito, a fim de que siga seu caminho. A ninguém cabe aprisioná-la.

Se a categoria gênero, ao ser politizada pelas feministas ocidentais como instrumento de enfrentamento a opressões, traz na sua composição a ânsia da liberdade, ela mesma enquanto palavra/conceito não apenas reivindica como traz a marca inegociável da liberdade

⁷ Paulo Freire, em *Ação Cultural para a Liberdade*, lembra que somos seres humanos porque nos fizemos historicamente seres da práxis e, assim, nos tornamos “capazes de, transformando o mundo, dar significado a ele. É que, como seres da práxis e só enquanto tais, ao assumir a situação concreta em que estamos, como condição desafiante, somos capazes de mudar-lhe a significação por meio de nossa ação” (FREIRE, 1981, p. 109).

para que jamais repouse definitivamente em qualquer obra, como algo terminado, incólume. Como bem disse Joan Scott, “aquelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 71).

O conceito de gênero é fruto de um contexto sócio-histórico, como também do território onde emerge e está a todo tempo a reinventar-se ou a ser reinventado. Nessa dinâmica, distancia-se de qualquer petrificação e universalismo do termo e do gênero em si. Se, enquanto conceito, a transitoriedade lhe acompanha, enquanto categoria analítica, o gênero se consolida cada vez mais, sendo reconhecido como uma categoria fundante, e se constituindo referencial para variados campos do saber e perspectivas acadêmicas distintas. Isso se relaciona também com o fato de que, conforme destaca Scott (*Ibidem*, p. 86): “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Significa que modificar as relações sociais implica sempre em mudanças nas representações de poder.

Para Scott (1995), o gênero enquanto elemento constitutivo dessas relações implica em quatro elementos inter-relacionados: os símbolos culturalmente disponíveis, os conceitos normativos que expressam interpretação do significado dos símbolos, a ideia de uma posição binária fixa entre os sexos e, por fim, a identidade subjetiva. Nesse sentido, pode-se dizer que ao adotar a categoria gênero é fundamental reconhecer o campo de ação e as implicações desses elementos, em que cada um, mesmo tendo recorte próprio, existe enquanto tal a partir de uma alteridade, sem a qual é impossível apreender gênero em sua amplitude. Nas sociedades onde prevalece a dominação masculina, as relações de poder vão sendo tecidas a partir desse conjunto de elementos e se reproduzem, mesmo sofrendo mutações a partir deles.

É importante lembrar que não estamos falando de um poder político, centralizado e exercido apenas por “alguns seres” que ocupam determinados postos. Para Aníbal Quijano (2009, p. 76), o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito, articuladas em torno da disputa pelo controle de meios de existência social, a saber: trabalho, natureza, o sexo, a subjetividade (incluindo o conhecimento), a autoridade e seus instrumentos. Em sociedades colonizadas, como é o caso da sociedade brasileira, o controle dessas dimensões está articulado com a colonialidade e, portanto, com a manutenção das relações vigentes, e em constante vigilância com possíveis mudanças. É oportuno lembrar que isso inclui modificações relacionadas a gênero e sexualidade, normatizadas pelos padrões ocidentocêntricos. Assim, referimo-nos às relações

de poder circulantes e algumas vezes extremamente sutis, quando se trata das relações de gênero; daí gênero ser considerada uma categoria indispensável para se compreender como as relações que produzem desigualdades se estruturam, permanecem, se reinventam ou modificam, visto que “estabelecidos como um conjunto objetivo de referenciais, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 88), haja vista as conexões explícitas entre gênero e poder. Mas é preciso atenção para não cairmos nas armadilhas do universalismo como se todas as sociedades e em todos os tempos, o gênero ocupasse o lugar de categoria fundante.

Se pensarmos a partir da perspectiva feminista decolonial, tomando por base Oyěwùmí (2017), também repercutida por Lugones (2008) veremos que nas sociedades Iorubás e Cheroquis, por exemplo, antes da chegada de brancos europeus não havia a hierarquização de gênero. Nestas sociedades a hierarquização relacionada ao gênero é uma imposição do colonizador, como parte do processo de dominação colonial o que não permite que consideremos o gênero como categoria fundante para Iorubás e Cheroquis, como geralmente o é em sociedades ocidentais. Mas é fundamental destacar que nestas, o gênero ocupa escalas diferenciadas, sendo localizado para as mulheres colonizadas e racializadas de uma forma diversa das mulheres européias, por exemplo, que estão em sociedades que ocupam o posto de colonizadoras. Logo, o gênero trará marcas referentes a cada sociedade a partir da qual é re(significado).

Se o gênero está na base da organização social (de sociedades ocidentais e ocidentalizadas) e, segundo Lugones (2008), o patriarcado branco (advindo do colonizador ocidental) é parte da engrenagem da colonialidade, para quem o mesmo integra o que a autora denomina organização colonial/moderna do gênero, é presumível que o gênero perpassa os vários âmbitos da vida pelos quais o poder circula e, portanto, não podemos relegá-lo a apenas um lugar atrás da porta. Assim, nessas sociedades, a categoria merece a sala de entrada e a casa inteira, afinal, esta organiza a vida social por meio de um cotidiano que não pode ter seus componentes dissociados, o que faz imperativa a intersecção entre raça, classe, gênero, sexualidade, defendida por várias autoras feministas (LUGONES, 2008; DAVIS, 2016).

Nessas sociedades onde o gênero é base da organização social, a categoria emana a sua frequência sobre várias – senão todas – esferas da vida. Na esfera comumente considerada como privada, o jeito como se educam as crianças, as tarefas assumidas ou não por cada membro da casa, o jeito de se vestir, de cortar o cabelo, os adereços usados por meninas e meninos, os estímulos ao comportamento (meninos: geralmente durões e violentos; meninas:

doces, sensíveis e recatadas), a condução do choro, o modo de se sentar e comportar, a constituição da sexualidade, o início da vida sexual, a experimentação ou não de um orgasmo como parte natural e não pecaminosa, ou o contrário, a possibilidade de escolher casar ou não, a decisão de se ter filhos ou não, a escolha profissional e tantos outros comportamentos são marcados nas relações sociais a partir das formas de se conceber o gênero em um determinado espaço-tempo. Mas o gênero, que é um marcador dessas relações, que conflui em diversas circunstâncias para um conjunto de opressões, também pode ser uma ferramenta de ação política de enfrentamento utilizada *pelos sujeitos* que, ao desnudar essas opressões, se articulam em resistência a elas.

É fundamental, de acordo com Flávia (2014, p. 29), atentar para o fato de que é “impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada”. Então, aqui faço alusão a esses âmbitos nomeando-os como privado ou público apenas para facilitar o entendimento do/a leitor/a, e não para demarcar territórios independentes entre si, tendo em vista a indissociabilidade entre ambos (BIROLI, 2014; SARDENBERG, 2018). Tomando isso como premissa, é que ressalto que na esfera costumeiramente reconhecida como social e pública, as percepções associadas ao gênero continuam a estender seu manto, às vezes invisível, mas não imperceptível, ordenando os lugares que homens e mulheres ocupam ou deixam de ocupar, como também, a partir da binarização, exclui pessoas que não performam em nenhum dos dois grupos.

A muitas mulheres (pobres e negras que ocuparam espaços públicos de trabalho, muito antes das mulheres brancas e de classe média e, portanto, essa afirmação não pode ser universal) sempre coube o lugar privado. Quando elas ousam romper essa fronteira, são julgadas por várias esferas da sociedade, as quais desconsideram a sua competência e outros atributos. Nesse sentido, mulheres que assumem altos postos em empresas, instituições ou na política geralmente são avaliadas pela “beleza física ou a suposta falta dela”, pelo seu comportamento na vida particular, ou em um breve e dado momento. Caso se mostrem sensíveis, são chamadas de fracas. Apresentando-se rigorosas e firmes, são consideradas históricas, “não femininas” e insensíveis, chegando a ouvir que características assim não “pegam bem para uma mulher”. Ou seja, na prática, quase sempre são desautorizadas, desrespeitadas, descredenciadas, simbolicamente violentadas, conforme demonstrado por Zdebskyi, Maranhão e Pedro (2015), ao analisarem a misoginia perpetrada contra a presidenta deposta, Dilma Rousseff.

Essa situação acima abordada é perceptível quando em uma das Rodas de Conversa realizadas com mulheres de uma comunidade pesquisada, no momento de apresentação do cochicho realizado em grupos de três mulheres, um deles trouxe como elemento que atrapalha o bem-viver das mulheres e constitui algo que pode dificultar suas conquistas, o “medo do que as outras pessoas vão pensar sobre suas opiniões e decisões” e o “medo da família não apoiar suas escolhas e nem poder falar suas opiniões e expressar seus sentimentos”. Por outro lado, frente à indagação sobre o que o grupo apontaria como algo que pode colaborar para melhorar as condições de vida das mulheres, responderam, de forma coerente com a colocação anterior, que o fato de “ser aceita em lugares onde antes diziam que só homens poderiam frequentar” constitui um elemento importante para a conquista de direitos por parte das mulheres. Fica evidente o gênero como modo de organização das relações sociais.

A despeito das movimentações das mulheres lavradoras, repletas de inventividades que buscam costurar modos de existência no espaço em que circulam, elas não estão imunes a percepções que as desvalorizam, estereotipam e invisibilizam. Mesmo a maioria destas tendo árduas tarefas na divisão social do trabalho, no seio de suas famílias e algumas também em suas comunidades, às vezes exercendo lideranças de alta valia para suas coletividades, poucas eram/são reconhecidas pelos relevantes lugares que ocupam na economia e cotidiano da família e da comunidade. Ajudavam/ajudam no plantio, nos cuidados, na colheita e conforme demonstrado por Marques (2019, p. 34), ainda assim não há o devido reconhecimento dessas atividades, as quais sequer são consideradas como trabalho em muitos casos. Essa autora apresenta importante panorama da vida de jovens mulheres que ela denomina, “mulheres da roça” e também aponta as dificuldades enfrentadas por essas jovens mulheres para “ingressar e se manter na Universidade” (*Ibidem*, p. 40). Vale salientar as muitas condições compartilhadas por mulheres lavradoras do país, mas, em se tratando da região pesquisada por Marques, a qual coincide com a região do presente estudo, há especificidades. A interlocutora Girassol expõe essa ferida que envolve mulheres e educação. Em uma das rodas de conversa, ela expôs a influência dos avós em decisões de seus pais que marcaram sua vida, quando ela teve oportunidade de estudar, mas os pais não deixaram, pois, naquele tempo (Cerca de 20 anos atrás), os familiares não viam com bons olhos essa história de “mulheres saírem para estudar”. E completa: “Talvez não fosse isso, minha condição hoje seria outra. Eu teria bem mais conhecimento para fazer as coisas. Minha vida poderia ser melhor” (*Idem*).

Além do trabalho na roça, essas mulheres cuidavam e cuidam dos afazeres da casa, dos filhos e, conforme lembra uma de nossas interlocutoras, Flor de Maracujá, quase sempre

eram as responsáveis por irem atrás de água para atender às necessidades da família, tarefa nada fácil, presente até bem pouco tempo em vários locais da região semiárida da Bahia, incluindo o recorte espacial desta pesquisa: comunidades Capoeirão e Careta (Ibiassucê-Bahia), cujo acesso à água se assemelha historicamente a tantas outras comunidades rurais da região. Flor de Maracujá ainda abordou na entrevista os muitos afazeres da vida de quem mora no campo: “Lavradora, cuidava da roça, da criação de animais, da casa, dos filhos”. Ela acrescenta que o marido sempre saía para trabalhar fora (em outros estados), no corte de cana e colheita de café. Mas agora não está saindo mais por causa de problemas de saúde. Ela lembrou que a rotina mudou com o surgimento do Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão. “É uma rotina que nos ocupa. São três dias fixos na semana. Se tiver encomendas, sábados e domingos também. Mas não consigo nem pensar ficar sem o grupo”. Como é possível notar, há um carga de trabalho muito densa. Ainda assim, Flor faz questão de ressaltar a relevância do grupo em sua vida, afirmando que não consegue nem pensar em ficar sem ele.

Com afazeres semelhantes às interlocutoras, muitas mulheres sertanejas, ainda foram “invisibilizadas” ao longo da história, vistas como seres “menores”, dando-se a impressão de que a manutenção do núcleo familiar era tarefa cumprida apenas pelos homens da casa. Sem falar das “viúvas de maridos vivos”, que eram/são as mulheres cujos maridos iam/vão trabalhar em outros estados, ficando, no caso das colheitas sazonais, de 6 (seis) a 10 (dez) meses por lá e em outros casos até mais que isso. Alguns deles jamais voltavam, deixando suas antigas companheiras com a carga de “criarem” filhas/os, suportando todas as adversidades típicas da situação.

Acerca dessa questão, entrevistamos Flor de Mandacaru. O casal tem 23 (vinte e três) anos de casados. Nesse tempo, mais ou menos, o seu companheiro saiu para trabalhar “fora” um ano sim e outro não, e ficava lá entre 6 (seis) e 10 (dez) meses, o que na prática significa que ficaram longe um do outro, no mínimo um quarto da vida de casados, ou seja, aproximadamente 6 (seis) anos de suas vidas. Na maioria das vezes, ele ia para o corte de cana, e, da última vez, foi para a colheita de laranjas, ocasião em que ficou lá por mais de 10 (dez) meses. Ao ser perguntada sobre o trabalho cotidiano e a mudança mais significativa de quando os dois estão juntos e de quanto ele (companheiro) sai para trabalhar, a interlocutora afirmou: “Quando o marido sai para trabalhar fora, fica tudo com a gente né? A gente planta, cuida da criação; fica bem mais pesado”. Então, perguntei: E como fica a questão do cuidado das crianças quando o marido trabalhava fora e você tinha que assumir tarefas do cotidiano do campo? A interlocutora ponderou:

Responsabilidade bem mais pesada para cuidar de tudo e ainda tomar conta das crianças. A maior dificuldade era quando as crianças adoeciam. Uma filha quebrou o braço. Quem socorreu para cuidar “*dos outros filhos*”, enquanto eu estava com ela para tratar, foram as vizinhas. Longe do esposo e passando por uma situação dessa. Quando fala que o esposo vai embora a gente já preocupa. Hoje melhorou um pouco. Os filhos já cresceram. Já ajudam em casa. E eu fico mais na roça, faço trabalhos de diarista, tem as demandas do grupo também (Flor de Maracujá, 2021).

A interlocutora foi estimulada a dizer como vê, sente, analisa essa questão da distância quanto à sua vida, ao processo de educação dos filhos etc., ao que respondeu: “Muito tempo longe, metade da vida, muito difícil, precisa ter muito amor pelo esposo”. Pausa. Nesse momento, a entrevistada parece indicar-nos que um filme da vida real foi renovado em sua memória. A pesquisadora observa, respeita e depois estimula, ao que Flor de Mandacaru completa: “A educação dos filhos é mais difícil. Os dois juntos divide; quando é um só, fica mais pesado para a pessoa. E quando está os dois, os dois colaboram”. É importante ressaltar, que, ao contrário de outras situações da divisão de tarefas na vida de outros casais, aqui, a interlocutora conclui destacando que: “Quando está junto, ele ajuda bastante. Quando não sai, ele trabalha em outras roças como diarista. E o tempo que fica, cuida de tudo um pouco. E se tivesse oportunidade, ele fala, que não sairia”.

Aqui, uma pergunta: que ciência podemos produzir que seja capaz de não epistemicizar essas experiências de vida e os saberes delas advindos? Uma ciência que se pretenda feminista precisa ser capaz de pensar a diferença, mas ao mesmo tempo ter o cuidado para que esta não se torne um instrumento de reafirmação daquilo que o próprio feminismo⁸ busca combater (LOURO, 1997). Se não houver o devido cuidado, ao pautar a diferença corremos o risco de ir para o caminho que nos leva à naturalização do masculino como referencial, quando uma das principais pautas do feminismo é exatamente reconhecer o lugar de outras pessoas, a partir de si mesmas, sem tomar o masculino como um modelo a ser perseguido ou um formato a ser combatido, mas antes reconhecer a possibilidade do diverso, sem que isso descambe para a opressão de um grupo sobre outro. Nesse sentido, uma ciência que se pretenda feminista também reivindica a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade, seja do ponto de vista da sexualidade, seja em relação a diversos grupos sociais (negras,

⁸ A autora reconhece que feminismos, no plural, é o termo que se faz mais coerente do ponto de vista da prática. Contudo, longe de desconsiderar essa realidade, fiz a opção por utilizar o termo no singular, em função de uma reafirmação política.

indígenas, lavradoras, país de origem e assim sucessivamente) como elementos centrais para se pensar os inúmeros aspectos da vida humana afetados pelo gênero.

Do ponto de vista acadêmico, avançamos significativamente nesse aspecto no que diz respeito à análise das opressões a partir do reconhecimento da diversidade, das pluralidades existenciais dentro dos movimentos feministas, especialmente a partir da proposta da interseccionalidade, advinda do pensamento feminista negro, que considera as intersecções entre gênero, raça, classe, idade etc. Porém, no campo da vida social, verificamos que essa diversidade de modos de ser e viver ainda está longe de ser aceita de uma forma mais consolidada.

Quanto ao cotidiano, ainda são inúmeros os desafios acerca do reconhecimento, aceitação, respeito, tolerância e acolhimento da diversidade. Reporto-me a situações observadas através de minhas práticas em sala de aula, no exercício da docência no Ensino Médio. Mães, pais e familiares de adolescentes e jovens que transformam a vida das filhas/os em calvários quando estes revelam à família que são LGBTQIA+. Em princípio, não cabe nenhum julgamento ou culpabilidade em relação a essas pessoas que tem dificuldade de lidar com as situações que estão além da “norma”.

O propósito deve ser o de refletir sobre a construção histórica desses comportamentos. Por trás dessa condição, reside o padrão heteronormativista, que está sempre a cercear e reduzir as possibilidades, portanto, não há como não ser excludente, já que todo padrão o é, mesmo que muitas vezes isso passe despercebido exatamente por estarmos tão acostumadas/os a olhar sob a mesma perspectiva que não conseguimos ir além do aparentemente óbvio. Transcender essas dimensões explícitas exige um exercício na perspectiva de compreender os sentidos do silêncio e dos silenciamentos, que têm muito a dizer e que podem ser considerados um modo de (exis)(resis)tência dos *sujeitos*.

A colonialidade do saber, segundo Santos (2018, p. 5), “tem como base a noção de que na dicotomia Sujeito x Objeto estabelece como Sujeito (Humano) do conhecimento a Europa e, como Objeto (Não humano), os povos colonizados e suas expressões de existência, capturadas como “exóticas”, bestiais”. Intrínseca a ela está a heteronormatividade, objeto peculiar do debate sobre gênero, pois associada a ela está o binarismo que categorizou os humanos como homens e mulheres. A partir desses referenciais, um conjunto de condutas dá vazão a subjetividades que hierarquizam, ordenam “identidades”, tipos, comportamentos, os quais estão sempre a estereotipar, segregar, excluir cada pessoa e atitude que fuja do padrão, par inseparável do comportamento heteronormativo. Conforme enfatiza Lugones (2014, p.

935), “a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade”. Além de não ser inocente, é parte estratégica de sustentação desse sistema, o qual vai sendo perpetuado por meio da naturalização de algo que tem muito de construção social. Para Scott (1999, p. 92), “o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido”. Ao colocar em questão o aspecto binário, apresentado como fixo e de ordem divina ou natural, isso constitui uma ameaça ao sistema por inteiro.

Nesse sentido, não por acaso, é imperativo para o feminismo, ao debater gênero, confrontar o padrão heteronormativo e binário que organiza sociedades ocidentais, impondo o conceito universal de homem branco, “*heterossexual*”, de cultura ocidental, cuja *performance* já começa por excluir um conjunto de *outros sujeitos*, principalmente mulheres de cor, negras e outras minorias como LGBTQUIA+ e quem mais estiver fora do “padrão”.

Se essas pessoas estão localizadas no Sul global e são impactadas pela colonialidade⁹, maior será a negação delas enquanto portadoras de direitos, visto que, como lembra Lugones (2014), uma das premissas da colonialidade é negar a humanidade de seres colonizados, em que elementos de classe, gênero, raça e sexualidade se entrecruzam impedindo o rompimento da barreira imposta por este sistema. Dessa forma, para exercitar a decolonialidade, um primeiro passo é advogar contra toda e qualquer forma de homogeneização, inclusive de categorias, que não seja de uma forma positivada enquanto instrumento de luta política. Isso implica reconhecer que, entre as categorias mencionadas, mesmo que compartilhem dos impactos da colonialidade, há outras constituídas a partir do atravessamento do gênero, raça, sexualidade, territorialidade, as quais devem ser levadas em conta, quando se analisa gênero no contexto brasileiro. As interlocutoras desse trabalho, lavradoras de múltiplas habilidades e afazeres e a agência coletiva são analisadas aqui tomando por referência o próprio grupo e suas interações com outros que partilham de várias de suas condições. O que constitui avanço e retrocesso, desafio e conquista, sonho e empoderamento deve ser tomado, a partir das suas perspectivas e não da perspectiva urbana, classe média alta, de grandes metrópoles. A sua territorialidade, plenamente articulada com a classe da qual são parte é fortemente constitutiva

⁹ O termo colonialidade/colonialismo diz respeito a um conjunto de práticas típicas de processos colonizadores, em que aspectos como a hierarquia dicotômica entre humano e não humano, homens e mulheres, civilizados e não civilizados, entre “*outros/as*”, tornaram-se parâmetros de avaliação. Nesse conjunto, o Norte (Europa e América do Norte) acaba por requerer para si “superioridade”, agindo de forma a subalternizar lugares e pessoas que não estejam no padrão euro-americano (LUGONES, 2014; SANTOS, 2009).

do que elas são, acreditam, defendem e sonham. A forma como gênero, raça, classe e sexualidade atravessam suas vidas guardam aspectos que se assemelham, mas não necessariamente são iguais a mulheres que vivem em periferias de grandes cidades e menos ainda, mulheres que são de classes sociais abastadas.

2.2 Dimensão acadêmica indissociável da dimensão política

Pode-se dizer que o ganhou vida própria no universo acadêmico e se situa neste espaço a partir de várias dimensões. Entre elas, ressaltamos: “O termo gênero faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo terreno de definição para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e homens” (SCOTT, 1995, p. 11). Logo, necessário se faz lembrar que aqui estamos a enfatizar as sociedades ocidentais e ocidentalizadas, mas destaca-se que também nestas, as desigualdades estão materializadas de formas diferentes a partir de um conjunto de questões. Por exemplo: as desigualdades entre mulheres e homens brancos e da elite são diferentes, se comparadas com o grupo de mulheres brancas, de classes populares, que, por sua vez, se diferencia das mulheres e homens negros com especificidades de classe; diferentes, ainda, são as formas manifestas das desigualdades entre mulheres e homens, a depender também da sua raça e classe, que moram em periferias de grandes cidades, daquelas pessoas que moram em áreas rurais do país. O mesmo acontece se compararmos as desigualdades entre homens e mulheres de determinadas tribos indígenas, entre elas, ou com indígenas que vivem nas cidades, ou ainda com mulheres brancas ou negras. Em síntese, poderá haver tanto semelhanças quanto diferenças nas desigualdades entre homens e mulheres cada vez que observarmos os recortes que enxergam e consideram as diferenças entre esses grupos. Portanto, qualquer homogeneização será sempre incoerente e injusta e servirá ao sistema colonial/moderno do gênero, para utilizar a expressão de Lugones.

Diante disso, faz-se necessário um enfrentamento de todo um sistema ocidental colonialista, que também é racista, sexista, capitalista e imperialista e que, através das relações de gênero, constrói, discursiviza, molda, interpõe, materializa e mantém um conjunto de opressões. Múltiplas formas de luta contra esse sistema são materializadas nas muitas formas do feminismo, o qual procura denunciar as desigualdades, luta para desconstruir percepções arraigadas e busca caminhos para a construção de novas sociabilidades. Por mais que haja “usos e abusos”, de acordo com Scott (2012, p. 331), o gênero tem um inseparável

espectro político a partir do qual as representações voláteis vão sendo construídas nas disputas políticas de cada época e contexto, assim o conceito e as representações sobre ele são amplamente disputadas. Para Scott (*Ibidem*, p. 338), “gênero foi nosso instrumento para diagnosticar e extirpar a desigualdade”. Desse modo, uma análise de gênero deve constituir compromisso crítico em revelar contradições e instabilidades presentes nas significações que atribuímos a macho/fêmea, masculino/feminino.

Desde Simone de Beauvoir¹⁰, passando por Michelle Perrot¹¹, até a atualidade, nas sociedades ocidentais, o campo dos estudos de gênero tem buscado o aperfeiçoamento, ampliação, descortinamentos, desconstrução, reinvenção, ganhando acadêmica e politicamente cada vez mais força e adesões, sendo capaz de ressoar em vários campos da ciência e com um movimento de espiral em praticamente todos os campos da vida humana. Nem a política, nem a religião, nem a ciência, nem a arte, nem a vida privada, nem a vida em sociedade conseguirão se desvencilhar por completo dos raios refletidos a partir do que se convencionou chamar de gênero. Portanto, a sua dimensão acadêmica também é indissociável da dimensão política.

A temática de gênero no mundo acadêmico vem ganhando contornos próprios de cada época e, atrelada às lutas feministas, foi adentrando neste espaço à medida que as lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres foram sendo ampliadas e fortalecidas como questão acadêmica e como reflexo da militância feminista, se constituindo uma categoria analítica potente.

Ademais, ao longo desse percurso, outros agentes foram sendo incorporados, como é o caso da população LGBTQIA+ (Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexo, assexuais e outras pessoas mais). Ganham força e novas abordagens advindas do pensamento feminista negro, protagonista de interposições e questionamentos que enfrentam um conjunto de elementos já consolidados num certo feminismo branco, eurocentrado que ignora mulheres fora dessa “bolha”. O feminismo decolonial traz perspectivas que dialogam com o pensamento feminista negro, ao tempo em que desnuda a colonialidade do gênero. Assim, é importante que, mesmo utilizando o termo no singular, por uma questão de reafirmação política, seja fundamental reconhecer os vários movimentos de feminismos, os

¹⁰ A francesa Simone de Beauvoir (1908 -1986) foi escritora, intelectual, filósofa, ativista política e feminista. Ela é lembrada como uma referência feminista. Uma de suas obras mais conhecidas é *O Segundo Sexo*, considerada impactante na época e com reflexões pertinentes ainda na atualidade.

¹¹ A historiadora e professora francesa Michelle Perrot é uma referência para a luta e para os estudos feministas, haja vista a sua inovação na pesquisa sobre mulheres quando este tema pouco circulava nos meios acadêmicos e menos ainda em meio à sociedade da época em que despontou nos estudos sobre história das mulheres.

quais vão além das famosas “ondas feministas”, já que mantendo um viés de combate a todas as formas de opressão estes ganharam a cor e a rima de cada tempo e lugar, mesmo compartilhando de questões comuns em várias partes do mundo.

Ao se inscrever a necessidade de estudar/evidenciar as mulheres para compreender o processo de desigualdade de gênero, muitos estudiosos, mas principalmente estudiosas (PERROT, 1992; HOOKS, 2013), se lançaram também na luta por direitos das mulheres, luta esta ampliada posteriormente e que se estendeu às/aos negras/os, à comunidade LGBTQIA+ e a outros grupos oprimidos. Ou seria o contrário?

Inicialmente, a partir da necessidade de lutar por igualdades entre homens e mulheres, muitas se tornaram estudiosas em função da demanda de se compreender os processos nos campos mais diversos que sustentam a base dessa desigualdade. Guardadas as proporções, seria como “quem veio primeiro: o ovo ou a galinha?”, mas o que vale ressaltar é que essa simbiose mexeu demasiadamente nas estruturas da sociedade ocidental no século XX, a ponto de o feminismo ser considerado “a grande revolução” do referido século. Mas, então: se esse campo se despontou e galgou o seu espaço, por que a desigualdade de direitos entre homens e mulheres ainda persiste? Por que ainda vemos perpetuar múltiplas desigualdades quanto à cor, classe, orientação sexual? Entender a complexidade dessas relações vai além de estudar as mulheres e de ser militante feminista.

É fundamental reconhecer a pluralidade que advém das inúmeras realidades, pois “observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem” (LOURO, 1997, p. 23).

Essas ponderações são relevantes para afirmar que estudar gênero não é estudar mulheres de forma isolada, mas, sim, um conjunto de elementos capazes de nos instrumentalizar para a denúncia das desigualdades de oportunidades, das violências sofridas por muitas mulheres, a exemplo do feminicídio, mas também para denunciar todo um sistema mundo moderno/colonial, a quem interessa em manter um conjunto de opressões, em que as minorias políticas pagam um alto preço pela negação da sua condição de humanidade sob as mais diversas perspectivas, uma humanidade que também é uma construção ocidental.

Para Scott (1995), há conexões explícitas entre gênero e poder que estruturam a organização da igualdade e da desigualdade e isso ajuda a explicar a razão pela qual gênero tem sido reconhecido enquanto categoria de análise. Uma categoria arrebatadora, cujos impactos não são possíveis de mensurar, mas, para defender ou contestar, muitas vezes se

levantam e reconhecem as implicações dela advindas algumas das quais que se espalham e consolidam a partir do impacto do advento do gênero e de sua irmandade siamesa, o feminismo.

A que veio esta força chamada feminismo? Veio contestar, mexer, revirar, desconsertar, romper, incomodar, restabelecer, propor, mas adiantando que ela agora habita muitos lugares, e seria mais coerente evocá-la no plural: feminismos. Feito o registro, peço licença para utilizar a palavra no singular, com vistas a manter a potência política da expressão, mas advogando pela sua pluralidade.

Foi especialmente a partir da segunda metade do século XX, que o feminismo ganhou mais visibilidade. Considerando uma classificação também ocidentalizada e branca que fala em ondas, as várias ondas feministas¹² foram deixando suas marcas, e a segunda onda foi decisiva nessa consolidação. No caso do Brasil, a incursão da segunda onda foi retardada, em comparação com países do continente europeu e da América do Norte. Para Maria Joana Pedro (2010), isso ocorreu, sobretudo, em função das ditaduras que assolaram o continente na época. Os impactos do feminismo no Brasil como em outros países do Cone Sul tiveram seu próprio dinamismo, e “em cada lugar, adotou, por sua vez, configuração específica” (PEDRO, 2010, p. 115). Ao longo da história, e a partir de cada contexto, o feminismo acabou arrastando consigo um conjunto de princípios, que foram sendo construídos, ampliados e aperfeiçoados em várias ondas, ou (sem classificá-lo em ondas) vários contextos sócio-históricos.

Considerando a classificação convencional do feminismo em ondas, um princípio que as perpassa como uma espécie de fio condutor é a liberdade. Mesmo que seja de inspiração liberal, em sociedades eurocentradas, se em algumas reivindicações feministas esse perfil acabou prevalecendo (como por exemplo, a luta pelo direito de voto das mulheres) e ainda hoje mantém suas versões atualizadas e envernizadas na atual fase do neoliberalismo, por outro, a luta por liberdade foi motor que impulsionou a defesa da liberdade das mulheres, numa perspectiva emancipatória. Podemos tomar como exemplo a defesa e a implementação de autogestão coletiva de grupos produtivos, na perspectiva da economia solidária, o que representa corredores de subversão ao sistema capitalista, fundamentado na competição.

¹² “Ondas feministas” é uma expressão cunhada para apontar as principais fases pelas quais o feminismo passou, muito embora seja impossível uniformizar essas ondas, haja vista as peculiaridades de cada época e lugar, um conjunto de características que permitem essa diferenciação. No caso do Brasil, além de lutas empreendidas por outras feministas de outras partes do globo, fez-se necessário lutar contra o racismo e contra a Ditadura Militar, por exemplo (RIBEIRO, 2015, p. 15).

O outro princípio é a defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres. Este está intimamente ligado à defesa da liberdade, porém, vai um pouco mais longe. Defender direitos iguais entre homens e mulheres passa a ser uma pauta com vitalidade a partir da segunda onda feminista¹³. O curioso é que, guardadas as proporções e respeitados os devidos contextos, as reivindicações de um século atrás parecem ecoar ainda nos dias de hoje.

A liberdade e a defesa de direitos são exemplos de reivindicações que se associam à história do feminismo e que continuam a ecoar em cantos e recantos. Isso ocorre, por exemplo, quando interlocutoras do grupo pesquisado revelam o incômodo de alguns maridos quando elas começam a ficar mais tempo fora de casa, a partir do momento em que se reúnem para produzir os bolos. Ao compararmos com o comportamento dos homens, para eles é bastante comum estarem fora de casa muito tempo; às vezes, a trabalho o dia todo, e outras, simplesmente nos fins de semana, quando passam períodos inteiros em bares, jogos de futebol e atividades dessa natureza, enquanto as mulheres da casa continuam a realizar tarefas domésticas e de cuidado com crianças, idosos e outras similares.

Do ponto de vista prático, muitas mulheres ainda precisam defender “certos direitos”, inclusive o de ter alguns deles equiparados aos homens de seu núcleo familiar. Nos espaços do senso comum, a expressão “direitos iguais” ainda circula de forma significativa. Basta reparar nas intermináveis mensagens que circulam no dia 8 (oito) de março, dia Internacional da Mulher, nas redes sociais e na mídia em geral, para vermos o quanto a expressão ainda ecoa. Acadêmica e politicamente, reconhece-se a necessidade de superar a dimensão do

¹³ Defender direitos iguais entre homens e mulheres é uma reivindicação premente, se levarmos em conta que a maioria absoluta das mulheres ocupava uma condição de subalternidade em vários aspectos. Porém, defender direitos iguais poderia significar muitas coisas, a depender de cada contexto. Poderia, para uma mulher de classe média, por exemplo, significar o direito de estudar, tal qual o seu irmão homem. Para uma mulher negra e pobre da periferia, poderia significar a divisão das tarefas domésticas; para uma camponesa do semiárido, poderia significar o compartilhamento da tarefa de suprir a casa com água. Atualmente, a preposição circula muito mais no âmbito de reconhecimento das mulheres e outros diversos grupos que não se enquadram no que se convencionou considerar como ser humano padrão (homem-hétero-branco), como seres humanos portadores de direitos, do que propriamente uma “igualdade de direitos” entre homens e mulheres. Isso se deve, entre outras questões, ao fato do reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres, e, portanto, cada grupo tem e elabora suas demandas (BRAH, 2006), mas também tem a ver com uma questão mais teórica, abordada por Guacira Louro (1997), a qual questiona a própria noção de diferença. Se a mulher é diferente, ela é diferente de alguém. Quem seria esse alguém? O *sujeito* masculino. Assim, mais uma vez, poderíamos retornar àquilo que o Feminismo busca combater, que é, entre outras coisas, o fato do homem branco hétero ser o referencial. Afinal, se adotarmos qualquer referencial, ele irá sempre pautar nosso debate, atitudes e construções. Assim, voltaríamos para a questão do padrão, que é exatamente um dos problemas que dá origem a um conjunto de desigualdades vigentes na sociedade a partir da hierarquização de categorias. Para resolver a questão, é salutar que se reconheça a diversidade através das várias categorias existentes e os direitos de todas elas, começando por rechaçar qualquer tipo de binarismo.

direito como direito “igual” ao dos homens ou igual ao dos brancos e assim por diante, sob pena de se desconsiderar um conjunto de aspectos relevantes na seara em questão. Nessa perspectiva, argumenta-se pela importância da adoção da pluralidade, da diversidade de formas de ser, viver, existir, rechaçando qualquer heterogeneidade compulsória, podendo evocar a equidade como uma alternativa para as pautas que defendem esses direitos.

No que tange às mulheres, em uma das Rodas de Conversa, ao apresentar os elementos que atrapalham o seu bem-viver, um grupo delas foi taxativo: “Os esposos ainda atrapalham. Por mais que já mudaram muito, mas ainda são os esposos que atrapalham também as mulheres em muitas ações”. O grupo acrescentou que “ainda falta empoderamento feminino”. Falta também as mulheres terem conhecimento, acreditarem em si mesmas e enfrentarem, como indicado. Nesse sentido, disseram que há um outro aspecto que pesa: “o julgamento: que será que vai pensar de mim depois que eu fizer isto? Tenho até capacidade de fazer mas não vou fazer não por causa do outro, do que vai falar de mim”. Sabemos que nenhuma mudança profunda, que envolva mentalidade, ocorre de uma hora para outra. Como é possível perceber pelas impressões relatadas, há um processo em curso, mas ainda há muito que caminhar. Ainda assim, algumas pessoas poderiam questionar: então o impacto do feminismo não foi sentido? Não é mais possível fechar todas as frestas e janelas abertas pelo feminismo.

Pode-se dizer que as portas abertas por nomes como Beauvoir jamais voltarão a se fechar. É, felizmente, um caminho sem volta. Esses ventos também sacudiram a Filosofia, matriarca respeitada, necessária e evocada pelas ciências. E hoje, com seus próprios saberes e filosofias de vida lapidadas com suas experiências, mulheres lavradoras de tantas Comunidades do Alto Sertão, aqui representadas pelas Comunidades Careta e Capoeirão, sopram seus ventos cheios de sonhos e resistência, onde vivem sacudindo “normas” e rompendo barreiras impostas pelo gênero e outras categorias com ela interseccionalizadas. Seus percursos não são nem menos e nem mais importantes que o percurso de Beauvoir. No chão que pisam, seus percursos de resistência são microrrevoluções. E isso não é pouco.

2.3 Feminismo, filosofia e ciência feminista

Para dar conta dos impactos dessa ventania, a Filosofia se vê forçada a repensar conceitos como liberdade, subjetividade, “natureza humana”, entre outros. Aceitando os limites da metáfora, mas ainda assim reconhecendo que ela pode ajudar a externar o que estou

dizendo, quero lembrar que a metáfora da ventania¹⁴ faz alusão à capacidade que o vento tem de soprar em várias direções ao mesmo tempo, mas cabe registrar que “esse vento” tem objetivos em relação aonde quer chegar, mesmo que os percursos não estejam tão claramente pré-definidos. Não é um vento sem rumo. É um vento que sabe aonde quer ir, mas é um vento que busca se reinventar cada vez que as condições sob as quais opera demandarem reinvenções. Mas, afinal, qual o lugar ocupado pela Filosofia nesse redemoinho chamado feminismo? Para Seyla Benhabib, interpretada por Nicholson (2018, p. 13), “a filosofia fornece os meios de esclarecer e ordenar os princípios normativos que não poderiam ser obtidos simplesmente por meio da articulação das normas da cultura de cada um” e já que estas podem estar em conflito entre as pessoas, ela argumenta que são necessários princípios superiores para resolvê-lo.

Neste caso, poderíamos começar perguntando quem concedeu a quem o direito de eleger esses princípios superiores e quem e por que estabeleceu essa condição de superioridade. A Filosofia ocidental sempre pautou sua (s) análise (s) em um suposto *sujeito* homem universal. As formulações filosóficas ocidentais que buscam construir parâmetros universais em discussões que resultam em conceitos que se tornam basilares para outros campos da ciência, durante séculos, utilizam o “homem” como referencial, ignorando as diferenças. E dentro desse sistema mundo Moderno/Colonial,

O outro, a outra, se naturalizam, se homogeneízam em função de um modelo modernizador para dar continuidade ao controle não só de territórios, mas também de saberes, corpos, produções, imaginários; e tudo isso se baseia em uma visão patriarcal na qual os saberes das mulheres são relegados a meros testemunhos, inadequados à produção acadêmica (CURYEL, 2019, p. 243).

Nessa perspectiva, a Filosofia ocidental produz a matriz que fundamenta várias ciências a partir de uma ideia de homogeneização sob a qual se assenta um tipo “padrão”, acerca de uma realidade que é, em sua materialidade, heterogênea, contribuindo para estruturar experiências subjetivas pessoais que estão intimamente ligadas às experiências coletivas das minorias políticas transformadas em “o outro”. Daí que o feminismo e a produção de uma ciência feminista precisam recorrer à Filosofia para compreender e denunciar esse sistema, porquanto, aponta Rago (1998) que os principais pontos da crítica

¹⁴ Metaforicamente, é possível relacionar a Oyá, também conhecida por Iansã, que no Candomblé é a orixá dos ventos e dos raios, cujo nome é associado ao Rio Níger e seus braços, através dos quais se chega a lugares diversos, assim como o vento.

feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença.

Diante desse cenário, surge a necessidade de o feminismo problematizar várias questões ou, do contrário, não terá êxito em sua empreitada, enquanto campo teórico (o qual não se dissocia da prática), mas também enquanto categoria de ação de enfrentamento às várias subalternizações intrinsecamente relacionadas à decolonialidade (que tem em sua gênese a negação das diferenças e da pluralidade). Ao destacar o papel do feminismo nesse processo, é importante ressaltar que não se trata de colocar todo o peso da responsabilidade para o mesmo, desobrigando o Estado de seu papel no enfrentamento às subalternizações e na garantia dos direitos das pessoas historicamente subalternizadas e de que ele seja cobrado por isso. Mesmo que ele próprio, enquanto instituição, tenha tido atuação direta e/ou indireta (quando é omissa, por exemplo) na efetivação, na perpetuação e no desencadeamento de tantas opressões, no interrompimento, no enfrentamento e na superação de muitas delas, em nossas sociedades.

Considerando o Estado uma instituição estratégica na constituição da modernidade e do próprio cerne da filosofia e da ciência ocidental, cabe um adendo para explicitar o conceito a partir do qual faço considerações sobre essa instituição. Apesar da colonialidade do poder e do saber também presentes na concepção corrente sobre estado moderno, e do espectro racista em sua própria conformação (já que os povos originários/indígenas e negros, foram alijados desses processos), para Quijano (2005), o que denominamos de moderno Estado-nação trata-se de uma sociedade nacionalizada, politicamente organizada, implicando em instituições modernas de cidadania e democracia política, sendo uma estrutura de poder, em que há frequentemente a imposição de um certo grupo sobre os demais, a partir do modo como o controle acerca do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos, da autoridade e de sua violência específica, da intersubjetividade e do conhecimento, é exercido. Diante do exposto, se o Estado é uma instituição acerca da qual é necessário manter uma desconfiança constante, também é verdade que não podemos ignorar, dispensar, subjugar ou abrir mão de seu posto estratégico na organização da vida, da ciência e da sociedade, em mesmo quando se trata da luta em defesa de direitos de grupos historicamente subalternizados.

Retomando a questão do papel da Filosofia na construção de uma ciência feminista, se “são necessários princípios superiores para resolver tal conflito”, conforme acentuado em

citação anterior, princípios estes que seriam construídos pela filosofia, ainda corremos o risco de continuar a exclusão ao manter um referencial filosófico euro-americano cuja modernidade ocidental estabeleceu como padrão e que epistemologicamente continua a ignorar a filosofia e outros saberes-vivências dos povos do Sul, colonizados, seja por negar historicamente a existência destes, fora da Europa, seja na atualidade por ignorar os conhecimentos advindos de autores/as fora do eixo euro-americano e mais ainda de saberes acumulados em vários campos, por povos fora desse eixo.

Ao debater a construção do outro, Carneiro (2005, p. 98), nos lembra que “os pressupostos instituídos pela racionalidade ocidental, no que tange às possibilidades de conhecer e produzir conhecimento, instituíram ao mesmo tempo as aporias sobre a educabilidade de cada grupo humano”. A partir dessas reflexões, um conjunto de questionamentos é lançado: a matriz teórica ocidental é capaz de oferecer respostas que incluam outras categorias para além desse “*sujeito* universal”? Esse questionamento é válido tanto para a categoria raça quanto para gênero, como ainda para outros grupos que foram fomentando o debate para também serem incorporados a esse dilema filosófico. Por isso, a necessidade de provocar a Filosofia, a fim de que esta continue a se debruçar na desconstrução de certos conceitos, para só posteriormente ser capaz de construir novos referenciais, com densidade teórica capaz de atender às múltiplas demandas dos diversos campos da ciência. Assim, incluiria e subsidiaria a pauta feminista, tematizando abordagens acerca de universalismos e questão da diferença, dicotomias, emancipação, subjetividade e constituição do eu, agência, entre outras, que entrecruzem conceitos e demonstrem suas potências ou fraquezas para o debate feminista, pois, ao lado de outros campos críticos da ciência, conforme Rago (1998), as epistemologias feministas revelam o caráter excludente de categorias dominantes, que se apresentam como universais e denunciam uma racionalidade que opera num campo ensimesmado. Além disso, trazem “as propostas desta nova forma de conceber a produção do conhecimento, do projeto feminista de ciência alternativa, que se quer potencialmente emancipador” (RAGO, 1998, p. 4).

O marxismo, categoria de análise que também fez/faz história entre autoras feministas, a exemplo de Danièle Kergoat (2009), Heleieth Saffioti (2013), não ficou imune às críticas tecidas à racionalidade ocidental. E, se ainda hoje essa categoria tem muito a contribuir quanto à compreensão do capitalismo e do sistema de classes enquanto categoria hierarquizante do sistema de opressões, conforme é possível se verificar no conjunto de artigos publicados no Dossiê Temático Marxismo 21(2020). Também é fato que muitas

feministas, como Avtar Brah (2006), Patrícia Collins (2017), Helena Hirata (2014), Ângela Davis (2016) e Carla Akotirene (2019) consideram salutar ir além da análise da categoria classe e atuar numa perspectiva em que não haja a hierarquização de opressões. Isso sem falar, de acordo com Quijano (2009), do aspecto eurocêntrico de vertentes do materialismo histórico que consideram inválidos outros conhecimentos sobre o capitalismo, incorrendo, portanto, em aspectos que corroboram a colonialidade, que insiste em se referenciar apenas em conhecimentos eurocentrados, ignorando questões emergentes presentes em sociedades subalternizadas, nas quais a colonialidade do gênero é parte dessa engenharia de poder.

Lélia González (2019) e Sueli Carneiro (2005), entre outras feministas negras e pensadoras brasileiras, denunciam as artimanhas dessa “engenharia”, seja no campo acadêmico ou no cotidiano da sociedade brasileira, e chamam a atenção para a necessidade de enfrentamento dessas práticas que evidenciam a colonialidade e seus tentáculos. Também Curyel (2019), Oyěwùmí (2004) e Lugones (2014) vêm demonstrar a necessidade de se pautar questões e problematizar categorias não contempladas pelo feminismo referenciado numa epistemologia eurocentrada. Todas essas autoras, cada uma a seu modo, denunciam a colonialidade do saber que perpassa a epistemologia feminista e que contribui para perpetuar a colonialidade enquanto um projeto articulado no sistema mundo moderno/colonial.

Também é necessário reconhecer que as contribuições do pensamento feminista negro, com Audre Lorde, Alice Walker, bell hooks, Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw¹⁵, entre tantas outras, constituem um conjunto de pensares, que irá alcançar lugares até então intocados pelo feminismo “branco” e que também causam impacto significativo no âmbito da filosofia feminista. Isso porque pautam, entre outros, o debate sobre os universalismos e trazem a diferença para a centralidade da questão, denunciando que a mulher negra continuava a ser “ignorada” por muitos estudos, inclusive por muitas ativistas feministas. Assim, pensadoras feministas negras¹⁶ trazem significativa contribuição ao debate

¹⁵ Autoras feministas negras, norte-americanas, com grande repercussão nas teorias feministas e debates sobre racismo.

¹⁶ Um exemplo de obra que foi decisiva nessa inserção é o clássico livro *Mulheres, Raça e Classe* da filósofa e ativista Angela Yvonne Davis, publicado originalmente em 1981, nos Estados Unidos, e publicado no Brasil apenas em 2016, pela Editora Boitempo. A obra chega implodindo lugares-comuns do debate feminista, ao denunciar a homogeneização universalista do feminismo branco, que ignora a especificidade das condições de mulheres negras e o fato da questão raça ter sido ignorada ou ficado por tanto tempo num lugar menor, quando esta é estrutural para se debater a condição de mulheres negras, grande parcela da população feminina nos Estados Unidos, mas também em muitas outras partes do mundo onde a escravidão fez história e ainda tem vividas suas marcas, como é o caso do Brasil. A obra continua de uma atualidade inegável, sobretudo quanto à dinâmica da exclusão capitalista, que se renova através das várias facetas que o neoliberalismo vem assumindo ao longo das últimas décadas.

com a proposta da interseccionalidade enquanto ferramenta de análise, forçando a emergência de reflexões até então não contempladas e que guardam intrínseca relação com debates que se situam no campo Filosofia/Feminismo/Gênero.

As mulheres interlocutoras da presente pesquisa têm perfis diversos: negras, brancas, casadas, solteiras, mães ou não, com idades diversas, as quais compartilham algumas condições: nordestinas, lavradoras e membros de grupos que empreendem coletivamente nas suas próprias comunidades rurais. Para a investigação proposta, recorreremos a Lélia Gonzalez¹⁷, sobretudo para elucidar formas de colonialidade ainda presentes em nosso meio. Esta autora, ao refletir sobre a exclusão de mulheres, especialmente negras e indígenas, e subverter o padrão acadêmico em alguns textos, aponta problemas do feminismo hegemônico e, portanto, rompe com padrões, com a visão e prática epistêmica do conhecimento “ocidental moderno”. A esse respeito, Cláudia Pons Cardoso (2014, p. 965) aponta que “o seu pensamento inaugura também a proposição de descolonização do saber e da produção de conhecimento e (...) questiona a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar, por exemplo, a realidade das mulheres negras”. E se o termo “decolonialidade” só veio a se firmar posteriormente no Brasil, para Cardoso (2014), Lélia Gonzalez já há muito por aqui tinha prática acadêmica transgressora, colocando em prática a decolonialidade. Além disso, Gonzalez era uma feminista engajada, que positivava as coisas pelas quais as mulheres negras eram estigmatizadas e construiu seu pensamento em contato com homens e mulheres de outras localidades, cunhando a categoria amefricanidade¹⁸. Cardoso identifica no pensamento desta escritora, “aproximação com a colonialidade do poder, de Aníbal Quijano, e a colonialidade de gênero, de María Lugones, revelando a atualidade de suas ideias” (CARDOSO, 2014, p. 970).

Na seara do pensamento feminista negro, Sueli Carneiro (2003, p. 118) também destaca que a “incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no

¹⁷ Lélia Gonzalez (1935-1994), nascida em Minas Gerais, filha de pai negro e mãe indígena, construiu no Rio de Janeiro a sua trajetória de educadora, intelectual e escritora, de onde despontou para o país como referência para o Movimento Negro. Nesse movimento, militou boa parte da vida, tendo ganhado notoriedade onde circulava desde cedo pela sua inteligência aguçada. Informações disponíveis em: https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-mulher-negra-na-historia-dobrasi/?gclid=EAIaIQobChMIk_HEpbqx6QIVD4aRCh2M5QrDEAAAYASAAEgIRLPD_BwE

¹⁸ Esta é uma categoria bastante atual se quisermos pensar a partir de uma perspectiva decolonial, pois, de acordo com Lélia Gonzalez: “as implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (*Amefricanity*) são, de fato, democráticas, exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (...). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

universo feminino, a despeito da identidade biológica”, foi uma das consequências do feminismo, no Brasil, ter sido prisioneiro (assim como outros movimentos progressistas brasileiros) da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. Para a autora, “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (*Idem*).

Observando as autoras anteriormente citadas é possível notar que também temos no Brasil referências do Sul Global e decoloniais acerca do debate de gênero; utilizá-las ou não é uma escolha que tem uma relação direta também com a forma como o campo acadêmico foi se constituindo no Brasil e no mundo, e este, por suas vez, sempre esteve intrinsecamente ligado à matriz europeia e, portanto, colonial, sendo racista e sexista.

Segundo Grosfoguel (2016), teorias sociais baseadas nas experiências sócio-históricas de cinco países europeus, advindas de homens (França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália) constituem a base teórica das ciências humanas nas universidades ocidentais dos dias de hoje. Diretamente relacionado a isto, “a outra face desse privilégio epistêmico é a inferioridade epistêmica; são dois lados da mesma moeda da qual uma face se considera superior à outra” (GROSFOGUEL, 2016, p. 27). Logo, referências do Sul Global e de perspectivas decoloniais continuam à margem de ementas dos mais variados Cursos do Ensino Superior, dentre os quais aqueles do campo das Ciências sociais e humanas, cabendo por vezes a professores mais ousados irem subvertendo essa prática recorrente, ao inserir leituras historicamente epistemicizadas na construção de grades curriculares e ementas de cursos superiores do país.

São profícuos os debates filosóficos levantados por teóricas feministas, porém, estamos longe de consolidar um impacto capaz de incidir e provocar rupturas decisivas em modelos e padrões ocidentais, os quais foram construídos ao longo de séculos e ainda são os grandes referenciais no universo acadêmico mundo afora. Os feminismos que se posicionam numa conjuntura Sul Global, ao teorizarem gênero, ainda têm um desafio enorme pela frente, qual seja, o de engravidar a Filosofia a fim de que ela venha parir filhas capazes de enfrentar os velhos capitães (conceitos) ocidentocêntricos, mas também fazer circular filhas e filhos que já nasceram, mas que ainda não gozam do lugar merecido no campo acadêmico e em outros meios relevantes, em que toda a sua potência pudesse se efetivar. Exemplos disso são Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, seguidas de uma vasta lista de pensadoras brasileiras e do Sul Global que vêm promovendo análises e reflexões que nos convidam à decolonialidade do saber. Nesse aspecto, o feminismo recorre à Filosofia para uma empreitada desafiadora:

denunciar a suposta objetividade e neutralidade na produção de conhecimento, como elementos que acabam mascarando as linhas condutoras nesse processo e que levam à produção de um conhecimento dentro de certos padrões, que em vez de serem “neutros”, como se nos apresentam, estão a serviço de um modo de conceber, manter e reproduzir o mundo onde estão imersos os/as cientistas e do qual, verdadeiramente, não é possível sair ileso.

Nessa empreitada, a epistemologia pode ser um sistema de manutenção da ordem vigente, do sistema Mundo Moderno/Colonial ou também funcionar como meio de denúncia e enfrentamento da colonialidade e, portanto, das desigualdades, dos jogos de poder, das múltiplas subalternidades produzidas através dos mais variados mecanismos, entre eles a própria ciência. Assim, em prol de uma ciência feminista, capaz de se vincular a este último propósito, a epistemologia torna-se elementar; está em processo uma significativa mutação na produção do conhecimento científico, mas, conforme lembra Margareth Rago, “seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, sem reconhecer que se há rupturas, há também muitas permanências em relação à tradição científica” (RAGO, 1998, p. 3).

Diante dessa conjuntura, uma das tarefas de pesquisadoras/es feministas é desconstruir “verdades” consolidadas, algumas das quais construídas ao longo de séculos, para só então buscar construir novos referenciais, agora não mais na categoria de verdade objetiva e neutra, mas numa categoria que se reconheça como do campo das possibilidades.

A epistemologia feminista, portanto, é relevante tanto no aspecto acadêmico como no campo político, ao reconhecer que a práxis está entranhada de estratégias que subalternizam, mas também deixam brechas para repensar práticas e propor novas sociabilidades que possam contribuir para superar essas subalternidades. São espaços para denúncias e proposições que caminham na direção das chamadas epistemologias do Sul e da decolonialidade.

2.4 Feminismo e Colonialidade

O feminismo, como já dito, tem se tornado um instrumento para a denúncia e o enfrentamento das desigualdades, nas múltiplas formas. Para essa árdua tarefa, feministas precisam identificar as estruturas basilares dessas desigualdades, expor os campos a serem enfrentados, indicar os caminhos a serem percorridos e pensar quem são as/os possíveis aliadas/os nessa jornada.

Os feminismos reconhecem o gênero como um elemento central nas relações, apontando o sexismo como grande entrave para novas sociabilidades. O pensamento feminista negro e o feminismo decolonial, por sua vez, reconhecem outras estruturas desse sistema que geram e mantêm tantas desigualdades, quais sejam o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo. Sobre isso, Lugones (2008) destaca que, juntos, eles se sustentam e são mantenedores de múltiplas opressões mundo afora, em que são articulados com o sexismo e o racismo, numa conjunção na qual não se pode entendê-los a partir de uma hierarquização, mas, sim, de uma confluência para manutenção de uma ordem vigente, assim ganhando novas roupagens e mantendo a estrutura do que Lugones denomina de sistema mundo moderno-colonial.

Desse modo, esse sistema utiliza de velhas práticas coloniais para negar a humanidade de pessoas e povos que não estão no “padrão do colonizador”, incluindo-se aí mulheres negras e de cor, pobres, LGBTQIA+ e de etnias e territorialidades inferiorizadas, condições que vão adensando essa negação de humanidade. As interlocutoras desta pesquisa compartilham de várias condições (mulheres, lavradoras, nordestinas, parte delas negras, baixa escolaridade), as quais as colocam na posição de afetadas por essa colonialidade.

Entre as opressões decorrentes desse sistema está a colonialidade relacionada ao saber, a qual produz epistemicídio¹⁹, conceito tomado por Carneiro (2005) e Santos (2009), para quem ele constitui na supressão dos conhecimentos locais, geralmente, perpetrada por um conhecimento que advém dos padrões ocidentocêntricos. Em uma leitura análoga, Gayatri Spivak (2014) denuncia a violência epistêmica indissociável do imperialismo, a qual nega a história e a humanidade de sujeitos subalternizados. Carneiro, por sua vez, aprimora o conceito de Santos, considerando que o epistemicídio,

(...) para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, é um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também,

¹⁹ O autor usa esse conceito para se referir à supressão e descredibilização dos múltiplos silenciamentos perpetrados aos conhecimentos, cultura e diversas manifestações, seja acadêmica, social ou politicamente dos povos do Sul, os quais estão fora do padrão ocidental moderno que mantém seu caráter colonizador (SANTOS, 2009).

individual e coletivamente, como *sujeitos* cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

O conceito adotado por Carneiro (2005) remete à destituição da humanidade do outro, que em sua análise se aplica ao aspecto racial. Convém lembrar, porém, que a sua análise conceitual também pode ser aplicada ao gênero dentro de seus respectivos contextos e temporalidades e é o que nos propusemos a fazer neste trabalho, aliando a isso a recorrência à categoria de análise da interseccionalidade, assim buscando investigar o acoplamento de aspectos como: nível de escolaridade, territorialidade e classe social, que são condições que contribuem para a epistemicização dos saberes e agências dessas mulheres, para após a denúncia, ir adiante evidenciando as (re) existências agenciadas a partir de ação coletiva das participantes.

Se o epistemicídio se aplica ao conhecimento (acadêmico ou não) dos povos do Sul global²⁰, mais ainda se aplica sintomaticamente aos conhecimentos das mulheres (e de outros grupos que se constituem minorias políticas, como negros, indígenas, LGBTQIA+, entre outros). Spivak (2014, p. 85) enfatiza que, “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito (...) feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” o que, de certo modo está relacionado com o que a autora denomina de violência epistêmica.

A produção do conhecimento acadêmico e científico, de um modo geral, e o reconhecimento deste enquanto tal, chancelado somente se apresenta um referencial teórico clássico, de acordo os critérios de padrões ocidentocêntricos, já está a excluir e incluir, e, portanto, a classificar os conhecimentos produzidos. Isso não significa que ele age isoladamente; faz parte de um projeto do sistema vigente, no qual a colonialidade vai se perpetuando como estratégia de dominação, agindo também e sistematicamente no campo do conhecimento. Entre o conhecimento acadêmico, ocidentalmente referenciado e os conhecimentos e saberes de povos originários de sociedades colonizadas, povos de tradição oral, como é o caso de muitos povos africanos e indígenas e com forte presença nas

²⁰ O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos que procura reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Essa concepção do Sul sobrepe-se, em parte, com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12).

comunidades rurais das quais as participantes desta pesquisa são parte, há um abismo imenso. Enfrentá-lo é um exercício para denunciar a colonialidade. Nesse sentido, convém interrogar junto com Grada Kilomba:

Qual conhecimento é reconhecido como tal?
 E qual conhecimento não o é?
 Qual conhecimento tem feito parte das agendas e currículos oficiais?
 E qual conhecimento não faz parte de tais currículos?
 A quem pertence este conhecimento?
 Quem é reconhecido/a como alguém que tem conhecimento?
 E quem não é?
 Quem pode ensinar conhecimento?
 Quem pode produzir conhecimento?
 Quem pode performá-lo?
 E quem não pode? (KILOMBA, 2010, p. 4).

Ao pontuar esses questionamentos, a autora nos provoca a desencadear um processo que precisa desaprender muitas coisas, para reaprendê-las de outros modos. Definir o que é conhecimento já é um processo de hierarquização e, conforme Kilomba (*Idem*), “o conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é sim a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar”. Posto isso, percebe-se que as relações opressoras estão muito além de estruturas aparentemente óbvias e bem definidas, por vezes revestindo-se de pureza e isenção, como é o caso do campo do conhecimento. Logo, “algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e *patriarcal*” (*Idem*).

O Colonialismo, como arma do capitalismo, mas com alcance em outras esferas, exaurindo do ponto de vista político (oficial), com a “independência” das colônias, continuou sua marcha sob a forma de colonialidade, a qual se estende desde o âmbito do poder ao do saber. O feminismo, enquanto instrumento político e/ou acadêmico, precisa enfrentar essa questão, pois a colonialidade²¹ continua sua marcha de homogeneização do mundo, se configurando na atualidade no sistema moderno colonial de gênero e que, de acordo com Lugones, faz perpetuar o “alcance das mudanças na estrutura social dos povos colonizados, imposta pelos processos constitutivos do capitalismo eurocêntrico colonial/moderno” (LUGONES, 2008, p. 92).

²¹ Segundo Lugones (2014, p. 939), “Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”.

Ao analisar a condição de colonizados/as, Lugones vai mais longe que Scott e problematiza o gênero para além de relações de poder, deflagrando que:

Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos (LUGONES, 2014, p. 939).

Lugones aqui estabelece um diálogo com Carneiro (2005), que, ao tratar a questão do epistemicídio, já denunciava o aspecto da desumanização das pessoas negras. A colonialidade reside, sobretudo, no não reconhecimento do humano dos colonizados. Não admite sua emancipação e busca uma homogeneização do que não é homogêneo. Desconhece a humanidade em sua plenitude, seja em corpos de mulheres, de negros, de indígenas, lavradoras, que são violentadas/os, seja na negação de sua potência ou de seus direitos.

Nessa perspectiva, a abordagem da autora nos interessa, pois constitui um caminho que guia a análise de relações de gênero de lavradoras (e o que as circunda), as quais, sob um conjunto de aspectos, são impactadas pela colonialidade e, conseqüentemente, pelo epistemicídio que dela advém, ao negar a condição de plena humanidade e os direitos a muitas dessas mulheres, desencorajando-as enquanto possíveis agentes de suas vivências. Elas, por sua vez, vêm subvertendo com seus modos inventivos de (re)existir sertão afora e adentro.

Há subversões diversas, de diferentes modos e em variados lugares. Julieta Paredes Carvajal, aimará da Bolívia, nos provoca e inspira com o feminismo comunitário, conceituado em 2006 e construído junto com o povo aimará. Para Carvajal (2006), o feminismo tem a ver com o corpo negado, ignorado e invisibilizado. A pensadora não considera o feminismo comunitário uma teoria acadêmica, mas sim um modo de vida em que teoria e prática estão entrelaçadas e se constitui como um feminismo latino-americano de enfrentamento cotidiano à colonização, buscando a valorização dos povos originários. Neste sentido, “o questionamento epistêmico de nossos povos deve ser proposto de maneira que seja um diálogo útil para as lutas dos povos do mundo” (PAREDES CARVAJAL, 2019, p. 79). Além de chamar a atenção para a necessidade de um feminismo comprometido com a resistência dos povos, a pensadora chama atenção para o fato de que mesmo autoras que se apresentam como críticas à colonialidade do gênero, não deixam, muitas vezes, de serem controladas pelo

pensamento hegemônico e colonial do ocidente e ainda estão imersas no que ela denomina de compartimentos estanques, desconsiderando as múltiplas possibilidades de existência e constituição dos feminismos e da existência/resistência das mulheres e dos povos. E convoca: “Longe de práticas lapidárias e competitivas entre as mulheres, convocamos a construir comunidade” (*Idem*).

Ancorada em Lugones (2014) e numa sintonia com Haraway (1995), inspirando-nos ainda em Kilomba (2010, p. 7), que afirma que “para descolonizar o conhecimento, temos que entender que todas/os nós falamos de tempos e de lugares específicos, a partir de realidades e histórias específicas. Não existem discursos neutros”, buscamos aqui localizar a experiência das mulheres participantes, ao tempo em que numa perspectiva decolonial, reivindicamos a pluriversalidade e a singularidade do lugar analisado, sem deixar de relacionar a análise a um conjunto de outros aspectos compartilhados. Numa perspectiva decolonial, o caminho que procuramos percorrer observa uma direção apontada por Collins (2017) e Sardenberg (2015), qual seja a de encontrar seu lugar, sua perspectiva, suas peculiaridades, sem deixar de se relacionar com as estruturas micro e macro-organizadas na sustentação do sistema opressor. Ao pensar numa acepção prática, capaz de ir ao encontro das mulheres e comunidades envolvidas neste trabalho, o feminismo comunitário de Paredes Carvajal (2006, 2019) constitui-se uma inspiração potente para a articulação de existências e resistências desses coletivos. Efetivamente, mesmo sem contato com a proposta do feminismo comunitário, podemos perceber que essas mulheres já estão, a seu modo, dando passos nesse sentido; e para usar um termo da própria pensadora, estão “criando”.

2.5 Gênero e construção de saberes localizados: caminhos para uma ciência feminista

Na ousadia de tecer um saber comprometido com “um mundo que possa ser parcialmente compartilhado”, nas palavras de Haraway (1995, p. 15), é que me sinto desafiada a fazer ciência feminista que beba na fonte das epistemologias do Sul, e que se proponha decolonial e interseccional. Mas o que isso significa? Segundo Donna Haraway, interessa às feministas um projeto de “ciência sucessora que ofereça uma explicação (...) melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm” (HARAWAY, 1995, p. 15).

Nesse sentido, estou partindo do pressuposto de gênero como categoria analítica e política, visto que as posições favoráveis ou contrárias ao debate que essa categoria levanta têm sempre como referencial um projeto de sociedade. De um lado, estão as posições que reconhecem e advogam pela necessidade de superação de um conjunto de situações relacionadas a gênero, as quais, na visão destes grupos, representam múltiplas opressões. De outro, aquelas que se pautam na ideia de conservação ou restauração de determinadas relações de gênero e de outras que com ela estão entrecruzadas. Diante disso, é importante uma tomada de posição consciente quanto à necessidade de se enfrentar e/ou romper com as desigualdades que ainda persistem entre homens e mulheres, mas que também compreendem gênero enquanto categoria capaz de reconhecer as várias formas de existência para além do binarismo homem/mulher.

O gênero, ao ser tomado como uma categoria política, pode se tornar um importante instrumento de subversão, irrompendo categorias “petrificadas”, silenciamentos ou apagamentos. Mais que isso, pode estimular a agência de mulheres, e de LGBTQIA+ e outras minorias políticas, podendo ser um elemento a partir do qual se desperta para a desconstrução de padrões e atuação numa perspectiva de reconhecer e registrar uma história que valorize essa agência enquanto instrumento para tornar as mulheres e outras minorias visíveis como participantes ativas, conforme aponta Scott (1995), e, além disso, seja capaz de inferir reflexões sobre as estratégias políticas feministas atuais e o futuro (utópico), assim redefinindo e reestruturando o gênero em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça.

Para esta empreitada, advogo pela utilização da lente da colonialidade e numa perspectiva interseccional, pela inclusão de categorias que se fizerem necessárias para a compreensão da realidade vivenciada pelas mulheres lavradoras sertanejas, participantes deste estudo, a exemplo da territorialidade.

No campo científico, as esferas da desigualdade também se inscrevem. Nessa seara, conforme Haraway (1995), as relações de poder permeiam práticas e produtos. Em nome de certa objetividade, a ciência auxiliou a construção de barreiras que têm contribuído com a distorção do conhecimento. Conforme já denunciado por ocasião da citação de Kilomba (2010), os estudos feministas têm o desafio de não serem engolidos por esse universo secularmente instituído, tendo em vista que, segundo Haraway (1995), as feministas e os *sujeitos* que ousam resistir estarão sob forte vigilância dos guardiões conservadores de poderes estabelecidos, nos debates sobre ciência e tecnologia, em que o que tradicionalmente

tem vigência como saber é policiado por filósofos que codificam as leis canônicas do conhecimento.

Resistir à atomização e, ao mesmo tempo, à homogeneização requer, entre outras habilidades, reconhecer a ciência enquanto campo de forças, no qual a objetividade é usada como arma estratégica na ocultação de um conjunto de significantes e significados. Assumir a subjetividade necessária para se fazer uma ciência comprometida é um passo significativo. Ao enfrentar essa questão, afirma Haraway (1995, p. 13), “desmascaramos as doutrinas de objetividade, porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade”. Por outro lado, há o desafio de elaborar um referencial de construção do conhecimento capaz de se organizar-se em instrumento de “um mundo que possa ser parcialmente compartilhado e amistoso em relação a projetos terrestres de liberdade finita, abundância material adequada, sofrimento reduzido e felicidade limitada” (*Ibidem*, p. 15-16).

Em outras palavras e evidenciando um pensamento que considero cada vez mais necessário, um mundo pautado na filosofia do “bem viver²²”, advinda de nossos parentes indígenas. Dialogando com a perspectiva dos conhecimentos locais e recorrendo à interseccionalidade, que se articula com a proposta de uma ciência feminista que almeja ser decolonial, o presente estudo investigou o caminho trilhado por mulheres lavradoras de comunidades do semiárido, as quais têm atuado na intenção de assumir uma condição protagonista, desnudando as subjetividades aí enrustidas e operacionalizando modos inventivos que contribuem para o bem viver em suas vidas pessoais, familiar e comunitária.

²² O Bem Viver expressa uma concepção de sociedade cada vez mais corrente entre movimentos sociais, especialmente da América Latina e também do Brasil. Para Acosta (2016, p. 24), “o Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza” e “enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas” (*Ibidem*, p. 29). Para o autor, o Bem Viver é uma filosofia inspirada em concepções indígenas, especialmente andinas e amazônicas, mas que dialoga com outras concepções (inclusive em círculos da cultura ocidental) como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas. Segundo Acosta, o Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar, constituindo em uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Acosta destaca que “com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida” (*Ibidem*, p. 33).

Ao referenciar na localização de saberes, a pesquisa buscou compreender o significado das possíveis mudanças ocorridas e como estas estariam contribuindo para diminuir a invisibilidade desse grupo social e colocá-lo como agente coletivo de mudanças que emitem reflexos nas relações sociais das quais são partícipes. Sobre este aspecto, em uma das entrevistas, Ipê Roxo destacou como avanço decorrente da existência do Grupo Mulheres L do Sertão, da Comunidade de Careta, “a divulgação da comunidade de forma positiva”. Nesse mesmo sentido, Abelha Rainha, ao analisar o significado do grupo Flor, Fruto e Sabor, foi enfática: “Antes do grupo, nossa Comunidade não existia. Ninguém sabia que a Comunidade de Capoeirão existia e nem imaginava que uma comunidade como a nossa, com pouca expressão política, podia chegar onde chegou”. Esse “aparecimento” da comunidade para outras pessoas (da cidade e de outras comunidades do município de Ibiassucê) tem um significado profundo para as pessoas da Comunidade: é como se funcionasse como um carimbo de reconhecimento da existência, o qual abre portas do ponto de vista da materialidade, para outras conquistas, mas antes de tudo mexe com a autoestima, o sentimento de pertença e crença em si mesmo das pessoas envolvidas. É um passo rumo ao reconhecimento da humanidade das pessoas desses territórios, historicamente sucumbida diante da colonialidade que também as afeta em âmbito territorial.

Nesse sentido, tornou-se relevante analisar esses reflexos nas relações de gênero no âmbito dos grupos pesquisados, nas quais o feminino se projeta para além do circuito doméstico e local, e que, aos poucos, vai mudando as próprias relações cotidianas mulher/homem. Sobre o grupo e o cotidiano, a interlocutora Flor de Maracujá, ponderou que “antes do grupo, a gente só ficava na roça e dentro de casa”, indicando algumas mudanças na rotina das mulheres, tanto em relação às suas saídas de casa para as atividades do grupo Mulheres Guerreiras, na própria comunidade, quanto fora dela (nas feiras e eventos, por exemplo). Aroeira, por sua vez, informou ter enfrentado muita dificuldade para o esposo aceitar sua participação no grupo. E acrescenta: “Já mudou muito (...) já ajuda um pouco, pois não ajudava nada em casa”. São micro mudanças que não podem ser ignoradas nem desprezadas. O que é possível perceber é que os reflexos da existência do grupo enquanto coletivo que compartilha coisas comuns entre suas participantes podem ser diferenciados para estas, porém, todas veem o grupo como instrumento que as fortalece, anima e encoraja a continuarem rompendo barreiras. É possível entender esse processo como a luta das mulheres em busca da própria “humanidade”, do direito de terem direitos de fazerem as coisas mais simples, como realizar atividades fora de casa (comercializar nas feiras, por exemplo). É uma

resistência à demarcação de lugares a partir do marcador de gênero, a partir do qual, na relação, hierárquica caberia ao homem/esposo definir quais lugares as suas companheiras lavradoras podem ou não ocupar. E se há a hierarquização de saberes, que provoca epistemicídios, negar à mulher a possibilidade de desenvolver habilidades de comercializar, por exemplo, reservando isso ao homem, a ponto de, como nos informou a interlocutora Flor de Maracujá, “não saber fazer um troco”, constitui uma forma de atrofiamento de suas potencialidades. Lembrando que no caso de Flor de Maracujá, o esposo, segundo ela, é muito companheiro e não dificultava que ela aprendesse essas coisas. Logo, não saber era fruto não de um cerceamento do esposo; era apenas uma situação decorrente de falta de oportunidades, possivelmente ocasionada pela acomodação gerada a partir do fato de que o esposo acabava se responsabilizando pelas tarefas relacionadas ao comércio, como é comum em muitas famílias. Isso significa, que nem sempre há uma atitude deliberada para impedir que a mulher faça determinadas coisas. Às vezes, apenas não houve um despertar para isso. E o casal apenas repete ciclos vivenciados por seus ancestrais.

O pensamento moderno ocidental está sempre a segregar e a hierarquizar. Quando a ciência se coloca como superior a outros saberes, está hierarquizando conhecimento e, por conseguinte, os humanos que detêm ou não este, segundo a sua concepção. Ao fazer isso, nega a humanidade de muitas pessoas e grupos que continuam a ser tratados na perspectiva de colonização, na qual os colonizados são sempre inferiores.

A ciência moderna promoveu a segregação do humano e do não humano, colocando o primeiro em um pedestal, como se este ocupasse um lugar superior na teia do universo e como instrumento para domar e dominar a natureza, mais uma vez dando ao binômio humano/ciência uma superioridade algo que, na prática, autoriza um conjunto de dominações, ao subjugar os demais entes não humanos, não científicos, os quais devem servir religiosamente a quem ocupa os postos “superiores”. A existência e atuação do Grupo Flor, Fruto e Sabor abre espaço para os/as participantes repensarem a sua relação com a natureza, haja vista que, conforme aponta Abelha Rainha, tanto a produção de mel, quanto a do umbu e outras frutas dependem da preservação da flora, o que, segundo ela e outros integrantes do grupo, provocou uma mudança na postura das pessoas do grupo e da comunidade como um todo, que passou a cuidar mais do meio ambiente, evitando, por exemplo, derrubar árvores, utilizar agrotóxicos, entre outras coisas. Desse modo, de alguma forma, a relação ser humano-natureza começa a ser repensada pelas pessoas da comunidade.

Voltando à categoria de humanidade, também dentro desta houve um conjunto de segregações para fundamentar a hierarquização que serviu de “justificativa” de dominação de uns sobre outros. Estamos nos referindo ao gênero e à raça. Ambos são parte do processo ocidental, moderno, branco, capitalista e colonialista, agora inseridos no que vigora na atualidade sob um conjunto de premissas, a que chamamos de neoliberalismo. São parte do estratagema que Lugones (2008) denominou de organização colonial/moderna do gênero.

Considerando a sobreposição dessas estruturas, o feminismo não pode se limitar a tocar apenas na questão do gênero. É fundamental ir além, denunciando, além do sexismo, o capitalismo e o neoliberalismo, a colonialidade, o racismo e todo um emaranhado de sistemas que se cofortificam. Para essa empreitada, a interseccionalidade, advinda do pensamento feminista negro, aliada à decolonialidade, é uma via potente, a qual dialoga com as epistemologias do Sul e pode ter na ecologia de saberes um instrumento para pôr em prática a decolonialidade em nossas realidades. Aqui, não estou me limitando a pensar um percurso acadêmico, mas também um percurso político possível, especialmente de mulheres lavradoras/ rurais/camponesas/agricultoras, do Alto Sertão da Bahia e a quem quiser se juntar a elas para uma empreitada de subversão às hierarquizações: de conhecimento, de pessoas, de raças, de classes, de gênero, de territorialidades, de humanos e não humanos, a qual continua a evidenciar o lugar de partes em detrimento da invisibilização e silenciamento de outras.

Ao pensarmos esse conjunto de opressões, é fundamental uma ciência feminista, juntamente a luta política, que articulem enfrentamentos consistentes. Para tanto, “parece imperativo que não compartimentalizemos opressões, mas em lugar disso formulemos estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam” (BRAH, 2006, p. 48).

Na perspectiva de conhecer experiências de mulheres lavradoras de comunidades rurais do Alto Sertão, buscamos percorrer este caminho relacionando esse estudo de gênero aos contextos de classe, raça e territorialidade (situando neste caso o semiárido nordestino), assim visando a construir uma ciência que contribua para superar a hierarquização de qualquer forma de opressão. Entretanto, é preciso reconhecer esses fatores como elementos que se “entrecruzam”, para usar uma expressão de Akotirene (2019), mas que, ao mesmo tempo, se diferenciam quanto à opressão, visto que algumas são mais dolorosas, porque acabam sendo potencializadas por uma série de questões e isso não pode simplesmente ser ignorado.

Sobre essa questão, a fim de exemplificação, trazemos os seguintes casos: uma mulher branca, pobre, a qual está num relacionamento heterossexual, cujo companheiro é machista e, por vezes, violento; é oprimida e sofre; uma mulher negra e pobre; e nessa mesma condição, além de vivenciar as opressões presentes na condição da mulher branca, tem sua condição imensamente afetada pelo racismo, algo que possivelmente a atravessará vida afora em várias esferas da sociedade, mas também no espectro da subjetividade, o que acarreta impactos em uma vida inteira (CARDOSO, 2017). Entre as oito entrevistadas da pesquisa, duas delas se disseram negras e quatro, pardas. Durante as rodas de conversa houve a menção sobre os padrões de beleza que afetam a autoestima de mulheres e meninas em geral, mas especialmente as negras. Isso impacta a subjetividade, sobretudo, no que tange à posituação de sua imagem, força e potencialidades. Como bem registra Louro, “há histórias mais longas e dolorosas de opressão do que outras. Portanto, serão sempre as condições históricas específicas que nos permitirão compreender melhor, em cada sociedade específica, as relações de poder que estão implicadas nos processos de submetimento dos *sujeitos*” (LOURO, 1997, p. 53).

Nessa direção, a interseccionalidade advinda do feminismo negro, conforme apontado por Akotirene (2019), é um caminho para os estudos feministas, que se pretendem comprometidos em denunciar, enfrentar e desconstruir todas e quaisquer formas de opressão. Para Kimberlé Crenshaw (2002, p. 7), ela é “uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Os estudos de gênero, para além de construir o saber pelo saber, têm a inseparável tarefa de desnudar opressões e instrumentalizar as lutas contra todas elas, além de ser eles mesmos uma luta perene no cotidiano. Neste sentido, a interseccionalidade é um instrumento salutar, pois, como lembra Hirata (2014, p. 69), ela “é vista como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, e, portanto, como um instrumento de luta política”. Segundo Akotirene, “longe de ser fragmentada, liberal e cisheterossexista, a interseccionalidade é dimensão prática (...) é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas”, visto que de acordo Crenshaw (2002, p. 7), ela “trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (AKOTIRENE, 2019, p. 114).

O presente trabalho investigou as interrupções e o cruzamento dessas opressões, mas também procurou evidenciar o protagonismo das mulheres lavradoras participantes nas

Comunidades rurais sertanejas das quais são parte. Para pensar a ação individual e coletiva desse grupo, considero aqui a perspectiva de agência, a qual nos auxilia na compreensão de como a movimentação acontece e vai se desdobrando no e com o coletivo do qual são parte. Não se trata apenas de desejo, mas da capacidade de analisar a realidade da qual é parte e ser capaz de incidir sobre ela, provocando transformações. Nessa perspectiva, devemos ir além da percepção engendrada na lógica capitalista que responsabiliza o indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso, para pensar a agência numa perspectiva dialética, conforme Brinhosa, na compreensão de “que os atores estão enredados em situações que, ao mesmo tempo em que lhes permitem certa criatividade, limitam as possibilidades da mesma. Para além, partindo da interiorização da estrutura, postula a unidade entre sistema e prática” (BRINHOSA, 2016, p. 25).

Essa perspectiva de agência dialoga com a conceituação de empoderamento, desenvolvida por Joice Berth (2019), segundo a qual, a consciência e prática, juntas, podem levar a uma atuação capaz de incidir e transformar a sociedade na qual é parte. Berth baseia-se na concepção de Paulo Freire, para quem a libertação é um ato social e, enquanto tal, não pode acontecer nem ser conceitualmente atribuído ao ser individual, como tentam fazer crer a perspectiva vulgarizada de empoderamento. Essa premissa também vale para a perspectiva de agência considerada no presente trabalho; mais ainda por se tratar de agência coletiva.

Essa agência e processo de empoderamento não acontecem de forma isolada, mas vão se desdobrando nas múltiplas experiências que ocorrem a partir das vivências individuais e coletivas. Então, se as relações de gênero são fruto das relações de poder, não é possível compreender esse universo sem compreender as teias que se estabelecem nos mais diversos meios da sociedade. Isso porque as mulheres não apenas se relacionam entre si, mas são agentes sociais e estão se relacionando o tempo todo nos mais diferentes espaços, e por isso mesmo, também é importante investigar a dinâmica de suas relações com outros agentes. Conforme ressalta Rago (1998, p. 1), citando Michelle Perrot, ao lembrar que as mulheres se relacionavam nos diversos campos da sociedade, a pensadora francesa concluiu “pela necessidade de uma forma de produção acadêmica que problematizasse as relações entre os sexos, mais do que produzisse análises a partir do privilegiamento do *sujeito*”. Por essa razão, o presente trabalho se dispôs a realizar a interlocução com homens das comunidades pesquisadas, mas sempre focando no processo comunitário que se desenvolve e como as relações entre os sexos impactam no coletivo do qual são parte. Infelizmente, o projeto inicial

não se efetivou completamente, visto que, no caso de uma das comunidades, os homens abordados, não aceitaram ser entrevistados²³.

2.6 A categoria mulheres e seu papel político

Ao tempo em que se reconhece o gênero, sobretudo, enquanto construto social e, portanto, defende-se a superação de uma concepção heteronormativa e binária (homem/mulher) extremamente limitante e excludente, as expressões homem/mulher ainda constituem-se termos relevantes para o desencadeamento de um processo de luta política. Por exemplo: se pensarmos em feminicídio, os “homens” ainda são aqueles que estão na dianteira de um processo de violência cujas vítimas são mulheres. Reconhecer, portanto, essas categorias, é um elemento salutar na luta contra a violência que aflige tantas mulheres. Para vencer estas polaridades, Dias aponta que “não há por que considerar a oposição masculino/feminino tal como se apresenta hoje, como uma carga de definições culturais herdadas do passado, como se fossem necessárias e fixas ou inatas” (DIAS, 1992, p. 42).

Isso não quer dizer que ignoramos a violência contra LGBTQIA+ e outras pessoas, as quais não se encaixam nos padrões dessa sociedade cisheteronormativa. Nesse sentido, as lutas precisam ser fortalecidas. Sem pretensão universalizante, nem caráter homogêneo, defendemos a expressão mulheres enquanto categoria que carrega a potência de resistir às múltiplas opressões, as quais não podem incorrer em nenhuma generalização, sob pena de ser grotesca e desonesta. Para fundamentar, recorremos a Linda Nicholson (2000, p. 27), que propõe: “Quero sugerir que pensemos no sentido de ‘mulher’ (...) como a palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características”. Destarte o uso desse termo no plural, mulheres, não há a pretensão de universalização, mas antes reconhecer a diversidade que nela há.

Dialogando com esta ideia, Nicholson propõe que se assumam as modificações da palavra mulher. Para a autora, “essa postura assume também que aquelas/es que atualmente defendem formas não tradicionais de compreendê-lo, como os transexuais por exemplo, não

²³ A pesquisadora entrou em contato com algumas mulheres que foram entrevistadas ou participaram das Rodas de Conversa, solicitando que estas conversassem com seus companheiros sobre a possibilidade de participarem das entrevistas. Por motivos vários que não cabem detalhes aqui, infelizmente, no caso de uma das comunidades estudadas, nenhum deles aceitou participar. A entrevista foi realizada apenas com um homem de uma das comunidades.

podem ser deixados de lado” (NICHOLSON, 2000, p. 28). Portanto, precisamos superar qualquer percepção binária, biologizada, que impõe padrões há muito superados no debate sobre gênero, mas insistentemente recorrentes em vários espaços inclusive acadêmicos e no campo das políticas públicas. Nicholson (*Idem*) recomenda pensar o: “(...) sentido de mulher cruzado por semelhanças e diferenças, sendo que neste caso o corpo não desaparece e ganha seus sentidos dentro do próprio contexto histórico”. Dialogando com esse apontamento, propomos aqui o recorte mulheres lavradoras como um primeiro elemento identificador que nos permite sair do universalismo da expressão “mulheres”.

A autora acima citada argumenta que “articular o sentido de uma palavra no contexto em que há ambiguidade, e no qual, diferentes consequências surgem de diferentes articulações, é um ato político” (*Ibidem*, p. 29). Além disso, conforme ressalta Joan Scott (2012), a representação das mulheres é sempre um ato político; daí não é possível ter um perfil fixo. É nessa perspectiva que reivindicamos o sentido da palavra mulher, porém, transpondo-a para o plural, também num ato político de reconhecimento da pluralidade, multiplicidade e diversidade de modos de se “sentir” mulher. Assim, já foi rechaçado qualquer apontamento generalizante, também denunciado por Nicholson (2000).

Em *Os Excluídos da História*, Michelle Perrot escreve: “Quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado (...). A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?” (PERROT, 1992, p. 186). A afirmação da autora não é apenas uma reclamação quanto à falta de fontes, mas principalmente um questionamento do Positivismo, o qual se utiliza de fontes e de toda uma metodologia que foca na história política e na historiografia em que, através dos tempos, o masculino impera e o feminino é um mero coadjuvante ou, às vezes, nem isso. De certa maneira, a crítica também estava direcionada a outras correntes que continuavam com esse foco e sem conseguir chegar onde fosse possível conhecer, estudar e revelar também a história das mulheres.

A construção e a validação do que é conhecimento estão relacionadas ao campo de forças que atua na sociedade, no qual a história das mulheres está imersa. Segundo Perrot (*Idem*), “o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiada com os locais exclusivos do poder”. Do contexto em que a autora fez essa afirmação até o presente momento, percorremos um longo caminho, mas ainda assim acreditamos serem válidas algumas interrogações: passadas décadas, essa exclusão estaria superada? O silêncio já teria desaparecido? Qual sentido pode

emergir deste silêncio? E o silenciamento histórico de tantas mulheres? O que podemos aprender com ele?

Inspiradas nessas reflexões, muitas outras poderiam emergir: estaria esse silêncio ainda escondendo o protagonismo de mulheres no Semiárido brasileiro, mais especificamente mulheres lavradoras, rurais, camponesas, que vivem ou que têm estreitas relações com o contexto rural? Quantos saberes e quantas histórias de mulheres foram afetados pelo epistemicídio provocado pela produção de uma ciência que decorre da “modernidade” ocidentocêntrica colonialista? Aqui no Brasil essa prática se reverbera num eixo de produção científica, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, hierarquizando conhecimentos e saberes em que as demais regiões ficam aparentemente a reboque do que é produzido pelo “centro do conhecimento científico” das regiões citadas.

Não é pretensão deste trabalho responder a essas questões; além de provocar, pretendemos, a partir delas, chamar a atenção para esse cisma que também existe na produção científica, e, a partir dessa inquietação, atuar para elucidar a história do tempo presente de mulheres lavradoras do Alto Sertão, que também é uma história de silenciamento de mulheres do Semiárido brasileiro.

Ao investigar a agência de mulheres lavradoras em um município interiorano do estado da Bahia, que compõe parte do Semiárido brasileiro, quando analisamos percursos das participantes, buscamos enfrentar a invisibilidade e os silenciamentos que têm muito a nos dizer e a evidenciar aprendizagens e conquistas que têm muito a nos ensinar.

2.7 Nordeste e gênero no Semiárido: a predominância dos estereótipos

A região Nordeste, onde está inserido o Semiárido brasileiro, cujo clima se torna um demarcador de diferença, longe de se circunscrever à mera demarcação territorial-geográfica, o que por si só já seria bastante complexo, é perpassada por ampla conotação política. A construção dos termos Nordeste e Semiárido tem uma conjuntura histórico-social que levou estes espaços a se tornarem referenciais para vários aspectos, inclusive para a elaboração, planejamento e execução de políticas públicas.

Segundo Albuquerque Júnior, tanto o Nordeste quanto o nordestino são invenções que nasceram a partir de práticas regionalistas e de um discurso regional que se “intensifica entre as elites do Norte do país a partir do final do século XIX, quando o declínio econômico e

político desta área levará a uma progressiva subordinação deste espaço em relação ao Sul do país, notadamente São Paulo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 138).

Para o autor, a identidade regional nordestina veio a se firmar de forma definitiva nos anos 30, e entre as camadas populares a identidade nordestina passa a ser assumida somente a partir dessa época. Essas invenções vêm carregadas de um conjunto de estereótipos que ainda hoje ressoam nas percepções sobre o Nordeste e sobre nordestinas/os, gerando repercussões, entre outros, nos campos da política, da ciência, da cultura, da arte, da economia, as quais se retroalimentam entre si, ganhando as roupagens de cada época, mas conservando velhos estereótipos, ao tempo em que produz sentidos, os quais estão em processo constante de modificação, mas simultaneamente mantêm alguns destes. As relações de gênero não estão imunes a esse regionalismo adensado que tomou conta da região, sobretudo, a partir da terceira década do século XX.

Ao investigar mulheres a partir de experiências coletivas em comunidades rurais, nos seus respectivos espaços, e quais caminhos vêm sendo percorridos na transformação das relações de gênero, o presente trabalho buscou fazer um recorte que valorizasse a condição de agência coletiva feminina, sem prescindir das relações que a envolvem e a faz movimentar, nos diversos espaços, transformando ou conservando, construindo, desconstruindo, resgatando ou reinventando o(s) modo(s) de ser mulher(es). Assumindo essa demanda, reconhece-se, a necessidade de situar essas relações no contexto sócio-histórico do Nordeste. Conforme lembra Nogueira (2015), para que o desvendamento das construções culturais e sociais de papéis apropriados por homens e mulheres tenha maior consistência, é necessário recusar explicações biológicas e perseguir nuances de cada processo histórico, buscando desconstruir os estereótipos.

Ainda há muitos estereótipos a serem desconstruídos – que têm sua representação ainda em vários espaços, com destaque para o cinema, televisão – e entre eles figuram aqueles que se referem às mulheres lavradoras nordestinas como submissas, conformadas com a realidade em que vivem, “caipiras” – caricatura ainda celebrada nas festas de São João, nas quais nordestinas/os aparecem como matutas/os maltratadas/os e maltrapilhas/os. Outro estereótipo muito difundido é a “mulher macho”, o qual nega a possibilidade de feminilidade às mulheres nordestinas, visto que o espaço de seca, miséria e sofrimento, ao qual o Semiárido nordestino tem sido reduzido, exigiria bravura das mulheres, não lhe sobrando a fragilidade e a feminilidade historicamente reservada às mulheres brancas e de classes favorecidas. Esse aspecto, no entanto, é bastante contraditório, visto que, mesmo sendo

valente, a mulher nordestina ainda precisaria da figura do “cabra macho” para lhe proteger, como descreve Albuquerque Júnior (1999).

Na contramão dessas figurações, Marques (2019, p. 35) chega à conclusão de que as mulheres da “roça” têm sido “protagonistas de novos processos sociais que configuram um rural que se constitui pela negociação, tensões, fissuras e disputa (ressignificação) em lutas pela igualdade e afirmação de diferenças de gênero”. Para a autora, além dos estereótipos, a invisibilização dessas mulheres ainda está onipresente e o trabalho destas continua desvalorizado. Para Baraúna, umas das participantes desta pesquisa, a nomeação como “da roça”, ainda utilizada por algumas pessoas, vem carregada de preconceito, demonstrando um comportamento muito comum, no qual uma pretensa ideia de superioridade de pessoas “da cidade” em relação às pessoas do campo insiste em perpetuar, inclusive com estudantes de escolas públicas advindos de comunidades rurais.

Se hoje há o reconhecimento da invisibilização das mulheres na História, isso também é notório no que se refere à historiografia das mulheres do Semiárido Nordestino, sobretudo se levarmos em conta o que circula na educação básica, especialmente através dos livros de didáticos, com destaque para os de História. Afinal, conforme o artigo “Mulheres no Semiárido Brasileiro: Uma história invisibilizada”, “na história à mulher sempre coube o papel de coadjuvante. (...) e durante séculos afirmou-se que nem história elas tinham” (RIOS *et al.*, 2015, p. 8). Na verdade, mais que invisibilização, há uma produção de ausências, que se articula com outras estratégias de subalternização, inter-relacionadas em um sistema em que capitalismo e imperialismo (outrora ancorados no colonialismo e agora na colonialidade) estão plenamente articulados com gênero e raça para manter a lógica vigente. Enfrentar esse sistema significa também atuar para o reconhecimento das mulheres nas suas múltiplas vivências e “a transição da invisibilidade ao protagonismo se faz cotidianamente por meio de um processo contínuo” (*Ibidem*, p. 9).

Segundo Albuquerque Júnior (2011, 2013) e Nogueira (2010, 2013, 2015), enquanto os homens são associados à valentia, à figura do provedor, que deve defender a “honra” a qualquer custo, das mulheres analisadas em suas pesquisas exige-se permanentemente obediência, “feminilidade”, docilidade e um conjunto de comportamentos que devem convergir para a “defesa da família”, a qual diz respeito geralmente à família branca. Contudo, é oportuno salientar que esse perfil de mulher e de família também não pode ser considerado capaz de acomodar todas as mulheres, nem todas as famílias do Nordeste, haja vista a pluralidade de modos de ser mulher e de ser família. As mulheres negras, por exemplo,

historicamente não tiveram a opção de “ficar em casa” enquanto o homem provê. Muitas delas, desde a mais tenra idade, eram/são obrigadas a trabalhar para ajudar ou mesmo garantir o sustento da família, situação que se assemelha às lavradoras, cuja maioria desde muito cedo, por mais que não fosse reconhecido como trabalho, já labutava na roça.

Todavia, mesmo reconhecendo a heterogeneidade de modos de ser mulher e de se constituir família, nesse cenário nordestino, especialmente no tocante às mulheres brancas, é corrente os perfis de homem valente e de mulher inocente e frágil, supondo que, nestes casos, as mulheres deveriam se submeter à proteção de um homem confiável (antes o pai e depois o marido), podendo ter outras figuras como tios ou irmãos mais velhos que também assumissem essa condição. Mesmo que na prática não correspondessem a esse ideário homogêneo, em muitos casos a mulher aparece como uma figura acessória, e o protagonismo é dos homens os quais a sociedade pede que sempre seja exercido por meio de muita “valentia”.

No cotidiano, um exemplo dessa condição é o fato das propriedades e outras posses estarem historicamente quase sempre em nome dos homens, a quem cabia responder pelo núcleo familiar. Por mais que algumas mulheres fossem consultadas e ouvidas nas tomadas de decisão, mesmo nestas situações o que se busca apresentar à sociedade é que são os homens que mandam; a última palavra é a deles e não devem ser contrariados por mulheres, pois a elas cabe “obedecer”.

O desafio de fazer as escolhas das referências para esta pesquisa se tornou ainda mais premente devido à vastidão da categoria gênero e ao anseio de devorar o máximo possível de estudos disponíveis, para, posteriormente, encontrar meu caminho epistemológico. Entretanto, contando com a limitação humana, acrescida das muitas tarefas cotidianas de mulher professora, mãe, estudante, dona de casa entre outras condições, foi preciso delimitar, ainda que com muita dificuldade, a fim de dar conta da tarefa a que me proponho.

Diante disso, permita-me uma associação. Como a lavradora que precisa ir à colheita, enquanto pesquisadora eu tenho a tarefa de ir ao campo apanhar o que de fato será nutritivo para mim, neste caso, para a pesquisa. Algumas sementes foram deixadas lá, para que o fardo não fique tão pesado; ademais, não é possível apanhar numa única colheita tudo o que desejamos. E, assim como faz uma boa lavradora, não posso esquecer que devo também guardar e preparar boas sementes, as quais, uma vez lançadas ao campo, como parte de minha tarefa, serão capazes de frutificar para dar vida nutritiva a outras pesquisas.

Assim, tive a tarefa de interromper colheitas (ciclos epistemológicos) não úteis ou prejudiciais aos propósitos da ciência feminista e decolonial a qual me propus fazer. Em

contrapartida, me alimentei e retroalimentei no campo de forças que seguem com inúmeras frentes de combate às múltiplas formas de opressão que insistem em atrapalhar quem queremos e podemos ser, e quem sabe, só revelar, de fato, quem já somos.

3 SEMIÁRIDO NORDESTINO: SINGULAR E PLURAL

“Eu sou essa gente que se dói inteira porque não vive só na superfície das coisas”.

Rachel de Queiroz

O Semiárido brasileiro foi delimitado, inicialmente, através da Lei n. 7.827, de 27 de dezembro de 1989²⁴, a qual também definiu o conceito de semiárido. De lá para cá, a região passou pela atualização de território algumas vezes, tendo a última sido concluída em 2005. De acordo a Cartilha “Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro”:

Para a nova delimitação do semi-árido brasileiro, o GTI tomou por base três critérios técnicos:

- I. precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- II. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
- III. risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (BRASIL, 2005, p. 3).

A partir desses critérios, e com essa delimitação de 2005 em vigência, o Semiárido é constituído por 1.133 municípios, os quais estão situados em estados do Nordeste, com presença significativa também no Estado de Minas Gerais, ocupando uma área total de 969.589,4 km, do território brasileiro, com uma população estimada em mais de 26,5 milhões²⁵ de habitantes. O Mapa a seguir demonstra por onde estende esse território:

²⁴ A Lei n 7.827, de 27 de dezembro de 1989, criou e estabeleceu as condições de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), e definiu o semiárido (BRASIL, 2005, p. 3).

²⁵ De acordo notícia do portal do INSA, a população estimada do semiárido para 2014, ultrapassava 23, 5 milhões de habitantes, equivalendo a pouco mais de 34% da população do Nordeste e a cerca de 12% da do país. <https://portal.insa.gov.br/noticias/760-populacao-do-semiarido-brasileiro-ultrapassa-23-5-milhoes-de-habitantes>

Figura 1 - Mapa com a nova delimitação do Semiárido - 2005



Fonte: Brasil. Cartilha Nova delimitação do Semiárido Brasileiro, p. 04. Secretaria de políticas de Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional. DF, 2005.

É oportuno registrar que as regiões semiáridas são caracterizadas, em linhas gerais, conforme aponta Silva, “pela aridez do clima, (...) deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e (...) presença de solos pobres em matéria orgânica. O

prolongado período seco anual eleva a temperatura local caracterizando a aridez sazonal” (SILVA, 2003, p. 36).

Para além de uma delimitação territorial, o que por si só já é algo relevante, a delimitação e reconhecimento do Semiárido enquanto território e espaço singular é um ato político, que reconhece as especificidades da região, vinculando à sua condição a implementação de um conjunto de medidas e políticas públicas que impactam significativamente a dinâmica da região, especialmente das populações do campo. O espaço se cria a partir da utilização do território pelo povo, conforme ressalta Pacheco, o qual acrescenta que este espaço “não deve ser confundido com espaço geográfico, que é mais amplo e complexo, tornando-se um espaço indissociável dos sistemas de *objetos* e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica” (PACHECO, 2015, p. 10).

Neste sentido, ao evocarmos a expressão território, estamos nos referindo a este espaço indissociável e complexo, onde um conjunto de ações e relações se desenvolvem e coexistem, pois, conforme destaca Santos, “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de *objetos* geográficos, *objetos* naturais e *objetos* sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento” (SANTOS, 1988, p. 10).

Nessa perspectiva, o semiárido só pode ser compreendido como um espaço historicamente construído e em permanente construção, rompendo com concepções deterministas de cunho meramente geográfico. É neste espaço em constante construção que as mulheres lavradoras desta pesquisa tecem suas agências num movimento que não está circunscrito em si mesmo; se relaciona com um conjunto de elementos no qual agem e do qual advém impactos, numa simbiose que não nos permite definir onde uma coisa começa e a outra termina e vice-versa.

3.1 Semiárido baiano

O Estado da Bahia possui 265 (de um total de 417) municípios na região semiárida, os quais ocupam cerca de 40% de seu território. Nele vivem mais de 6 (seis) milhões de pessoas, sendo que, de acordo dados da Cartilha da última Delimitação, a população rural e urbana estava relativamente equilibrada em 2005, época da última delimitação, sendo 3.398,156 (três milhões, trezentos e noventa e oito mil e cento e cinquenta e seis) na área urbana e 3.055,127 (três milhões, cinquenta e cinco mil e cento e vinte sete pessoas) na área rural. Esses dados já

se alteraram nos últimos anos, mas ainda assim revelam o quanto o campo ocupa um lugar de grande relevância, sobretudo se considerarmos que parcela significativa dos habitantes dessa área rural é formada por famílias que se enquadram no perfil da agricultura familiar²⁶, a qual tem papel decisivo na continuação dessas pessoas no campo e no provimento de alimentos de seus respectivos territórios do qual são parte. É em Ibiassucê, um desses municípios do Semiárido baiano, que as mulheres lavradoras sertanejas interlocutoras deste trabalho se situam. Considerando a definição legal, são agricultoras familiares, as quais moram na área rural desse município a partir de onde assumem as suas agências, enquanto parte do tecido social de seus espaços.

3.2 Semiárido, Nordeste, Nordestinos (as) – entre o instituído e o processo permanente de instituição

Para além dos aspectos geográficos, a região semiárida se constitui por vários outros que se complementam e acabam por constituir uma certa “identidade”, em que o econômico, o político, o social e o cultural são portadores de elementos que dão singularidade a esta

²⁶ Altafin (2007) discute a construção do conceito de Agricultura Familiar a partir das imbricações socioeconômicas e políticas e aponta algumas vertentes acadêmicas que versaram sobre este conceito propriamente ou outros afins. Vale ressaltar a singularidade do contexto brasileiro, onde também a articulação de movimentos do campo, sobretudo com o processo de redemocratização do país, a partir da década de 80, contribui para afirmação política e conceitual da expressão, que acaba reunindo sob o termo um conjunto de pessoas e grupos que vivem no campo, com uma grande diversidade, mas que se afirma especialmente em contraposição à agricultura patronal. A autora também aponta a delimitação formal do conceito, na Lei brasileira 11.326, de 24 de julho de 2006, que em seu artigo 3º: “considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (...) III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (...) IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. § 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais. § 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores (...); II - aquícultores (...) III - extrativistas (...) IV - pescadores (...) V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º ; (...) VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais (...)” (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 14 abr. 2021). De acordo com Altafin (2007), são várias as contribuições da Agricultura Familiar, seja para a Segurança Alimentar, passando pela geração de trabalho, emprego e renda, o que contribui para a melhoria social das famílias e das economias locais, a preservação ambiental (mesmo que este seja um debate controverso), a sua importância para a cultura, tradição e identidade, a valorização do desenvolvimento local, são alguns dos aspectos a serem ressaltados, os quais acaba impactando a economia, a saúde, a cultura, o bem estar, enfim, a vida das populações rurais e suas regiões. Para Altafin, “a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana, especialmente em municípios menores” (ALTAFIN, 2007, p. 20-21).

região do Brasil e um entrelaçamento indivisível com o Nordeste, seja com a região geográfica, seja enquanto conceito. Mas essa “singularidade” também é uma construção, como veremos adiante; além disso, é importante não situá-la no campo da oposição à pluralidade. Nas palavras de Malvezzi (2007, p. 9), “o Semiárido brasileiro não é apenas clima, vegetação, solo, sol ou água. É povo, música, festa, arte, religião, política, história. É processo social. Não se pode compreendê-lo de um ângulo só”. Todos estes aspectos, carregados de historicidade, se entrelaçam num movimento contínuo de um eterno decompor, recompor e compor a região, enquanto conjunto identificável. Afinal, como afirma Despret (2016, p. 17), “tudo está ligado, e tudo não é nada além de laço possível, às vezes até mesmo quando não se espera encontrar um laço”. A autora está se referindo aos laços do mundo vivo, mas estes aspectos que dão identidade, todos eles, não são e estão vivos ao seu próprio modo? Penso que sim, haja vista que atuam e se deixam atuar num movimento constante de inacabamento e de permanente desfazer-se e refazer-se. Frederico de Castro Neves, por sua vez, enfatiza que:

Ao falarmos de nordeste, não falamos apenas de um ponto no mapa, entre o norte e o leste, mas fazemos referência a um conteúdo sociopolítico que identifica uma forma social de ser e de existir historicamente, com determinadas características que configuram um espaço como culturalmente peculiar (NEVES, 2012b, p. 7).

Neves (2012b) destaca ainda que Nordeste é um conceito, e, enquanto tal, tem historicidade e não é inocente, fatores estes que não podem ser ignorados. Se ao semiárido enquanto recorte geográfico, a ênfase de cunho determinista é dada ao clima, bioma, solo e vegetação, aparentemente “existindo” há mais tempo²⁷, o mesmo não se pode dizer do Nordeste que, segundo estudiosos, como Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013) e Frederico de Castro Neves (2012b), é uma invenção ocorrida no final do século XIX e início do XX, protagonizada pelas elites locais em processo de declínio. Essa perspectiva do Nordeste como uma invenção se consolida em meados da primeira metade do século XX, vindo posteriormente a propagar também a invenção dos “nordestinos”²⁸. Vale registrar que

²⁷ Também o próprio reconhecimento da região “Norte” como portadora de “elementos específicos do clima” parece ganhar notoriedade a partir da seca de 1877 (sucida por outras até 1915), quando este fenômeno ganha os holofotes, com a repercussão do personagem retirante, flagelado, em jornais de repercussão nacional, conforme estudos apresentados Albuquerque Júnior (2011) e Neves (2012b).

²⁸ Albuquerque Júnior apresenta em “A invenção do Nordeste e outras Artes (2011) e Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940) (2013), o percurso feito na imprensa, na

ambas as “invenções” carregam forte carga de estereótipos, alguns dos quais se perpetuam até a atualidade.

Percebe-se nuances equivocadas em relação às áreas semiáridas, onde estas são vistas como lugares inóspitos, com solos ingratos, isto é, rasos e não férteis, sem umidade, sem precipitações satisfatórias e, conseqüentemente, com grandes problemas sociais, econômicos e ambientais (PACHECO, 2015, p. 9).

A forma estereotipada como se construiu a imagem do Nordeste Semiárido é um processo que se liga à homogeneização, a partir da qual determinados aspectos (a seca, a miséria, o servilismo, entre outros) são realçados em detrimento de um conjunto de outros que ali coexistem. Sobre isso, Albuquerque Júnior (2011, 2013) e Neves (2012b) reconstituíram alguns percursos a partir dos quais essas construções imagéticas acerca do que veio posteriormente ser denominado de Nordeste foram sendo delineadas. Ambos os autores destacam que, de um lado, o Jornal “O Estado de São de Paulo” (a quem oportunamente é bom lembrar, constitui a visão externa, ou seja, alguém de fora, falando da região em foco) passa a divulgar com certa ênfase e regularidade, por meio das crônicas “Impressões do Nordeste”, de Paulo Barros, a visão de um Norte e posteriormente Nordeste de seca e seu quadro de horrores, de atraso econômico e social, esquelético, insano, com banditismo e movimentos messiânicos. De outro lado, Gilberto Freyre, apontando a região como central na configuração da nova regionalização do país, se contrapõe às “impressões do Nordeste” veiculadas no jornal e, por sua vez, apresenta a região a partir de uma perspectiva “histórica”, como “centro da civilização brasileira”, destacando as tradições ilustres, o caráter e a riqueza. O regionalismo de Freyre se coloca em defesa das tradições e como guardião da cultura “nacional” em contraposição a um certo modernismo advindo do “Centro –Sul”. Para Neves (2012b), Freyre reconhece a existência de dois nordestes, mas a ele interessa o Nordeste “agrário açucareiro”, onde há fartura e progresso. O Nordeste pastoril e seco e os problemas nele existentes são deixados de lado pelo sociólogo. Diga-se de passagem, essa imagem enfatizada pelo jornal acabou prevalecendo país afora e, desse modo, “as representações em jornais, literatura e história, quando se referem aos antigos ‘nortistas’, destacam reiteradamente os aspectos relativos ao coronelismo, ao clientelismo, à corrupção, à excessiva miséria dos pobres e à ostensiva opulência dos ricos” (NEVES, 2012b, p. 14).

intelectualidade, na literatura, na política e nas artes até a consolidação do que agora denomina-se Nordeste, bem como a caracterização estereotipada de nordestinos (as).

O elemento da seca se liga aos aspectos políticos e, a partir desse entrelaçamento, a elite política passa a movimentar, utilizando-se da ênfase desse aspecto da região, de modo a tirar proveito.

Neste sentido, a seca, que continha um elemento regionalizador passa a ser naturalizada e se torna um eixo em torno do qual as relações de poder das oligarquias locais, circundam, articulando em torno do semiárido um conjunto imaginário extremamente amplo e complexo de significados, expresso em discursos, imagens, valores, normas de conduta e movimentos artísticos (NEVES, 2012b, p. 11).

Se, por um lado, o jornal e Freyre se contrapunha quanto à caracterização do “Nordeste”, ambos enfatizam o progresso e a opulência de suas respectivas regiões como feitos de europeus e seus descendentes. Ou seja, na prática, cada um, a seu modo, reforça a discriminação com “negros, indígenas e mestiços”, estereotipando a região e seu povo. O racismo é parte das entranhas do outrora colonialismo e agora da colonialidade, estendendo o seu alcance, mesmo quando o próprio Freyre se põe a aparentemente negá-lo por meio da tão debatida e questionada “democracia racial”²⁹.

Quanto à disputa entre a visão de Freyre e aquela protagonizada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, ainda na atualidade não se trata apenas de reconhecer a sobreposição de uma visão à outra e desejar que tivesse sido diferente. Trata-se de ir adiante e assumir o desafio de apresentar os múltiplos nordestes que há em um território que insistentemente quiseram fazer acreditar que é apenas um: monocromático e homogêneo.

Entre a diversidade de territórios e gentes que compõem o Nordeste está o mundo rural das regiões semiáridas do Brasil, também com sua pluralidade e que tem entre seus ocupantes, comunidades de agricultoras/es familiares, cujas singularidades vão além do clima, não podendo ser ignoradas, nem analisadas isoladamente. Para além da velha e envelhecida dicotomia humano/natureza, a partir da qual a seca é apresentada como fator determinante até

²⁹ Democracia racial é uma expressão que identifica um pensamento segundo o qual, no Brasil não haveria preconceito ou discriminação racial. O termo é comumente atribuído a Gilberto Freyre e foi construído a partir e em conexão com outros termos como democracia social e democracia, étnica, sobre os quais prevaleceu “democracia racial”. Todavia, Guimarães (2002) chama atenção para a importância de Arthur Ramos, Roger Bastide e Wagley, na disseminação e consolidação do termo, também nos meios acadêmicos, inclusive fora do Brasil, fazendo do termo a síntese do pensamento de uma época. O autor trata ainda do percurso do termo, bem como dos contextos históricos nos quais foi sendo delineado e as nuances diversas que teve ao longo desse caminho, sendo considerado, segundo ele, por intelectuais e militantes, como “mito racial”, constituindo a senha do racismo à brasileira. E enquanto mito continua sendo de grande valor para compreender e combater esse racismo. Segundo Carneiro (2005, p. 64), o mito da democracia racial “presta-se à construção de uma identidade positiva para um país cuja realidade concreta impede a realização efetiva de uma ocidentalização, seja racial ou cultural”.

mesmo das próprias gentes, a constituição desses territórios resulta de processos sócio-históricos, onde vida, terra, água, festa, comida, política, chuva, luto, luta, rural, seca, cultura, animais, economia, morte, céu-azul, urbano, plantas e gentes coexistem, transformando-se e sendo transformados. E é neste chão pluridiverso que nossas mulheres lavradoras tecem, a muitos modos, suas (re) existências e, por que não dizer, suas agências.

3.3 Singular, mas não desconectado: as disputas apenas se conectaram com o sistema Mundo Moderno/Colonial

Destacada a singularidade desse espaço sócio-político, o Semiárido nordestino não pode ser analisado como “desconectado” do país e do mundo, como uma certa construção imagética costuma nos apresentar este espaço, especialmente através de um perfil de cinema, cujos cenários são as “pequenas cidades rurais” nordestinas, onde toda a vida aparentemente circunda em torno do prefeito, do padre e, por vezes, de algum coronel. A ideia de Nordeste parado no tempo camufla os vários conflitos que são parte do tempo presente da região, entre eles muitos decorrentes da fase neoliberal do capitalismo que, integrantes do sistema Mundo Moderno/Colonial, continuam avançando sertão adentro com suas garras afiadas.

No âmbito do campo, o qual recebe nossa maior atenção no presente trabalho, a disputa pela terra, pela água e pelo território, que historicamente teve, de um lado, camponeses, indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais e, de outro, grandes fazendeiros, viu os conflitos recrudescerem com o avanço da agricultura praticada pelo agronegócio e pelo avanço de empresas mineradoras, geralmente amparadas pelo Estado, que fornece as concessões necessárias para estes grupos irem adiante com seus empreendimentos. Assim, longe de estar isolado do mundo e no tempo, este território está imerso no tempo presente, convivendo com várias agruras da fase atual Sistema Mundo Moderno/Colonial onde o capitalismo e as práticas desta “modernidade” ainda ancorados na colonialidade são artimanhas que fazem perpetuar velhos problema (estes, sim, do passado) ainda muito presentes e que resultam especialmente em acentuada desigualdade social³⁰. Enquanto isso, nosso olhar é remetido ao “passado”, sendo sempre redirecionado a fim de que não percebamos a complexidade da conjuntura que desponta em nossa frente. Além de ser cômodo, é muito conveniente para os grupos dominantes que nosso olhar sobre o Semiárido

³⁰ Há acentuada desigualdade social na região Nordeste, como densa desigualdade regional quando se compara essa região a outras do país, conforme demonstrado por Brito e Damazio (2018, p. 174).

nordestino ainda seja aquele que parou no contexto sócio-histórico de cinco a sete décadas atrás. Sem falar na visão estereotipada que brasileiros de outras regiões do país continuam a ter sobre o Nordeste, o que torna recorrente um conjunto de preconceitos com o povo da região, que acabam vindo à tona nas mais diversas situações.

Ao se apresentar a ideia de um Nordeste “parado no tempo” (sobretudo no âmbito rural do semiárido), circunscrito à ruralidade, e preso nos conflitos do “passado” somos impelidos a não enxergar os conflitos e problemas de agora³¹, alguns dos quais vem de longe, como a desigualdade social, lembrando que parte dela decorre da grande concentração de terras e de acesso a bens e recursos públicos, haja vista que a situação agrária do país nunca foi efetivamente alterada e que as oligarquias nordestinas tiraram muito proveito da “seca”³². Fixando no passado, somos levadas (os) à manutenção de um olhar em determinado lugar e tempo que é incapaz de perceber a região semiárida/Nordeste como completamente situada no contexto capitalista de globalização em sua fase neoliberal, onde a disputa de territórios e por liberdade já não acontece com senhores de engenho, capitães do mato e coronéis de outrora. Estes se reinventaram, “modernizaram” e até ganharam novos e potentes aliados.

É válido ressaltar que, de forma alguma, estou advogando em prol do esquecimento do passado histórico, antes o contrário; o que estou chamando a atenção é para não ficarmos presos a uma imagem de Nordeste Semiárido que não condiz com sua realidade multi-complexa, a qual nunca correspondeu, haja vista que sempre privilegiou determinados aspectos em detrimento de outros, levando à imagem de um Nordeste homogêneo, quando nem mesmo o Semiárido nordestino tem este aspecto. Com isso, não apenas a seca, mas também as desigualdades foram “naturalizadas”. A esta ideia, o poeta Patativa do Assaré reage com “Nordestino sim; Nordestinado não”. Eis alguns dos versos do artista cearense:

³¹ A CPT- Comissão Pastoral da Terra, desde 1955 registra os conflitos no campo. Atualmente esses dados se encontram disponíveis no CEDOC - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, disponibilizados digitalmente através do *site*: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. No caderno de conflitos de 201, através da Tabela 1- Comparação dos conflitos do Campo Brasil (2010-2019), a CPT demonstra que houve um recrudescimento de conflitos no ano de 2019, quando ocorreram 1.833 conflitos, sendo que, em 2010, o total foi de 1.186.

³² De acordo Neves (2012b, p.15), a seca foi bem vantajosa para as elites nordestinas, as quais estenderam o mundo privado às demandas políticas e argumentando a necessidade de manter o controle espacial sobre as massas rurais deslocadas pela destruição das culturas de subsistência aproveitaram a oportunidade de beneficiamento das propriedades pelos programas estatais de modernização agrícola e fizeram com que o trabalho em grandes obras públicas – que beneficiam os grandes proprietários e grandes comerciantes – se tornasse o elemento central nas políticas de assistência aos camponeses pobres, tirando o maior proveito possível, tanto do ponto de vista financeiro quanto político.

Nunca diga nordestino
 Que Deus lhe deu um destino
 Causador do padecer
 Nunca diga que é o pecado
 Que lhe deixa fracassado
 Sem condições de viver
 (...)

Não é Deus quem nos castiga
 Nem é a seca que obriga
 Sofrermos dura sentença
 Não somos nordestinados
 Nós somos injustiçados
 Tratados com indiferença
 (...)

Já sabemos muito bem
 De onde nasce e de onde vem
 A raiz do grande mal
 Vem da situação crítica
 Desigualdade política
 Econômica e social (PATATIVA DE ASSARÉ, 1990, p. 38).

3.4 Impactos da politização da seca na agricultura familiar e na vida das/dos lavradoras/es

Acerca da estrutura fundiária no Alto Sertão, Erivaldo Fagundes Neves (2012a, p. 251-252) conclui que, no século XIX, em decorrência de vários fatores, a pequena propriedade (com policultura agrícola) tornou-se mais numerosa que os latifúndios, mas os poderes locais continuavam centrados naqueles que possuíam as extensas propriedades. Todavia, ainda de acordo este autor, a emigração forçada levou a uma dinâmica comercial que recompôs os latifúndios, agora porém, não mais de forma contígua e “apenas nos baixios do São Francisco se mantiveram as grandes fazendas, perfil regional que não se modificou nos cursos dos séculos XIX e XX” (*Ibidem*, p. 252). Ainda assim, o predomínio numérico de pequenas e média propriedades foi mantido.

Ao analisarmos a abordagem de Neves, é possível perceber uma espécie de contradição nessa realidade: por um lado, há um predomínio numérico das pequenas e médias propriedades. Por que então, afirmamos que há concentração fundiária? Exatamente porque por outro lado, mesmo não sendo maioria numérica de propriedades, constitui maioria numérica em extensões de terra; além disso, o poder político dos latifundiários se sobrepôs na região, exercendo os ditames na correlação de forças, acessando recursos públicos,

explorando trabalhadores (as), enquanto os despossuídos e agricultores familiares (pequenas propriedades) continuaram a ter direitos negados, sendo explorados pelas elites, sofrendo mais diretamente o impacto das adversidades, a exemplo daquelas decorrentes da politização da seca. Ademais, decorrente da concentração fundiária que ainda hoje continua sendo uma realidade no país, a grande maioria de camponeses (ou como costumeiramente se nomeia na região: agricultores familiares) não tinham/têm terra suficiente para uma sobrevivência digna no semiárido, enquanto grandes proprietários possuíam/possuem grandes extensões de terras³³, as quais foram/são utilizadas para gerar lucros, muitas delas cultivadas com monoculturas e utilização de grande volume de recursos hídricos, numa região onde a água já é escassa e na atualidade, com alto consumo de agrotóxicos.

O processo de ocupação do Semiárido nordestino, assim como em todo o país, baseado em um paradigma antropocêntrico da dominação da natureza, fundamentado no capitalismo, ou melhor, no Sistema Mundo Moderno/Colonial, dá vazão ao modelo de desenvolvimento que, segundo Silva (2003, p. 372), é “fundamentado no “progresso” técnico e no domínio da natureza, colocando o crescimento econômico e a acumulação dos bens como suas finalidades últimas. (...) É com a modernidade que se afirma a dominação humana, ‘como um ser especial que dispõe da terra como herança’”. Para Bartholo Júnior, “a dessacralização da natureza atinge seu ápice nas sociedades modernas e torna possível a “sua redução a um *objeto* de livre manipulação técnica, um reservatório de matéria e energia disponível (...) a serviço da elevação progressiva do bem-estar material do homem” (BARTHOLO JÚNIOR, 1984, p. 75 *apud* SILVA, 2003, p. 372).

Mas afinal, estariam todos os humanos da região inseridos nesse bem-estar material do ser humano? A resposta, sabemos bem qual é. A concentração fundiária e hídrica constituiu a base de um processo mais amplo, o qual, além de “bens”, concentrava o poder político numa lógica que se firmava entre mandantes e mandados, sendo os “coronéis” aqueles que hierarquicamente estavam no topo do poder, e sendo boa parte das relações de poder, tecidas, senão quase todas elas circundavam em torno destas figuras, as quais se utilizaram desse lugar para acessar, bens, obras e cargos públicos. Algumas dessas características ainda se mantêm, todavia, houve uma “modernização” e hoje o poder além de ser exercido por alguns políticos,

³³ Sobre estes aspectos, ver em anexo, mapa da “Espacialização da concentração da terra na Bahia com Base no índice de GINI (2006)”, elaborado pelo GeografAR(UFBA). Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_i_gini_2006_a4v2.jpg

desenvolvida largamente através das “roças de matuto”, que produziam gêneros alimentícios (mandioca, feijão, milho) para o autoabastecimento. Esse tipo de agricultura exerceu/exerce importante papel na vida do povo do campo do Semiárido brasileiro, onde a presença e atuação de mulheres é também bastante significativa, apesar da sua histórica invisibilidade. Todavia, a população do campo do Semiárido foi impiedosamente castigada pelos efeitos da seca, mas sobretudo pelas consequências de seus usos políticos.

Conforme já demonstrado por vários autores (AGUIAR; BURITI, 2008; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, 2013; NEVES, 2012b; SILVA, 2003), entre outros, nesse clima semiárido, a seca foi politizada³⁴, sendo usada como um instrumento que ocultava a verdadeira origem das dificuldades enfrentadas pelas camadas populares da região. Na verdade, a estrutura fundiária, a malversação de recursos públicos (por vezes utilizados em prol de interesses privados), a xenofobia e o racismo com nordestinos que contribuíram para a não implementação de um conjunto de políticas públicas na região, especialmente no que tange às populações do campo, a forma pela qual as oligarquias locais exerceram o poder, entre outras questões, constituíram e ainda constituem, nos dias de hoje, algumas das causas da desigualdade social no Nordeste Semiárido. Entre as consequências dessa desigualdade que deixou um sem número de nordestinos (as) sem acesso às condições mínimas para se viver, a migração, ora sazonal, ora definitiva, por vezes juntamente com outros fatores complementares, se tornou uma necessidade premente para muitos (as), na busca por sobrevivência e/ou melhores condições de vida.

(...) tal mobilidade foi provocada por um sistema que marginalizava os homens livres pobres, uma vez que, apenas eram aproveitados, residualmente, pelo monopólio da propriedade da terra, pelo grande latifúndio e pela presença da mão-de-obra escrava. Migrar seria, em última instância, dizer não à situação em que se vivia, não conformar-se a ela, resgatando sonhos e esperanças de uma vida melhor ou mesmo diferente (BURITI, 2008, p. 18).

³⁴ Segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 72), “a questão da influência do meio era a grande arma política do discurso regionalista desde que a seca foi descoberta em 1877, como um tema que mobilizava, que emocionava, que podia servir de argumento para exigir recursos financeiros, construção de obras, cargo no estado etc. O discurso da seca e sua “indústria” passam a ser a “atividade” mais constante e lucrativa nas províncias e depois nos estados no Norte, diante da decadências de suas atividades econômicas e principais: a produção de açúcar e algodão”. É bom ressaltar que aplicar essa afirmação de maneira generalizada a todo Semiárido nordestino seria um grande equívoco que iria reforçar exatamente o que aqui, pretende-se, combater. Todavia, é fato que, em linhas conjunturais, isso se espalhou o suficiente para exercer forte influência nos rumos de decisões políticas e nos traçados que a economia viria tomar, além dos impactos culturais e sociais.

Nessa perspectiva, a migração, a seu modo é também uma forma de resistência, mesmo que, ao deslocar o migrante se submeta a uma outra dinâmica de patronato e opressão capitalista. Foi a partir dessa travessia que estes sertanejos, que iam a São Paulo, ficaram conhecidos como sampauleiros³⁵. O fato é que esses *sujeitos* também passam a influenciar os modos de vida, tanto de seus locais de origem quanto de destino. De certo modo, isso acaba contribuindo com a reafirmação da região nordeste como “inviável”, já que era grande a migração de pessoas da região em busca de melhores condições de vida, o que levava aos anfitriões a terem reforçada a visão de região inóspita e sem perspectivas. A seu modo, João Gumes, jornalista caetiteense militante contra essa visão, denuncia a ausência de políticas públicas ao tempo em que reclama por elas, a fim de que pudessem amenizar os efeitos climáticos no Alto Sertão Baiano. Nogueira (2015) ressalta as denúncias que João Gumes fizera nas primeiras décadas do século XX, seja através do Jornal que mantinha, seja através da Literatura, que entre suas obras, também tem um romance, denominado “O Sampauleiro”, onde “faz uma apologia às potencialidades da terra e da agricultura quando levadas a sério” (NOGUEIRA, 2015, p. 69).

Não obstante às consequências da seca no Semiárido nordestino, ela passou a ser um instrumento de perpetuação das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, uma justificativa para a elite política (que em dado momento foi personificada na figura dos coronéis) acessar recursos governamentais, sempre com “o objetivo de combater a seca”. Assim, o discurso do combate à seca cristalizou-se ao longo de décadas, ancorado em interesses políticos e baseado em um modelo desenvolvimentista de cunho antropocentrismo, ignorando as próprias condições da região semiárida e desconsiderando seu povo. E nesse sentido

Da mesma forma que a sociedade moderna é fundada no distanciamento e estranhamento entre o homem e a natureza, o combate à seca é apenas mais uma expressão desse modelo ou padrão. Indica a crença na capacidade do progresso como solução técnica aos problemas. A sua finalidade implícita é domar a natureza, a seca, os efeitos da seca. Indica um distanciamento entre ser humano e natureza, entre o ser humano e uma terra e climas amaldiçoados (SILVA, 2003, p. 373).

Ancorado nesse tipo de desenvolvimento, utilizando a seca como justificativa para muitos dos problemas aqui instalados, o casamento entre concentração de terras e de água e o poder político, conforme ressaltado por Buriti e Aguiar (2008), culminou com graves

³⁵ Expressão que dá nome à obra de Ely Souza Estrela, que apresenta cotidiano e representações desses migrantes do Alto Sertão baiano.

desigualdades na região e desenvolveu um tipo de mandonismo, que buscou cercear a agência de sertanejos (as), utilizando-se de vários tentáculos no processo de controle sobre as pessoas – tentáculos estes que se multiplicaram nos vários municípios do Semiárido, onde prefeitos, vereadores e outros tipos de mandatários deram sustentabilidade a uma elite mandante. É importante lembrar que isso não aconteceu sem resistência: a seu modo, muitos foram os enfrentamentos travados por indígenas, camponeses, quilombolas e outros grupos das classes populares. E, mesmo nos grupos de “flagelados” errantes durante as grandes secas na região, conforme discussão apresentada por Neves (2009), é possível identificar estratégias de enfrentamento e construção de subterfúgios à ordem vigente, seja por meio da negociação, seja por meio do saque. Se isso não ocorre de forma sistemática e articulada a ponto de representar qualquer ameaça às estruturas da ordem vigente, ainda assim, “uma cultura de rebeldia tradicional se estabelece entre os camponeses do semiárido, alterando as bases de negociação política e as formas de organização do trabalho na região” (NEVES, 2009, p.189). Acompanhando as argumentações embasadas em vários fatos apresentados pelo autor, é possível mais uma vez, verificar a equivocada visão generalizada sobre passividade e servilismo do povo nordestino, que buscou homogeneizar suas práticas sociais e políticas.

Se pensarmos em um período histórico mais amplo, parte do povo da região que veio a se denominar Nordeste sempre resistiu às múltiplas formas de opressão a que foi submetido. Desde a resistência dos indígenas, das rebeliões de escravizados e de outros levantes ainda nos tempos do império, a participação decisiva da Bahia na consolidação da independência do Brasil (o que ocorreu com forte participação popular), a força de Canudos, ou por meio de saques realizados pelos “flagelados da seca”, passando pelas ligas camponesas, resistência à ditadura civil-militar iniciada em 1964, até chegar na formação das comunidades eclesiais de Base (ligadas à Teologia da Libertação - Igreja Católica), que ganha um grande aliado com a criação da CPT (Comissão Pastoral da Terra), até os vários movimentos sociais da atualidade que lutam por terra, água, território e outros direitos, a resistência desse povo perpassa a história e transcende padrões passíveis de caracterização homogênea. Também é necessário lembrar que a repressão, a seu modo e a seu tempo, sempre marcou essas resistências, sendo Canudos o caso de maior vulto.

Ainda assim, nem a repressão fez sucumbir à resistência e nem a resistência fez dissipar os mandonismos que ganham as roupagens de cada contexto e de certo modo ainda na atualidade alguns de seus aspectos permanecem e teimam em ser instrumentos de manutenção de grupos no poder, os quais se revestem sob aparente “modernidade”, mas

preservam características do velho coronelismo, desestimulando a autonomia, a emancipação e a agência de muitas (os) sertanejas (os)³⁶. Ainda assim, a resistência destas (es) permeia a história dos povos desse território.

Coincidência ou não, a região do país com registros históricos de grande resistência popular às múltiplas formas de opressão que se sucederam ao longo da história após a chegada do branco europeu é a região por onde o processo de colonização portuguesa começou e nela rompeu “mata a dentro” sendo “carreiro” para a construção daquilo que viria a ser chamado de Brasil. Os europeus saquearam e assassinaram os povos originários, exploraram o quanto possível a natureza, cometeram todo tipo de atrocidades através da instituição da escravidão, dividiram uma terra que não lhes pertencia e sob a égide do cristianismo católico, a cruz aparentava fazer desaparecer todos os crimes aqui cometidos sob a justificativa da “necessidade de civilizar” os que aqui habitavam.

Ao fim da escravidão enquanto instituição legal, em 1888, nenhuma reparação foi feita, pois nenhuma concessão às pessoas que foram escravizadas. Por tudo isso, não há como a sociedade dessa região não estar inexoravelmente marcada pela escravidão e, por conseguinte pelo racismo, pela concentração de terras, de água, de educação e por um conjunto de opressões que se desdobram em desigualdades sociais, explicitando fortes aspectos de colonialidade mesmo nos dias atuais. Brancos colonizadores e seus descendentes perpassaram séculos mantendo seus privilégios e ainda hoje não admitem perdê-los; querem negros e outras camadas pobres da população sempre dispostas a lhes servirem enquanto elite colonialesca que nunca admite perder benesses. A indústria da seca é mais uma das estratégias de manutenção dessa ordem vigente.

3.5 Racismo com nordestinos: estratégia da colonialidade

O debate acerca do racismo na sociedade brasileira tem ganhado cada vez mais a atenção de estudiosos, militantes, movimentos sociais, universidades e, ainda que de uma forma mais rasa, da mídia, circulando também com inegável frequência nas redes sociais. Fica

³⁶ José Murilo de Carvalho em “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual” (www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011) e Cidadania no Brasil: O longo Caminho (http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/cidadania_brasil.pdf), Vítor Nunes Leal em “Coronelismo, Enxada e Voto” (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/360813/mod_resource/content/1/LEAL%2C%20Victor%20Nunes.%20Coronelismo%20Enxada%20e%20Voto.pdf), nos ajudam a compreender as diferentes formas de mando, levando-nos a visualizar como muitos aspectos das mesmas ainda sobrevivem na atualidade, algumas vezes ganhando novas roupagens e mantendo a velha estrutura de poder.

cada vez mais evidente por meio de estudos e de práticas cotidianas que essa questão atravessa a formação da sociedade brasileira e nela continua a circunscrever um conjunto de relações, pois, afinal de contas (para utilizar a famosa expressão que dá nome ao livro do Jurista e Professor Silvio de Almeida), o racismo é estrutural.

Partindo do pressuposto de que o racismo é estrutural, como poderia o Nordeste e, por conseguinte, o Semiárido, estar à margem desse processo? Antes o contrário. O povo do Nordeste é afetado de uma forma ainda mais densa pelo racismo. Sobre essa questão, Albuquerque Júnior, ao analisar as ponderações de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, aponta a diferenciação entre o Norte e o Sul, feita por estes, já no final do século XIX e início do século XX, onde, cada um a seu tempo e modo, expressa uma visão que considera o Sul, como “superior”. Oliveira Vianna manifestava preocupação com impacto dessa divisão “racial, psicológica e moral”, segundo Albuquerque Júnior e temia que ela “se refletisse na organização política do país, tornando-a caótica, regionalista, oligárquica, o que somada às pressões vindas do exterior, inibiria a formação de um espírito nacional e de um estado verdadeiramente nacional” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 71).

Neste caso, além de “inferiorizar” a região “norte” e seu povo, Vianna ainda lhe imputa responsabilidade por uma possível desorganização política do país e pelo não desenvolvimento de “um estado verdadeiramente nacional”. “Para Nina Rodrigues, o próprio Clima e o nível de civilização atingidos pelo Sul seriam responsáveis pela eliminação progressiva de possíveis manchas negras aí existentes” (*Ibidem*, p.71). Se há divergências em detalhes, Vianna e Nina expressam declaradamente o eugenismo colonial presente em suas concepções, a partir da qual, o referencial é sempre o homem branco europeu. Albuquerque Júnior lembra que, na visão de Nina, os negros seriam elementos inteligentes e que: “O Norte, por seu clima tropical e a pouca civilização, favorecia à manutenção dos elementos negros e mestiços com sua inteligência viva e pronta, mas turbulenta com sua inércia e indolência” (*Idem*). Feitas essas considerações, é possível depreendermos de onde veio parte do racismo, da xenofobia e de um conjunto de estereótipos que ainda hoje circulam na sociedade brasileira, quanto ao nordeste e às pessoas dessa região.

Para Lélia Gonzalez, “o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negroafricana” (GONZALEZ, 1988, p. 77). Ao considerarmos essa afirmação e analisarmos a estigmatização que permeia a “invenção do Nordeste” conforme assinalado anteriormente, é possível fazermos uma relação quanto à construção estereotipada dessa região e de seu povo, como povo matuto, inferior, ignorante,

violento, indolente, incapaz de pensar e viver por si mesmo. Isso está relacionado com a colonialidade que reserva “aos colonizados” um lugar de inferioridade e de submissão, que na prática os desumaniza. Essa premissa tem intensa conotação racista, pois os habitantes dessa região, que foram a partir da década de 50, conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011, 2013), chamados de nordestinos (termo que pensa unificar um conjunto de outras expressões diversas como paraíba, baiano, nortista, ceará, entre outros) é a população que, de fato, seria o “verdadeiro” povo brasileiro, onde a imigração europeia (principalmente alemães e italianos) não teve a incidência ocorrida em estados do Sul e do Sudeste brasileiro. Nesse ínterim, cabe registrar que, se o “embranquecimento” da população não ocorreu aqui como em outras regiões do país, não foi por falta de vontade e de proposições eugenistas das gentes da elite, à época.

Nesse sentido, se o “Nordeste” brasileiro é uma invenção necessária às elites em franco declínio no final do século XIX e início do XX, essa mesma elite contribuiu decisivamente para a “inferiorização” do espaço-território e da apresentação do povo do lugar como atrasado, exatamente porque se considerava ela, ocupando posto de “colonizador”, enquanto via nas camadas populares o “colonizado” e daí negar a sua humanidade, reduzindo o quanto possível suas qualidades e potencialidades, a fim de perpetuar um processo de colonialismo com todos os mandonismos praticados localmente. Em resistência, o povo da região tem positivado o “ser nordestino”.

A elite nordestina explora esse espaço, utilizando-se da seca como artimanha para angariar recursos e promover ações que supostamente aliviarão as consequências da seca, mas também a crise em que se encontrava; isso também a ajudaria a se manter no poder. Se, por um lado, Freyre reivindica o lugar de “centro da civilização e cultura brasileiras” (NEVES, 2012b) e do progresso da “civilização do açúcar”, por outro, a elite política se referencia na região “seca e miserável” para tentar assegurar seus interesses, mas não quer o Nordeste como referência de sociedade e nem reconhecê-lo capaz de ter vida própria, o que a faz remeter sempre ao eixo Sul/Sudeste, mais notadamente a São Paulo, como modelo, conforme aponta Albuquerque Júnior (2011). Ademais a “democracia racial”, que têm sua gênese também nessa região, com significativa participação de Gilberto Freire, e que também é *objeto* de denúncia de Lélia Gonzalez, se configura como mais uma estratégia de

colonialidade. As relações paternalistas³⁷ desestimulam a transgressão da ordem estabelecida, por meio da apresentação de falsa ideia de “convivência racial cordial”, a qual pretende ocultar as muitas formas de opressão, entre elas o racismo e suas famigeradas consequências na sociedade nordestina, que não está isolada da sociedade brasileira, apesar da segregação que se buscou construir ao longo da história, especialmente a partir da “invenção do Nordeste e do nordestino”.

Se o povo nordestino das camadas pobres tem uma cara de amefricanos³⁸, para usar o termo de Lélia Gonzalez, isso já incomoda quem considera fazer parte do padrão branco-europeu. Isso é racismo³⁹. Ademais, a redução do Nordeste a uma região cuja representação se resume à seca e suas consequências já representa, por si só, uma forma de universalismo (muito típico da modernidade ocidental), que a tudo homogeneiza, constituindo mais uma prática deste modo ocidentocêntrico-moderno de conceber a sociedade, a ciência e tudo que sofre sua influência como todos homogêneos, cujas pluridiversidades são ignoradas a fim de negar a potência existente e, portanto, continuar o processo de colonialidade que ali se inscreve.

Nessa perspectiva, Tamanini e Silva consideram que “a construção das identidades no Brasil carrega uma característica histórica de não aceitação das diversidades de vozes e culturas, a dificuldade de reconhecer o outro em si mesmo. Dessa maneira, propaga-se (...) uma imagem de superioridade de uma região sobre a outra” (TAMANINI; SILVA, 2019, p. 325).

Neste sentido, denunciar esse universalismo que pretende identificar a região e seu povo é também uma forma de transgredir e caminhar para a decolonialidade, reconhecendo as diferenças existentes e toda a riqueza e potência que delas advém. Ao considerar esses

³⁷ Neves (2009, p. 188) lembra que, nos anos de grandes secas, quando a fome assombrava multidões, “os retirantes aprenderam a negociar com os poderosos e com as autoridades de maneiras novas, porém previsíveis, articuladas com a cultura paternalista de relações diretas e pessoais, baseada na vontade e força dos grandes proprietários de terras em troca de uma lealdade sempre instável dos trabalhadores”.

³⁸ De acordo a conceituação da autora “o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência. Não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro como daqueles que chegaram à América, muito antes de Colombo. Ontem, como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países tem desempenhado uma papel crucial na elaboração dessa africanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum (...) Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas” (GONZALEZ, 1988, p. 77).

³⁹ Tamanini e Silva informam que “a xenofobia é um medo incontrollável do desconhecido. Ela pode ser caracterizada como um preconceito ou como um transtorno psiquiátrico, depende muito do contexto em que o termo estiver sendo utilizado. No caso do preconceito aos nordestinos, é uma forma, além de preconceito, também de racismo. Não é tão difícil encontrar brasileiros que entendam que os habitantes do Nordeste são uma sub-raça ou, em última análise, um povo miserável sob todos os aspectos, inclusive desinformado” (TAMANINI; SILVA, 2019 p. 328).

elementos, percebemos quão atual é a denúncia de Lélia Gonzalez quanto à lógica colonial que ainda persiste em nosso meio.

3.6 A homogeneização do Semiárido nordestino: artimanhas da perpetuação de uma imagem

O processo de invisibilização da diversidade e de alijamento das potencialidades do Semiárido e de seu povo – e mais ainda das mulheres, sobretudo lavradoras do Semiárido – não aconteceu sem contar com o significativo papel da educação, a qual tem sido historicamente implementada a partir de um currículo e práticas geralmente descontextualizados com a região e advindas de “outrem” e que se pautou historicamente quase sempre na caricaturização da região e de seus habitantes. A partir disso “ao absorvermos esse imaginário, nós não falamos de nós por aquilo que nós somos, por aquilo que vivemos, por aquilo que sentimos, mas por aquilo que nos ajudaram a inculcar que nós somos” (REIS, 2010, p. 3). Tomando a reflexão de Carneiro (2005) como referência de análise, nós somos o “outro”, a quem é negada a humanidade plena, estando o epistemicídio imbrincado nesse processo.

Assim, a padronização de conhecimento, de educação (incluindo livros didáticos preparados por agentes que pouco conhecem a região), de referenciais, de beleza, de inteligência, de desenvolvimento e de “modernidade” está no currículo e em práticas pedagógicas e em geral esses referenciais se pautam em perfis do Sul-Sudeste, estimulando o povo nordestino a pouco acreditar em si mesmo, a partir do que outro lhe atribuía. Nas palavras de Reis, “cria-se e introjeta no *sujeito* a impossibilidade de solução dos problemas, porque produzem o sentimento de impotência de um *sujeito* que não têm a condição de superar-se a si mesmo e nem de superar as condições e vulnerabilidade em que se vive” (REIS, 2010, p. 3).

Ao analisar “O Nordeste, as imagens e o ensino: o real e o imaginário na iconografia da seca”, os autores Tamanini e Silva apontam um conjunto de imagens que tem tido papel significativo no processo de caricaturização da região. E ao se reportarem ao importante objeto do processo educativo, qual seja, o livro didático, concluem:

Na maioria das vezes, os livros didáticos representam o Nordeste de modo estereotipado, parcial e incompleto. Assim, movidos por interesses de

ideologias usurpadoras do real, a presença das imagens em certos casos faz confundir e pôe sob suspeita os direcionamentos editoriais e a licitude da escrita verbal (TAMANINI; SILVA, 2019, p. 320).

Na construção desse processo educacional, é fato o significativo lugar ocupado pelo currículo que ainda traz marcas indelévels do colonialismo e está a serviço de um projeto neoliberal, que pouco dialoga com as necessidades contextuais do meio ambiente e do ser humano. Além disso, ainda hoje esse mesmo currículo, ao deixar de debater questões como racismo e gênero, contribui para o aprofundamento e reafirmação de processos de exclusão e subalternização de crianças negras e da população negra em geral, de mulheres, de pessoas LGBTQIA+, visto que a figura do nordestino, como já abordado anteriormente, é associada à figura do macho, perpetuando o machismo e suas consequências, contra o que a educação pouco tem feito⁴⁰.

Críticos desse modelo de educação, professores/as, organizações da sociedade civil e universidades vêm debatendo e construindo, nas duas últimas décadas, uma educação alternativa, denominada educação contextualizada. Nesse caminho, a contextualização, segundo Carvalho e Reis, é “concebida a partir da noção de contexto (que provém do Latim – *Contextus*, *ūs*- reunião, conjunto, entrelaçar, tecer, tessitura)”, a partir do qual a realidade se tece e se entrelaça de forma complexa e este “não encerra a produção do conhecimento e nem a realidade se reduz a ele, pois o ‘contexto não deve se fechar como uma ilha’, isolada do mundo, das coisas e dos demais saberes e conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo da sua trajetória histórica” (CARVALHO; REIS, 2013, p. 5-6).

Nesse viés, a conexão entre os múltiplos saberes deve ser parte de uma educação de qualidade comprometida com a emancipação humana. Para tal,

Forjar uma educação de qualidade é também investir na construção de um currículo descolonizado e contextualizado. Descolonizar o currículo passa por romper com o seu caráter preconceituoso, que desconsidera o negro, que apresenta o índio como símbolo da preguiça, que fundamenta livros os didáticos em produto do mercado e não de facilitador da aprendizagem e de acesso ao conhecimento. Sendo assim, é preciso descolonizar essas ideias e essas imagens que estão dentro do livro didático (REIS, 2010, p. 14).

⁴⁰ Durante a escrita desse capítulo, em pouco mais de duas semanas, perdi a conta do número de feminicídios ocorridos no país, dos quais tomei conhecimento por meio do noticiário. De acordo dados compilados do “Dossiê Violência contra as Mulheres”, pelo instituto Patrícia Galvão, o Brasil é o 5º país no *ranking* de homicídios contra mulheres: um estupro a cada onze minutos, uma mulher é assassinada a cada duas horas, quinhentos e três mulheres vítimas de agressão a cada hora; cinco espancamentos a cada dois minutos. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/qual-a-dimensao-do-problema-no-brasil/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

Debater educação contextualizada implica também debater modelo de desenvolvimento. Assim, organizações da sociedade civil e parceiros, envolvidos nesse debate, o fazem, ao mesmo tempo, a partir da necessidade de um modelo de desenvolvimento que valorize as potencialidades da região e de seu povo, pautado em relações de solidariedade, em estratégias que impactem menos o meio ambiente e a partir de uma perspectiva emancipadora. Aqui, o conceito de desenvolvimento⁴¹ não se restringe ao âmbito econômico, mas a vários fatores que devem concorrer para a justiça social, reduzindo significativamente a desigualdade social e favorecendo a melhoria de vida das pessoas sob vários aspectos⁴². Neste sentido é que vem a convivência com o Semiárido, a ser abordada logo adiante.

Mesmo diante da atuação de movimentos sociais, da implementação de políticas públicas, melhorando alguns índices e a qualidade de vida das pessoas, de maior visibilidade acerca das potencialidades, na mídia, o que contribuiu com certa positividade da região Nordeste nas últimas décadas, a condição de região estereotipada ainda permanece, assim como permanecem a concentração de terras, de água e outras desigualdades sociais, o que confirma que as alterações foram muito incipientes.

Para exemplificar a permanência de estereótipos, basta analisarmos as manifestações conflituosas durante as últimas eleições presidenciais, onde nordestinas/os continuaram a ser, de forma universal e generalizada, chamados de burros e ignorantes pelo fato da preferência

⁴¹ Mesmo discordando das autoras quanto à compreensão acerca do processo pelo qual passaria o desenvolvimento, especialmente do Nordeste, concordo com a abordagem que trazem acerca do conceito de desenvolvimento a partir de Amartya Sen (1999), para quem, segundo elas, “é importante adotar uma perspectiva de desenvolvimento como um processo ligado a liberdade, e que deve ser usada para analisar o processo de desenvolvimento integrando considerações econômicas, sociais e políticas. Essa perspectiva permite uma análise mais ampla, reconhecendo o papel dos valores sociais e costumes, pois esses podem influenciar na liberdade e, conseqüentemente, o desenvolvimento, pois a privação da liberdade impossibilita o desenvolvimento” (BRITO; DAMAZIO, 2018, p. 173). Na minha concepção, essa liberdade não pode ser interpretada a partir de uma perspectiva liberal de tão somente “liberdade individual”. Deve ser ressignificada com os conceitos de autonomia e emancipação, tanto individual, quanto coletiva. Só assim, constituirá em liberdade efetiva, a fim que as pessoas possam de fato assumir as suas potencialidades de agência.

⁴² Tomando esses referenciais, de certo modo a perspectiva da convivência com o Semiárido vai de encontro ao nacional-desenvolvimentismo, visto que defende que os povos e comunidades devem ter acesso a direitos que lhes oportunizem melhorias de vida, sem que esse desenvolvimento tenha que estar atrelado a um processo de industrialização da região, como comumente se defende. O desenvolvimento deve respeitar, valorizar e reconhecer que os povos, territórios e comunidades locais, devem ter acesso a direitos sem que a sua autonomia e formas de vida sejam desrespeitadas. Devem ser parte da construção de um projeto emancipatório e soberano. É fato que em termos macro é um desenvolvimento ainda distante da efetivação. Mas também é fato que em termos micro há muitas movimentações em percurso que tem oportunizado pequenas conquistas, passando especialmente pela Agroecologia e pela Economia Popular e Solidária. As feiras agroecológicas da Agricultura Familiar, espalhadas por vários municípios Semiárido afora, são exemplos de núcleos dessas resistências que pensam e se articulam em torno de um “outro desenvolvimento possível”.

da maioria de seus eleitores não coincidir com a escolha da maioria do eleitorado do Sul e do Sudeste.

Dialogando com Lélia Gonzalez, poderíamos concluir: esta pretensa superioridade do Sul/ Sudeste brasileiro expressa a colonialidade que ainda está vigente em nosso meio, a qual hierarquiza regiões e seu povo, operando numa matriz classista e racial que busca, agindo como colonizador, assim negando a plenitude de humanidade de nordestinos, especialmente das camadas populares, em que as mulheres nordestinas e pobres ainda são estigmatizadas como caipiras, subservientes e incapazes de pensar por si mesmas. Um exemplo disso é a velha conversa de que as mulheres pobres continuam a parir para receber Bolsa Família e que só votaram em determinado (a) candidato (a) apenas por conta deste benefício. Caberia a pergunta: E se fosse por conta disso? Não têm elas o direito de reconhecer o que de fato lhes melhoram a condição de vida? Não são elas seres capazes de pensar e, portanto, decidir o voto, sem que pessoas de outro sexo, outra classe, outra região do país tivesse que lhes dizer o que é melhor para elas? A resposta poderia vir com Lugones (2014), que ratifica a negação da humanidade feita pelo colonizador. Neste caso, as mulheres nordestinas pobres não são reconhecidas como plenamente humanas e por isso, um dos seus direitos políticos, o voto, é questionado por quem se porta como “colonizador”, mesmo que sua condição de classe seja a mesma das pessoas nordestinas a quem estão a criticar.

Apesar das permanências quanto a esta colonialidade insistente, portas foram abertas, mas há que se resistir para que não voltemos para trás. Há caminhos que nos convidam a ir em frente. Assim, além da melhora do IDH e de outras conquistas, a região Nordeste também viu nas últimas décadas, filhos e filhas de gente “colonizada” subverter a colonialidade, de diversas maneiras; seja se organizando em grupos, coletivos, associações, ONGs, seja se escolarizando, ou construindo autonomamente “meio de vida”, no campo por exemplo. No campo acadêmico, muitas pesquisas também têm colocado em evidência os processos de luta e resistência de mulheres no Nordeste, a denunciar as insistências da casa grande em manter senzalas, pois:

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos *sujeitos* políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (CARNEIRO, 2003, p. 3).

E isso também é uma importante transgressão à antiga, mas renovada insistente colonialidade. Além disso, elucidar o dinamismo, o protagonismo, a agência, a inventividade e a resistência do povo nordestino é também uma forma de enfrentamento ao racismo e à subalternização que historicamente as elites buscaram impor-lhe.

3.7 A convivência com o Semiárido como proposta de materialização de políticas que tenham como referência uma visão sistêmica

Nas últimas décadas, iniciativas da sociedade civil organizada⁴³, do campo acadêmico, e de alguns agentes do campo político têm se articulado no sentido de denunciar os interesses por trás da famigerada indústria da seca, a estereotipização do povo nordestino e de sua região, bem como a dívida do país com o Nordeste em relação ao desenvolvimento de políticas públicas que considerem as potencialidades da região e de seu povo e que, entre as premissas, esteja a garantia de direitos com vistas a reduzir as graves desigualdades sociais.

Os estudos sobre o semiárido, clima predominante na região Nordeste, a difusão de conhecimento sobre esse clima e a criação e a implementação e difusão de ações, programas e projetos, por parte de organizações da sociedade civil e com apoio de instâncias governamentais, foram um fator relevante na mitigação de velhos problemas que historicamente assolaram a região, como é o caso do abastecimento de água para consumo humano, especialmente na zona rural do Semiárido brasileiro. As tecnologias sociais na perspectiva da convivência com o Semiárido e o conjunto de políticas públicas desenvolvidas no Nordeste, a partir de 2003, certamente contribuíram para a valorização da região e de seu povo, favorecendo um ciclo de desenvolvimento (o qual é considerado como o resultado de um conjunto de fatores que têm o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida como elementos primordiais de intrínseca relação entre si) sem precedentes na região, melhorando de forma significativa o IDH⁴⁴ (Índice de Desenvolvimento Humano), e reduzindo notavelmente o fantasma da fome na região.

⁴³ Sobre esse processo, ver Costa (2017).

⁴⁴ Brito e Damazio (2018) demonstram, a partir de pesquisa bibliográfica, um conjunto de impactos relevantes para a segunda região mais populosa do país, o Nordeste, entre 2001 e 2015. Entre eles, podemos citar a redução do trabalho informal, do analfabetismo, a ampliação do índice de escolaridade média e da renda média das pessoas pobres da região. A análise de dados como IDH e PNAD apontam alguns percursos nesse sentido. Na Figura 1 (p. 190), é possível observar o crescimento do IDH, na região, o qual passou de uma escala de 0,612 em 2000, saindo da classificação de baixo desenvolvimento para 0,727 em 2010, classificado como médio desenvolvimento (p. 189). Os dados também apontam a redução da pobreza e da desigualdade e aumento da renda média de pessoas pobres entre 2001 e 2015. As autoras citam Pereira (2015), para quem “as ações

Na contramão da velha lógica de “combate à seca”, entidades da sociedade civil organizada⁴⁵ se articularam e propuseram o que denominam de convivência com a seca, ou numa formulação mais ampla, convivência com o Semiárido. Silva (2003, p. 375) ressalta que, para além de mudanças nas concepções de desenvolvimento, trata-se da emergência de um novo paradigma o qual se orienta a partir de novos conceitos, ideias, valores e percepções. Ainda segundo o autor, “essas mudanças na visão de mundo expressam a passagem da concepção mecanicista para uma visão holística⁴⁶ e ecológica. Rompem com a visão antropocêntrica, proporcionando a reconciliação do homem com a natureza”, atuando numa perspectiva sistêmica. É a partir da articulação com esse novo paradigma que se buscou nas últimas décadas construir a proposta de convivência no semiárido brasileiro. Nestes termos:

O semi-árido é concebido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades. Trata-se de um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas (SILVA, 2003, p. 375).

Vale ressaltar que, na prática, ainda estamos longe de uma efetivação e constituição de políticas que consigam incorporar a significância da proposta de convivência com o semiárido, especialmente quanto à visão holística e contrária a uma visão e comportamento

realizadas, em conjunto com as políticas sociais, como por exemplo na educação profissional e superior, garantiram melhoras consideráveis na vida cultural, política e econômica do Nordeste, mesmo com todas as dificuldades de funcionamento. Em consequência disso, o crescimento da renda no Nordeste fundado nos programas sociais, estimulou o consumo e assim fomentou o comércio local, como também o investimento” (BRITO, DAMAZIO, 2018, p. 175).

⁴⁵ O presente trabalho não dá conta de problematizar o conceito de sociedade civil, haja vista a sua complexidade. Todavia, parte do pressuposto da sociedade civil como um instrumento de conservação e de atuação pela transformação da ordem vigente, a depender do contexto em que cada entidade/organização etc., se insere, haja vista a amplitude do campo de atuação dessas organizações. Para citar essa vastidão, lembramos que “Numa acepção mais contemporânea, (...) sociedade civil organizada e OSCs confundem-se para designar o multifacetado universo das organizações constituídas livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse de atender. Pertencem a esse universo as organizações de base (...) ou entidades comunitárias, voltadas para a promoção do desenvolvimento local e liderança de lutas populares; as organizações intermediárias de assessoria e pesquisa (...) ou de defesa e promoção de direitos (...); as fundações que realizam programas de interesse social (operadoras) ou financiam projetos sociais realizados por terceiros (...); e as antigas entidades assistenciais, de atendimento direto a populações carentes, que praticam a filantropia em sentido estrito” (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p. 61). Neste sentido, organizações da sociedade civil tanto podem ser instrumentos de manutenção do *status quo* ou de enfrentando e luta contra o mesmo. Assim, dialogamos com o último formato, valendo ressaltar que mesmo neste, as organizações podem desaguar na reafirmação da ordem vigente, a depender de posturas adotadas.

⁴⁶ Ainda de acordo Silva (2003, p.375), “a consciência holística tem por base a concepção de subsistemas que são, simultaneamente, ‘todo’ e ‘partes’”. A interrelação e a interdependência são elementos essenciais em todos os fenômenos físicos, biológicos, culturais e sociais.

antropocêntrico. As políticas que foram iniciadas, especialmente a partir de 2003, representam notadamente avanços significativos, sobretudo quanto à melhoria das condições de vida de humanos sertanejos habitantes das áreas rurais do Semiárido. Todavia, essas políticas ainda são fragmentadas e não se consolidaram enquanto políticas governamentais, nem foram incorporadas pelas três esferas de governo (municípios, estados e união), na intensidade que careciam.

No caso dos municípios, os gestores elogiam as iniciativas (como cisternas), no entanto, raríssimas exceções passam longe de qualquer comprometimento com ações ou políticas que de fato se propõem a ter como eixo central a convivência com o Semiárido. Ademais, a bandeira da convivência com o Semiárido brasileiro ainda é vista como bandeira partidária por alguns gestores. No que se refere ao Governo Federal, tão logo se consolidou o golpe contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff, sentiu-se a interrupção brusca do volume de recursos destinados às políticas de convivência⁴⁷, inclusive aqueles já garantidos no orçamento do ano de 2016, ano em que Michel Temer assumiu a presidência da República. O Governo que se iniciou em 2019 tem aprofundado os cortes dos gastos públicos nesta área e em tantas outras, interrompendo mais de uma década de políticas que vinham transformando a vida de sertanejas e sertanejos que moram no campo do Semiárido brasileiro.

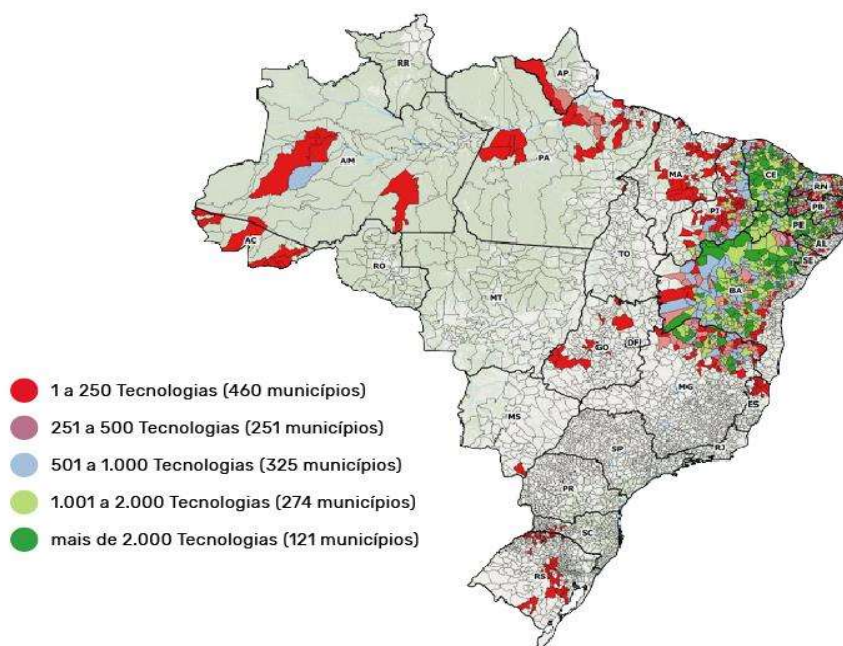
A experiência com construção de tecnologias sociais de convivência com o Semiárido foi iniciada por organizações da sociedade civil ainda na década de 90. A primeira parceria entre a ASA e entidades governamentais para a construção de cisternas no semiárido ocorreu com a ANA (Agência Nacional das Águas), em 2001, ainda no Governo FHC. Desde 2003, a iniciativa construiu 1,3 milhão de estruturas para a captação de água da chuva, o que abastece a residência de cerca de cinco milhões de pessoas, conforme reportagem do Brasil de Fato, de 21 de janeiro de 2020. Ainda segundo o mesmo veículo de comunicação, a ação “foi um passo fundamental para que o Brasil deixasse, em 2014, o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)”. O mapa abaixo permite uma ideia da distribuição dessas tecnologias⁴⁸. A quantidade de 1 (uma) a 250 (duzentos e cinquenta) tecnologias por município demonstra a presença acentuada destas em municípios do Nordeste

⁴⁷ Há um conjunto de ações que se inserem nessa perspectiva, sendo as cisternas as mais conhecidas, com maior índice de execução e maior impacto, até a atualidade.

⁴⁸ A fonte informada pela reportagem (Boletim informativo Ministério da Cidadania nº28, novembro de 2019. Programa Cisternas.), não estava disponível no site do Ministério da Cidadania por ocasião em que acessei (janeiro de 2021). Por isso, a fonte utilizada foi a própria reportagem, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido>

Semiárido. E se é fato que ainda há demandas significativas em vários municípios por essas tecnologias, também o é que a quantidade de tecnologias implementadas em muitos deles significou a universalização temporária da demanda.

Figura 3 - Mapa de implementação de tecnologias sociais de captação de água de chuva



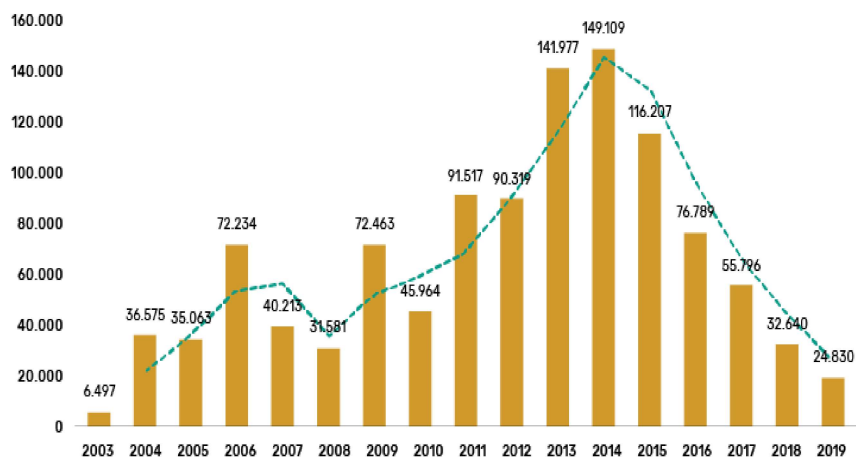
Fonte: Boletim informativo Ministério da Cidadania nº28, novembro de 2019. Programa Cisternas. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido>

Ainda de acordo a reportagem, quanto ao financiamento do Programa:

O repasse, que vinha crescendo continuamente desde 2010, chegou a R\$ 324,7 milhões em 2014, mas começou a diminuir em 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff (PT), e atingiu o patamar mais baixo em 2017, durante o governo Temer, quando os recursos públicos transformados pela ASA em tecnologias de acesso à água foram R\$ 19,3 milhões (...). Em 2019, o valor recebido foi de R\$ 26,47 milhões, segundo o Portal da Transparência. Esse montante, no entanto, é referente a convênios estabelecidos nos governos anteriores.

A distribuição desses recursos entre os anos 2003-2019 é passível de verificação no gráfico seguinte:

Figura 4 - Gráfico com montante de recursos destinados ao Programa Cisternas entre 2003 e 2019



Fonte: Boletim informativo Ministério da Cidadania nº 28, novembro de 2019. Programa Cisternas.

Segundo a reportagem “o montante previsto pelo governo Jair Bolsonaro na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020 era de R\$ 50,7 milhões, a destinação mais baixa desde a criação do programa”, o que deixa cada vez mais distante a perspectiva de zerar o déficit de famílias sem água potável e de garantir a universalização do acesso à água no Semiárido brasileiro.

Não obstante o caminho pela frente e os desafios postos, vale destacar a importância desse movimento que se propõe a repensar as relações e modos através dos quais as sociedades humanas têm atuado no Semiárido brasileiro, materializando uma proposta através do que se convencionou denominar como convivência com o Semiárido. Para além dos princípios, políticas, ações, um elemento que atravessa tudo isso é a metodologia, quando pensada numa perspectiva que visa a estimular a agência das pessoas “beneficiárias”.

Além de atuar na perspectiva de valorização das pessoas e das potencialidades da região, a metodologia preconizada pela Articulação Semiárido Brasileiro - ASA, principal rede interlocutora no debate sobre convivência com o Semiárido, atua no sentido de estimular a construção de possibilidades coletivas de geração de renda e formação das pessoas, especialmente no que se refere ao campo. Os processos de formação inseparáveis da execução de tecnologias sociais, na verdade, são tão ou mais relevantes que a própria tecnologia. Talvez aqui resida o grande diferencial entre essas políticas serem executadas pelo Estado ou por

organizações da sociedade civil, já que estas, em sua maioria, buscam atuar no sentido de promover autonomia, agência, organização coletiva, procurando expor as questões imbricadas na velha plataforma do combate à seca e apresentando um conjunto de possibilidades que vão de encontro àqueles modos historicamente utilizados pelo estado, na execução das políticas na região.

A plataforma da convivência com o Semiárido brasileiro, abordada e demarcada dentre outros documentos do Fórum, pelas Cartas Políticas dos Encontros da ASA – ENCONASA (Encontro Nacional da ASA – Articulação Semiárido Brasileiro) parte das potencialidades da região, não apenas do ponto de vista geográfico, econômico, mas também realçando o poder, a capacidade e os instrumentos do próprio povo da região (em especial, agricultores(as) familiares que estão na zona rural, historicamente negligenciada), no sentido de se organizarem seja na perspectiva de pressionar o Estado para que este execute políticas públicas voltadas para atender às demandas das populações camponesas, seja no sentido de organizarem (grupos de economia popular solidária, associações, cooperativas e outros formatos), na construção de alternativas de geração de renda que permitam às pessoas continuarem nos seus territórios, melhorando sua qualidade de vida e minimizando a necessidade de migração em busca de trabalho⁴⁹. É nessa seara que os grupos Flor, Fruto e Sabor (Comunidade de Capoeirão) e Mulheres Guerreiras do Sertão (Comunidade de Careta), se inserem.

Desse modo, o caminho percorrido na perspectiva da convivência com o Semiárido vai além de meras ações dispersas, se inserindo num projeto que repensa e ressignifica o modelo vigente de sociedade. Ademais, esse movimento não é e nem está isolado, pois

Os desequilíbrios que se instauraram entre as atividades humanas industrializadas, o meio ambiente e os modos de existência de povos indígenas e tradicionais aparecem como uma grande preocupação para diferentes atores nessas últimas décadas. Políticas ambientais nacionais e internacionais emergiram no intuito de minimizar os impactos e de gerenciar os espaços ditos “naturais”, e políticas socioculturais foram desenhadas para tentar documentar e salvaguardar práticas ditas indígenas, tribais ou tradicionais, ameaçadas pela expansão do sistema-mundo. Com o objetivo de

⁴⁹ A Carta Política do III Enconasa é um documento que sistematiza um conjunto de questões no que concerne à plataforma da Convivência com o Semiárido. O documento encontra-se disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/CARTA-POLITICA-III-ENCONASA.pdf>. Outros aspectos relacionados a esta abordagem também podem ser encontrados em: <https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>, https://www.asabrasil.org.br/imprensa/asa-na-midia?artigo_id=994, <https://www.asabrasil.org.br/enconasa/edicoes-antiores>, https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Carta_seminario_agro_bio_diversidade.pdf

refletir sobre as múltiplas interconexões entre naturezas e culturas, cada vez mais elaboram-se políticas socioambientais, reconhecendo que a separação entre o biológico e o social deve ser sempre abordada criticamente, e que existem vínculos sólidos entre a sociodiversidade e a biodiversidade (MANTOVANELLI; TSELOUIKO; VELDEN, 2019, p. 1).

Assim, podemos dizer que a movimentação em prol da convivência com o Semiárido se insere em um movimento maior que questiona um modelo estabelecido, que tem no sistema Mundo, o capitalismo como um dos elementos de suas bases. Esse movimento vem ganhando contornos no país e no continente latino-americano, apesar de ser ainda incipiente quanto a uma proposição mais consistente, crítica e alternativa ao modelo vigente e das contraofensivas de governos que atuam na contramão dessas alternativas, as quais ganharam força e aceleração nos últimos anos. Ainda assim, isso não tira os méritos da trajetória feita até o momento.

Frente ao cenário que se impõe, “ideias para adiar o fim do mundo” e/ou quem sabe construir paraquedas coloridos, como sugere Krenak (2019), devem ser levadas muito a sério. Teoria e prática não podem estar dissociadas e devem subsidiar uma à outra, não como entes separados, como costumeiramente supomos já que estamos sempre nos pautando nas dualidades próprias da modernidade eurocentrada. É necessário que, ao pensar e fazer acontecer a convivência com o Semiárido, repensemos várias questões, entre elas a urgência de se atuar por um percurso de reconexões entre humanos e não humanos. Para Krenak (2019, p. 12) “a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo”. Daí, restabelecermos conexões pode se tornar caminhos de insubmissão ao sistema mundo e passos para novas sociabilidades.

Anna Lowenhaupt Tsing (2019) também pode ser evocada para nos trazer outras “ideias para adiar o fim do mundo”, pois, conforme ressalta seus editores “nesse tempo chamado Antropoceno, a antropologia é realmente necessária para se descobrir como humanos e não humanos caminham juntos tanto para destruir a habitabilidade como para navegá-la e manter vivos bolsões de habitabilidade”. Estamos sendo desafiados a “Viver nas Ruínas”, constituindo sociabilidades e a compreendermos que “a valorização baseada na performance de ecologias humanas e não humanas pode oferecer modelos de conscientização ambiental para nossos tempos” (TSING, 2019, p. 41). E se o Semiárido está repleto de ruínas e do que resultou delas, também, numa metáfora com Tsing, temos nossos cogumelos e

nossos catadores e as comunidades e povos que vivem nessa região, especialmente na área rural, vivem e podem viver a tecer as suas próprias negociações de vidas na Caatinga e no Cerrado e nas ruínas que neles estão e com as multiespécies que os habitam, construindo seus próprios paraquedas, como diria Krenak.

A literatura sobre as políticas de convivência com o Semiárido tem crescido, num movimento que tem alguma sintonia com ritmo das políticas de convivência, assim como dos eventos, inclusive acadêmicos, que tematizam essas questões, as quais tiveram maior projeção durante os governos Lula e Dilma. Mesmo os estudos mais localizados sobre o impacto de programas como “Do combate à seca à convivência com o Semiárido: Reflexões preliminares sobre o P1+2 no espaço agrário cearense” (MENDES JÚNIOR; OLIVEIRA, 2016) e “Do Combate À Seca A Convivência Com O Semiárido: Um Estudo De Caso No Distrito De Caracará, Sobral, Ceará (LINHARES; SOBRINHO, 2016), entre outros, trazem contribuições importantes, dando passos na perspectiva de evidenciar o protagonismo do povo da região, bem como de investigar os efeitos de programas e projetos que se inscrevem na perspectiva da convivência com o Semiárido, tematizando o mesmo a partir do olhar de dentro, haja vista que o olhar de fora, do outro, foi aquele que historicamente prevaleceu.

É fato desanimador perceber que, em pleno século XXI, ainda estejamos presenciando chefes da política brasileira a considerar a floresta Amazônica como um entrave ao desenvolvimento. E neste cenário, como quem semeia sem saber se viverá para colher os frutos, que as gentes que acreditam que “um outro mundo é possível” se inspiram no sonho do “bem viver” e teimam em repensar o modelo, apontando saídas para retardar o fim do mundo. No caso do Semiárido nordestino, esse mundo se materializou ao longo da história entre outras ações, por meio da política de combate à seca como uma ação organizada pelo Estado; mas tal empreitada requer repensar um conjunto de visões fundantes sobre quem somos, onde estamos e o que visualizamos como possibilidades para a humanidade. Requer pensar com Despret, para quem:

(...) a história dos seres vivos (...) é uma rede estreita de laços que tecem relações constantes (...) É uma ecologia curiosa e afetiva, (...) em que os seres (...) se afetam incessantemente uns aos outros (...). É um “tornar-se com” que leva a um “tornar-se junto” com aliados multissensoriais, parceiros estranhos, agentes secretos. E é isso que tece nossas vidas com eles (DESPRET, 2016, p. 20).

A lógica de combate à seca, que desde o império orientou políticas para a região, trazia consigo (e ainda traz) o objetivo de manutenção do poderio das elites locais e, consoante com isso, manter as camadas populares, dependentes e desorganizadas, era uma premissa, desestimulando, portanto, iniciativas que fomentassem a autonomia e agência dessas populações. As tentativas mais organizadas, como é o caso de Canudos⁵⁰, foram veementemente reprimidas, buscando mostrar aos desavisados que as elites estavam dispostas a ir às últimas consequências, caso seus interesses e sustentabilidade no poder fossem de alguma maneira, questionados e sofressem qualquer enfrentamento. Não obstante a essa realidade ameaçadora, os povos do Semiárido nordestino construíram resistência e forjaram sobrevivência nas terras sertanejas. Todavia, as garras desse universo centralizador marcado pelo conjunto de práticas coronelistas deixaram, por um lado, de executar políticas públicas, a fim de manter a miséria como um instrumento de dominação e, por outro, cercearam práticas que significassem a construção de autonomia e independência em relação às elites locais, deixando marcas profundas. Assim, cada grupo de lavradoras, de jovens, de agricultores/as familiares que se levanta e organiza em torno da construção de alternativas é um levante de resistência a ser comemorado. E por isso, acredito ser justo evidenciar as trajetórias dos grupos Flor, Fruto e Sabor e Mulheres Guerreiras do Sertão. São representativos de tantos outros grupos sertão adentro e afora que fazem de cada dificuldade enfrentada e de negação de direitos os motivos para se organizarem em busca desses direitos historicamente negados.

3.8 A migração e o impacto na vida das mulheres lavradoras

⁵⁰ A conjuntura política da abolição da escravatura, sem nenhuma reparação social, em 1888, acrescida das consequências da terrível seca de 1877, que ultrapassou os 100 mil mortos, contribuiu para o agravamento da crise vivida no país, aprofundando as desigualdades sociais em um contexto de pouca ou nenhuma perspectiva de alteração dessa ordem social. É neste cenário que, entre os últimos anos da monarquia e o início da República, uma comunidade sertaneja se formou sob a liderança de Antônio Vicente Mendes de Maciel, o Antônio Conselheiro. Localizado nas margens do Rio Vaza Barris, região Nordeste do Estado da Bahia, Brasil, o Arraial de Canudos (Belo Monte para seus habitantes) construiu seu cotidiano a partir de certa autonomia, ancorado num catolicismo popular e sem que seus integrantes se submetessem ao mando das oligarquias locais, o que atraiu muitos adeptos, passando a incomodar as oligarquias e a igreja. Sob pretexto de defesa dos interesses republicanos, o Arraial de Canudos foi massacrado após intensa resistência e quatro expedições, sendo a última estimada entre 10 e 12 mil homens advindos de todo país. Canudos é reconhecida como exemplo de resistência às múltiplas opressões sofridas pelo povo sertanejo. Para a professora e pesquisadora Walnice Nogueira Galvão “a lição principal que fica de uma guerra fratricida e desnecessária é a admiração pelo esforço desenvolvido por populações carentes de tudo para criar novas formas de vida em comum” (GALVÃO, 2001, p. 111).

O contexto econômico do Nordeste brasileiro, mesmo portador de acentuadas peculiaridades, não está desconectado do modelo capitalista mundial, como nos querem fazer crer, e, assim como outras realidades, sofre os impactos de seu vai-e-vem, sentindo no cotidiano o resultado do neoliberalismo avassalador da década de 90. Durante esse período, o processo imigratório, sobretudo, de sertanejos para as colheitas sazonais, entre elas a de cana de açúcar, ajudou a “criar muitos filhos”. Mas, ao final da década de 90 e início da década seguinte, com o avanço da tecnologia, o emprego para “o cortador de cana” foi ficando cada vez mais escasso. Ademais, muitos trabalhadores ainda jovens desenvolveram doenças que os desestimulavam ou impediam de continuarem “cortando cana”. Assim, muitas famílias perderam essa fonte de renda – a qual, muitas vezes, era a única fonte “certa” da casa, mesmo que sazonalmente. Nesse contexto, famílias se viram em situação ainda mais vulnerável. Desse modo, oportunidades de geração de renda são sempre bem vindas a essas famílias. A década que se seguiu, com o conjunto das políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma melhorando o IDH, conforme apontado anteriormente, facilitou para que muitas pessoas da região não precisassem migrar. Com a crise econômica vivida pelo país e acentuada pelo conjunto da política (ou seria da não política do Governo Bolsonaro?), acentuada pela pandemia do novo Corona vírus, alastrada a partir de março de 2020, o empobrecimento agudo de muitas famílias tem forçado a migração de pessoas que há algum tempo não precisavam fazê-lo. É o caso do companheiro de uma das participantes desta pesquisa, que segundo a mesma, no ano em curso, precisou se deslocar para trabalhar na colheita sazonal.

3.9 Constituição imagética *do sujeito* feminino no Nordeste e mulheres no Alto Sertão

Mesmo a região Nordeste tendo um histórico de muitas lutas e levantes de resistência ao longo de sua história, a pressão e o massacre empenhado pelas classes dominantes a essas resistências também marcaram essa história, acabando por desestimular e invisibilizar um conjunto de outros protagonismos, inclusive quanto à agência de mulheres. Mas, apesar da histórica e acentuada dominação masculina, que frequentemente incorre em diversas formas de violência contra as mulheres, elas ainda assim construíram resistência das mais diversas formas, ao longo da história sertaneja, embora permaneçam, em sua maioria, na invisibilidade, com pouco ou nenhum reconhecimento que faça jus às suas presenças atuantes no universo do qual foram e/ou são parte. O fato de estar no campo constitui mais um

agravante quanto à invisibilização. Por isso, desenvolver pesquisas relacionadas a Gênero no Semiárido nordestino, e ainda mais com mulheres de classes populares e lavradoras, é um dos caminhos que podem contribuir para subverter essa invisibilidade e enfrentar estereótipos.

O Nordeste e mais notadamente a região Semiárida têm se configurado um universo no qual historicamente (e não casualmente) a realidade de muitas mulheres tem sido escamoteada. Se as desigualdades de gênero estão presentes em várias sociedades, aqui não é diferente, acrescendo-se a este fator a representação estereotipada da mulher da região como submissa, atrasada e maltratada ou como “cabra macho”. O conjunto desses estereótipos ainda hoje insiste em se perpetuar, seja através da música, do cinema, das telenovelas e em muitas outras manifestações.

A caracterização do masculino e do feminino no Nordeste (considerada aqui a concepção binária mesmo) teve abrigo sofisticado no mundo do cordel, como atesta Albuquerque Júnior (1999), em artigo denominado “Quem é frouxo não se mete”, no qual o autor aborda a constituição da figura do nordestino, analisando cordéis (escrita com forte presença na região Nordeste do Brasil) de diferentes épocas. À medida que desvenda a constituição do “nordestino”, vai sendo revelada a representação sobre as “nordestinas”, haja vista o imbrincamento na constituição *desses sujeitos* que ainda transitam em percepções bastante binárias nos *objetos* estudados pelo pesquisador. Nos cordéis analisados, segundo o autor, a violência permeia as relações de gênero e o nordestino, limitado à figura masculina (cabra macho), é associado à violência.

Ao tecer a relação entre história e psicanálise, Oliveira Filho ratifica a abordagem de Albuquerque Junior, afirmando: “Se o inconsciente se estrutura em forma de linguagem, a masculinidade, o gênero e a violência se tornaram elementos constitutivos da invenção do Nordeste e do nordestino” (OLIVEIRA FILHO, 2018, p. 192). Por sua vez, Nogueira (2015), ao estudar a sociedade sertaneja ressalta que a violência contra as mulheres estava presente em seu cotidiano, relacionada às mais diversas situações, sendo que os casos que ganhavam maior visibilidade eram geralmente aqueles que envolviam pessoas das camadas populares. Diante da pormenorização de casos e respectiva análise apresentada pela autora, é possível depreender que muitos eram os casos que ficavam impunes e outros tantos sequer eram denunciados.

Desse modo, não é de se admirar os altos índices de violência que ainda hoje assolam as relações domésticas e externas a elas, onde a grande maioria de vítimas é sempre as mulheres, seja a nível de país ou da região em evidência neste trabalho. No caso do Semiárido

nordestino, debater gênero significa logo de antemão se indispor com a figura do “cabra macho” a quem aparentemente “tudo é permitido” inclusive a violência contra mulheres”⁵¹.

A elite agrária nordestina, em franco declínio no início do século XX, além das ameaças políticas sobre seus poderes, sentiu-se ameaçada também pela mudança de comportamento de muitas mulheres e, por isso, segundo Albuquerque Júnior (2013, p. 43), lançam mão das ameaças médicas e de teorias científicas em vigor que procuravam demonstrar os perigos que esta igualdade traria para as mulheres, não apenas do ponto de vista moral, como do ponto de vista físico”, chegando inclusive a desestimular a participação de mulheres em práticas esportivas como o atletismo.

Na perspectiva de Albuquerque Júnior (2013, p. 44), “para estes homens ansiosos, era preciso reagir e denunciar a igualdade dos sexos como a desvalorização da mulher e um atentado à natureza feminina, que não seria talhada para certas atividades virilizantes”. As modificações do comportamento das mulheres parecem ter causado certo reboiço nas sociedades nordestinas. Aqui ressalto, mais uma vez, que a pretensão de qualquer universalismo de percepção sobre toda a realidade dessa região certamente incorrerá em grave incoerência e seria um despropósito com a pretensa decolonialidade da prática de construção do conhecimento. Mas é válido lembrar que outros estudos vão na mesma direção da abordagem de Albuquerque Júnior, como é o caso de “Mulheres, história e literatura em João Gumes – Alto sertão da Bahia, 1897-1030”, de Maria Lúcia Porto Silva Nogueira, lançada em 2015.

Ao analisar a obra de Gumes, a autora aponta como as mulheres são caracterizadas pelo escritor e jornalista, o qual se apresenta como defensor da moral e dos bons costumes e

⁵¹ Segundo dados do “Panorama da Violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais” (BRASIL, 2016, p.5), do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, em 2014 o Nordeste tinha a segunda maior taxa de homicídios de mulheres, perdendo apenas para a região Norte. A taxa estava em 5,3 (por 100 mil) quando consideradas mulheres de todas as raças. Em relação às mulheres pretas e pardas, da região Nordeste, esse número subia para 5,8 (por cem mil). Ainda segundo dados do mesmo documento: “De acordo com os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde, no ano de 2014, o estado da Bahia apresentou uma taxa de 4,9 homicídios para cada 100 mil mulheres, superior à taxa média nacional, de 4,6 homicídios por 100 mil mulheres. Assim como acontece na quase totalidade dos estados brasileiros, a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres pretas e pardas. Além disso, ao se comparar as taxas de homicídios de mulheres verificadas em 2014 com as de 2006, verifica-se que a violência letal vem se agravando no tempo. Tanto a taxa de homicídios de mulheres brancas residentes no estado aumentou em 107%, passando de 1,4 para 2,9, quanto a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas aumentou em 53%, passando de 3,4 a 5,2 homicídios por 100 mil mulheres. Esse cenário torna a Bahia um dos poucos estados que apresentou um incremento percentual da violência letal contra mulheres brancas superior ao relativo a mulheres pretas e pardas”. (Disponível em: <http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021).

que o rompimento destes ocorria muito em função da influência das ideias advindas de outras partes do país, especialmente por meio de sertanejos que migravam (maioria para São Paulo) e ao retornar exerciam essa influência sobre as famílias sertanejas, ameaçando seus pilares de honra e moral. Segundo João Gumes, a manutenção desse tipo de família por ele defendida, passava diretamente pelo comportamento das mulheres e, desse modo, conforme Nogueira, “o zelo exagerado com a honra da família, ocasionando enorme peso sobre as mulheres, era um forte aspecto do mundo masculinizado do Alto Sertão da Bahia” (NOGUEIRA, 2015, p. 105).

As duas obras, uma em Pernambuco (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013), tendo como lócus Recife, e outra sobre o Alto Sertão da Bahia (NOGUEIRA, 2015), referem-se a uma recorrente defesa da “família”. E sempre em nome dela se questiona qualquer mudança de comportamento das mulheres, discurso este que, aliás, tem voltado à tona com bastante força, nos tempos atuais. Segundo Albuquerque Júnior (2013), entre os anos 10 e 30 do século XX, O Diário de Pernambuco publicou uma série de artigos e reportagens que tratam da crise da instituição familiar, já que aparece naquela sociedade, um pretense nivelamento entre homens e mulheres. Também as publicações de Gumes, investigadas por Nogueira (2015), atuam no sentido de defender a manutenção de hábitos e costumes que preservariam a “família sertaneja”.

Ainda de acordo com Albuquerque Júnior (2013), quando as fronteiras de gênero pareciam estar se misturando, as sociedades da época chegam a usar uma verdadeira astúcia para desencorajar as mulheres a desejarem mudanças, inclusive aquelas que indicavam uma suposta perda da feminilidade. O autor verifica em sua análise, que “a estratégia deste discurso masculino é definir o ser feminino como um ser superior ao masculino, que se rebaixaria ao procurar com ele se igualar. As mulheres não deveriam descer de seu altar de madona para se misturarem com a vulgaridade da vida masculina!” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 44).

Além das incursões acima expostas, as mulheres da região em foco não estão imunes ao racismo e, portanto, assim como mulheres de outras regiões, as mulheres negras também sofrem com mais esse flagelo e suas consequências. Em estudo realizado com 100 mulheres negras de várias regiões do país, numa perspectiva interseccional, a fim de identificar as percepções e interpretações dos efeitos do racismo em suas vidas e as novas formas de ativismo, Cláudia Pons Cardoso (2017, p. 7) aponta que “os relatos revelam sofrimentos psíquicos causados pelos efeitos do racismo que provocam impactos negativos na forma como as mulheres negras vivenciaram e ainda vivenciam diferentes dimensões de suas vidas”, ao

mesmo tempo em que mostram que a resistência concretizada por meio de “participação, organização e mobilização das mulheres nos movimentos sociais em defesa dos direitos da população negra funcionam como instrumentos de autocuidado, uma vez que são espaços de fortalecimento identitário individual e coletivo”. Esta última conclusão dialoga com os apontamentos da presente pesquisa, indicando a relevância da participação das mulheres em espaços coletivos, no sentido de estimular a agência e o autocuidado, os quais em geral reverberam em ampliação da autoestima, autonomia e, por vezes, melhoras nas condições de vida. Nesse sentido, Flor de Maracujá, ao comentar sobre o que a teria levado a ingressar no grupo, informa: “Trabalhar junto é uma terapia para a cabeça da gente”. Na mesma direção, apontam Girassol, “Aqui uma escuta a outra; chora, sorri”, e Maria Umbuzeiro, “Com a convivência em grupo a gente adquire mais conhecimento, consegue crescer; e tem o companheirismo”. Todas destacaram o impacto positivo da participação no grupo, geralmente relacionado a aspectos que não seriam contemplados, caso não se envolvesse com ele. Pesquisar e dar visibilidade a essas experiências é também uma forma de disseminar boas práticas e estimular percursos que venham desaguar em conquistas para outras mulheres.

A obra de Durval Muniz de Albuquerque sobre gênero no Nordeste tem relevância não apenas no campo historiográfico, mas também no modo de fazer pesquisas no Nordeste, as quais, durante muito tempo, apenas replicaram a produção acadêmica do eixo Sul/Sudeste. O pesquisador inspira um conjunto de novas pesquisas que se propõem a desconstruir visões estereotipadas da região.

A criação de novas universidades, a ampliação das existentes e políticas afins (como é o caso das cotas raciais), com o aumento dos investimentos também na área da educação, nos Governos Lula (2002- 2010) e Dilma (2011-2016) favoreceram o ingresso de um conjunto de pessoas advindas das camadas populares, as quais tinham até então o acesso muito limitado à universidade. Decorrente dessas mudanças, a chegada dessa geração ao ensino superior arrastou consigo temáticas de relevo para vários grupos que se constituem minorias políticas. As temáticas de Gênero e Semiárido começam a ganhar mais presença na universidade. E o caminho aberto pela obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “Nordestino: A invenção do Falo - uma história do gênero masculino – 1920-1940”, (2013), um marco para os estudos de gênero, foi sendo cada vez mais alargado. A obra, mesmo configurando alta historiografia

da região, não circunscreve a uma obra “regionalista⁵²”. Todavia, é preciso apanhar o que a obra oferece, como foi proposto ao conceituar gênero na primeira seção e ir além. Mesmo de grande relevância, a obra não representa (e nem poderia) todas as diversidades passíveis de análise acerca da constituição e relações de gênero no Nordeste. Ainda carecemos de obras que estudem o gênero na região com um recorte amplo, que considere as possíveis contribuições do feminismo negro, que se paute nas perspectivas interseccional e decolonial, entre outras, a fim de fazer o devido entrecruzamento das muitas facetas da opressão que ainda se fazem presentes em nossas sociedades e quem sabe dialogue com as epistemologias do Sul, no sentido de se tornarem canais para fazer emergir tantos saberes epistemicizados, também pela academia altamente “colonizada”. Felizmente, têm se multiplicado as análises que buscam construir “saberes localizados” – para utilizar a expressão de Donna Haraway (1995) – os quais são relevantes no sentido de romper com silenciamentos históricos de mulheres da região.

Na esteira dos estudos de gênero no Semiárido, é possível concluir que a invisibilidade, além de histórica, ainda é recorrente. A visão estereotipada sobre o nordestino, entre “cabra macho”, valente, de um lado e submisso de outro, deixa marcas na constituição da imagem da mulher nordestina, que acaba sendo masculinizada e levada a se apresentar como “mulher macho”. Então, sua identidade feminina de alguma forma vai sendo suprimida (RIOS; BASTOS; BARROS, 2015). Por outro lado, esse perfil atribuído à mulher nordestina não significou reconhecimento de seu protagonismo, nem lhe assegurou visibilidade. As múltiplas tarefas de dona de casa, mãe, esposa, trabalhadora etc. não foram suficientemente reconhecidas a ponto de as tirarem dessa sombra teimosa. E mesmo aquelas que assumem o gerenciamento da casa, da família, da propriedade, inclusive em função do deslocamento dos maridos para trabalhar em outros estados, continuam sem reconhecimento em seus protagonismos e sem a devida e valorização.

O conjunto de programas, projetos e políticas públicas de convivência com o Semiárido, com destaque para as tecnologias sociais (cisternas de captação de água de chuva para consumo humano e para produção), assim como os projetos relacionados a sementes crioulas e as iniciativas relacionadas à assistência técnica na perspectiva agroecológica, entre outros que foram desencadeados na região nas últimas duas décadas estimularam a agência

⁵² O termo regionalista não é uma unanimidade entre historiadores (as), na atualidade, haja vista que alguns (as) autores (as) já questionam a expressão história local e/ou regional, apontando a articulação destas com um cenário mais amplo, o que não as colocaria num patamar de isolamento, como sendo apenas locais e/ou regionais.

feminina sob vários aspectos, assim contribuindo para repensar relações e para que a mulher se torne reconhecida como agente de transformação da própria realidade, construindo autonomia.

A abordagem acerca da mudança de paradigmas de combate à seca para a convivência com o Semiárido é algo relevante a ser destacado e, conforme ressaltou Silva (2003), este é um processo relacionado a uma conjuntura que vai além da própria região. Mas é preciso observar com muita atenção para entender como determinados mecanismos que perpassam a concepção e execução de políticas de convivência desaguaram em processos que só agora ganham força e forma, contribuindo para um processo emancipatório de mulheres e grupos. Isto porque, além da formação para beneficiários/as, cuja metodologia busca provocar reflexões importantes nos e sobre os atores/atrizes sociais do semiárido, entre eles o papel desempenhado por mulheres e homens nas relações sociais, há uma orientação para, sempre que possível, a tecnologia social seja cadastrada em nome da mulher, motivo de questionamento em diversas vezes. Esse fato, aparentemente banal, rompe um ciclo muito forte na região, que é o fato das posses/propriedades da família quase sempre estarem em nome dos homens⁵³. Observa-se que a atuação de movimentos sociais e o desencadeamento de políticas públicas de convivência têm sido relevantes no processo de transformação da realidade de mulheres lavradoras.

Estimuladas pela dinâmica de políticas de convivência com o Semiárido, cada vez mais, mulheres que vivem em comunidades rurais dessa região onde a agricultura familiar é predominante têm se organizado, buscando assumir uma perspectiva de agência coletiva. É nesse contexto que se inserem os grupos pesquisados: “Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão”, da Comunidade Careta, e Grupo Flor, Fruto e Sabor, da comunidade Capoeirão, ambos do município de Ibiassucê, estado da Bahia.

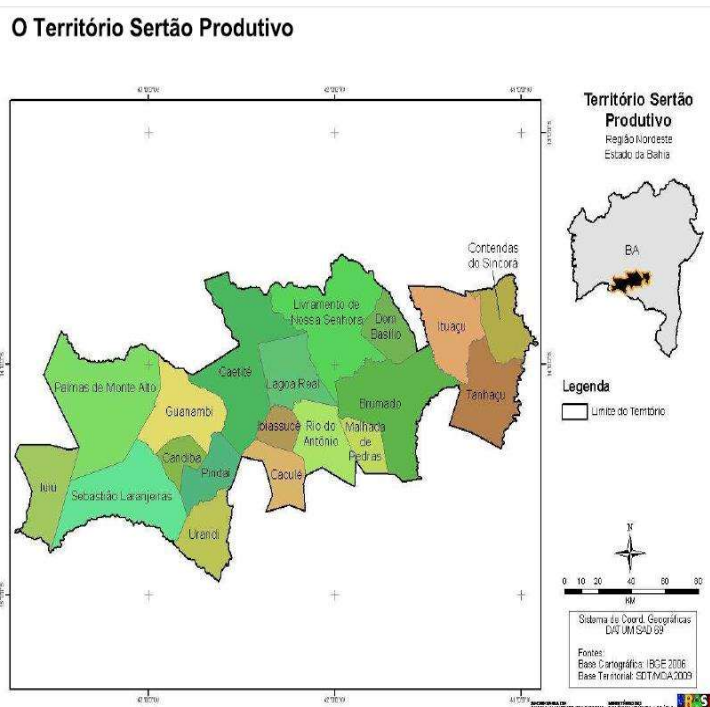
⁵³ Foi realizada pesquisa no banco de teses e dissertações da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>), no Google e no Google Acadêmico, sob nomenclaturas como Relações de Gênero e propriedade no nordeste; Relações de Gênero e propriedade no semiárido; Gênero e propriedade; mulheres e propriedade e outras menções afins. Não foram identificados estudos que relacionem Gênero e propriedade das terras, acerca de mulheres agricultoras no semiárido brasileiro, o que indica a carência de estudos nesse campo. Há alguns estudos muito localizados (circunscrevem a um município, microrregião), sobre mulheres e: comércio, agroecologia, agricultura familiar etc., onde se faz menção à propriedade. Mas estudos que tratem diretamente da relação entre gênero e propriedade e bens, na região Nordeste, não foram encontrados. A partir de uma experiência na macrorregião onde se situa as comunidades pesquisadas, observo há algum tempo, a predominância do gênero masculino quanto à propriedade das terras. No que se refere à América Latina, Deere e León (2003) apontam a existência de acentuada desigualdade de gênero quanto à propriedade fundiária, destacando o papel social dessa propriedade para as mulheres e suas famílias. O estudo de 2033 aponta ainda a carência de dados nos censos agrários de países do continente, o que dificulta estudos mais amplos sobre a temática.

4 MULHERES LAVRADORAS: AGÊNCIA COLETIVA E TESSITURAS EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES

A participação das mulheres no grupo, na comunidade, na Associação é muito importante não apenas pelo dinheiro que a gente ganha, mas pelo conhecimento (...) a gente aprende muitas coisas; conhece nossos direitos, aprende caminhar sozinha, com as próprias pernas, para não ficar dependendo dos outros. Antes as mulheres aqui achava que a vida era só cozinha, casa. Hoje não. Hoje as mulheres sai, já participa, já tem a sua vida própria (...) Quando as mulheres participam elas dão mais sentido à vida.
(Rosilda Aparecida Silva, 2018)

Careta e Capoeirão, comunidades pesquisadas neste trabalho, estão localizadas no Alto Sertão, Território de Identidade Sertão Produtivo, município de Ibiassucê, semiárido baiano.

Figura 6 – Território de Identidade Sertão Produtivo



Fonte: PTDRS – Território Sertão Produtivo. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf Acesso em: 25 Jun. 2021.

Os municípios desse Território, dentre os quais está Ibiassucê, partilham de muitas das características do Nordeste Semiárido, conforme apontado no capítulo anterior. Entre elas a de que sua população do campo é formada por uma maioria significativa de agricultores (as)

familiares. É neste chão semiárido que as mulheres evidenciadas por esta pesquisa tecem suas agências, onde sertanejas, sertanejes e sertanejos, para além de sua individualidade, formam coletivos que dão vida a este universo, comumente chamado de Comunidade.

Comunidade é um conceito múltiplo e por vezes controverso, que perpassa várias épocas com as mais diferenciadas abordagens na própria sociologia. A despeito disso e da reelaboração do conceito para atender a vertente relacionada à comunidade virtual, considera-se aplicável à presente pesquisa a abordagem de Moccelim (2011), inspirado em Tonnes, segundo o qual Comunidade refere-se, quase sempre, a um grupo social em torno do qual há aspectos comuns entre as pessoas que o compõe, as quais além de habitantes de território limitado, possuem traços que remetem a formas ancestrais de convivência e de arranjos da vida coletiva e que ali criam as suas condições de produção e de reprodução de modo coletivo e possuem problemas comuns que não podem ser individualmente resolvidos (HENRIQUES, 2005; MOCCELLIM, 2011). Em sentido complementar, segundo Oliveira (1988, p. 106), Tonnies “designa por comunidade uma forma especial de relações humanas cuja natureza se funda num conjunto de estados afetivos e tradições, e que se contrapõe ao que ele chama de sociedade, que vem a ser uma forma de relações cuja natureza, ao contrário, se funda no interesse individual, racional de cada um”. Moccellim (2011) considera ainda que o conceito evoca algo positivo, além de ser um lugar onde podemos encontrar semelhantes e partilhar valores e visões de mundo. Para o autor, a palavra comunidade ainda sugere altos graus de intimidade, vínculos emocionais, comprometimento moral e coesão social. É importante ressaltar que isto não significa a ausência de conflitos. Diante do exposto, avaliamos muito apropriado continuar nomeando Comunidade, os territórios das participantes da presente pesquisa, pois além de ser esta a autodenominação por elas utilizada, os aspectos desses territórios se encontram satisfatoriamente com o conceito de Comunidade na perspectiva sociológica.

4.1 Com prazer, lhes apresento as Comunidades Careta e Capoeirão

A Comunidade Careta localiza-se na área rural há cerca de 20 quilômetros da zona urbana de Ibiassucê. Nela residem vinte e sete famílias, as quais vivem basicamente da agricultura de subsistência. As terras de posse familiar são geralmente pequenas propriedades.

Segundo o diagnóstico participativo da Comunidade Careta, realizado pela COOTRAF⁵⁴, as propriedades são em média menores que 20 (vinte) hectares e a documentação das terras e situação fundiária geralmente se dá através de contratos particulares de compra e venda, doação ou herança sem escrituras públicas, sendo que boa parte trabalha sob contrato de uso comodato da terra (empréstimo gratuito, geralmente feito por familiares). Em 2016, a Comunidade passou a receber Assistência Técnica da COOTRAF.

Figura 7 – Comunidade Careta



Fonte: Fotografia de Daniela Amado de Almeida.

É perceptível o envolvimento histórico-afetivo de interlocutoras com o lugar, como na expressão que Beija-Flor emitiu durante a entrevista: “Aqui eu nasci, aqui eu cresci, trabalhei a vida toda, aqui eu casei, criei meus filhos, me envolvi com várias coisas da Comunidade, fundei Pastoral da Criança, aqui passei a vida toda, né... (risos) e aqui vou morrer... (risos)”, demonstrando o vínculo emocional citado por Mocellim (2011), como sendo característica das pessoas em relação à sua comunidade. Esse aspecto é muito presente na região pesquisada, tendo, inclusive, sido constatado em outros estudos acerca da mesma, como por Oliveira (2019, p. 41) assinalando o fato de que “nascer em um local pressupõe a criação de vínculos indo além do sentimento de possuir um patrimônio, mas envolve também as relações de afetividade e pertencimento”, tendo concluído pela ocorrência desse fenômeno com agentes desse território.

⁵⁴ COOTRAF - Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Informação disponível em: <http://www.cootraf.org.br/>)

Ao analisar a planilha do diagnóstico realizado em 2016 pela COOTRAF na Comunidade de Careta, destacamos a disposição dos cadastros entre homens e mulheres, dentro do quadro de Público que seria atendido pelo Projeto:

Quadro 1 - Comunidade Careta

PÚBLICO	QUANTIDADE
Nº de Famílias de Agricultores familiares	27
Nº de Famílias cadastradas como beneficiárias do contrato de ATER	24
Nº de Mulheres cadastradas como beneficiárias do contrato de ATER	19

Fonte: Diagnóstico da Comunidade Careta, realizado pela COOTRAF.

Considerando o número de famílias cadastradas como beneficiárias do contrato de ATER⁵⁵, percebe-se a ênfase dada ao cadastro em nome das mulheres, visto que elas representam mais de 70% (setenta por cento) das beneficiárias.

Capoeirão, por sua vez, está a cerca de 08 (oito) quilômetros da cidade de Ibiassucê e conta, atualmente, com 14 (quatorze) famílias residentes, as quais, em sua maioria, também vivem basicamente da agricultura familiar. Todavia, é válido registrar que em ambas as comunidades há diversas famílias com pessoas aposentadas, bem como algumas que são funcionárias públicas ou mesmo exercem outras atividades.

⁵⁵ Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - Política que atua no cotidiano dos agricultores construindo com eles soluções tecnológicas e organizativas para o seu trabalho. “A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar”. Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>.

Figura 8 - Comunidade Capoeirão



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

A situação da posse e documentação da terra na Comunidade também é muito similar à da comunidade Careta. Ambas as comunidades têm predominância de pequenas propriedades e são ilustrativas da estrutura fundiária do Alto Sertão, cujo predomínio numérico da pequena e média propriedade tornou-se predominante no século XIX e perpetua até a atualidade, conforme apontado por Neves (2012a, p. 251-252).

O diagnóstico realizado pela COOTRAF na Comunidade Capoeirão em 2016 identificou 14 (quatorze) mulheres como beneficiárias do contrato de ATER, alcançando maioria absoluta das mulheres da localidade, e destas, parte significativa participam do grupo produtivo Flor, Fruto e Sabor.

Quadro 2 - Comunidade Capoeirão

PÚBLICO	QUANTIDADE
Nº de Famílias de Agricultores familiares	20
Nº de Famílias cadastradas como beneficiárias do contrato de ATER	18
Nº de Mulheres cadastradas como beneficiárias do contrato de ATER	14

Fonte: Diagnóstico da Comunidade Careta, realizado pela COOTRAF.

A manifestação das participantes evidencia que a assistência técnica que a Comunidade passou a receber após alguns anos da organização do grupo tem se constituído em importante apoio para fortalecimento e ampliação das atividades coletivas.

4.2 Mulheres lavradoras das Comunidades Careta e Capoeirão, o direito à educação e o cruzamento de múltiplas opressões

No que se refere à educação escolar, se havia limitação de acesso para a população em geral, até duas, três décadas atrás, no que tange às mulheres esse fenômeno era ainda mais intenso. Se considerarmos um panorama em nível de Nordeste, não é nenhuma novidade que em se tratando de mulheres pobres, moradoras do meio rural, esse processo se acentuava. Se voltarmos algumas décadas antes, a situação era ainda mais excludente. Muitas das nossas avós e bisavós, mulheres camponesas nascidas entre 1900 e 1960, nunca foram à escola. E dentre as que foram, mesmo em décadas anteriores e por vezes subsequentes “contentavam-se” a aprender “assinar o nome”. Nesse sentido, ao analisar escritos de memorialistas entre 1920 e 1960, Nogueira destaca:

Em condições de vida simples e destinadas a viverem do trabalho do campo, sertanejas e sertanejos, em sua maioria, davam-se por satisfeitas (os) quando aprendiam a ler e fazer cálculos elementares e, paralelamente, aprendiam outras artes e ofícios que lhes facultariam o enfrentamento às vicissitudes da sobrevivência (NOGUEIRA, 2020, p. 125).

Se a falta de investimentos em escolas por parte dos governos era uma realidade que afetava a população da região de modo acentuado, dificultando o acesso seja pela inexistência ou distância de escolas, sobretudo às classes mais pobres, segundo Nogueira (*Ibidem*, p. 128), “as desvantagens de acesso para as mulheres assumem proporções desmesuradas, se considerarmos que desde séculos anteriores já se arrastava essa situação no sertão da Bahia”. Ao analisar as primeiras décadas do século vinte, a autora relata uma série de dificuldades de acesso da população e, mais ainda, das meninas à escola. Mesmo para aquelas de famílias mais abastadas, a escolarização não se dava sem obstáculos, seja por objeção em deixar meninas estudarem, seja pelo fato de, em consentindo, estimulando e apoiando, para fazê-lo teria que se deslocarem para locais distantes de suas residências familiares, a exemplo da capital baiana, cuja viagem só se concretizava com muito tempo gasto e sob diversos desafios e imprevisibilidades. Nogueira (2020), todavia, também relata os modos inventivos e subterfúgios de meninas e mulheres que muito queriam aprender a ler, citando a irmã de uma de suas memorialistas, a qual, impedida de frequentar a escola, aprendeu a ler, escrever e a contar, copiando sistematicamente as tarefas dos irmãos.

A ausência dos poderes públicos em várias áreas no Alto Sertão fora admitida nos próprios meios políticos (NOGUEIRA, 2020). Por conseguinte, a escolaridade demorou-se a tornar uma política pública, já que durante muito tempo a elite se satisfazia em ter uma legião de votantes, o que exigia apenas “assinar o nome”. Assim, as gerações seguintes, e bem mais novas, já nas décadas de oitenta e noventa ainda continuaram a enfrentar desafios quanto ao acesso à educação, afetando de modo mais acentuado as meninas. Girassol demonstra como os costumes entrecortados pelas questões de gênero atravessaram seu caminho e limitaram os seus sonhos: “Eu perdi de estudar, talvez na época eu tive grande oportunidade de estudar e não estudei porque meus avós era... tinha um ritmo de vida muito diferente, de mulher que não saía só, de mulher que não estudava fora... e... eu não consegui muita coisa na vida por conta disso”. É possível perceber que a entrevistada destaca que “teve grande oportunidade”, mas que o fato de ser mulher foi um entrave, visto que a família não consentiu que saísse para estudar. A condição de gênero, aliada a outros fatores, prescreveu caminhos na vida de Girassol, assim como na vida de gerações e gerações de mulheres lavradoras do sertão Semiárido, dificultando ou impedindo o acesso à educação, a exemplo dos contextos abordados por Reis (2014), no qual mulheres de camada populares expõem várias dificuldades enfrentadas para estudar. Ao mesmo tempo, a autora aponta subterfúgios utilizados por elas para administrar e enfrentar múltiplas situações decorrentes da cultura patriarcal, recorrendo a práticas criativas para fazê-lo.

Se na geração seguinte às das mães e avós de Girassol houve alguns poucos avanços, muitas dessa geração só fizeram até a quarta série, como é o caso da própria Girassol, que mesmo sonhando em continuar os estudos teve seus sonhos interrompidos pela sua condição de menina e pela inexistência de políticas públicas educacionais que proporcionasse efetivo acesso e permanência na escola, como transporte escolar, necessidade de trabalhar, entre outras questões. Ainda hoje são grandes os desafios das jovens do campo para estudar, já que o deslocamento para a zona urbana ou distritos (onde ainda situam a maioria absoluta de escolas e a totalidade das universidades) se torna necessidade premente na continuação dos estudos. Mesmo para concluir o ensino médio, exige-se mais esforço das meninas do campo que daquelas que moram próximas das escolas. Ir além disso é outra peleja. Conforme abordado em estudos de Marques (2019), entrar e permanecer na Universidade é uma jornada ainda mais difícil se considerarmos o conjunto de condições que se entrecruzam para dar prosseguimento aos estudos: deslocamentos cansativos e repleto de riscos de toda a natureza, condições financeiras precárias, conciliação com trabalho formal ou informal, remunerado ou

de autoconsumo, distanciamento da família, quando é necessário residir na sede das cidades onde estão as universidades, entre outros, são desafios que ainda hoje pairam na vida de quem está no campo e quer estudar, afetando, sobretudo, meninas mulheres.

Ao afetar o campo do saber, o epistemicídio afeta as mulheres em sua humanidade, como algo que deixa o ser humano pela metade. Cabe evocar aqui a interseccionalidade para compreendermos o conjunto de condições que entrecruzam e, ao fazê-lo, joga no escanteio essas mulheres, usurpando-lhes a sua plena humanidade e negando-lhes potencialidades e imprimindo-lhes rótulos que as desumanizam, como quando, por ocasião das Rodas de Conversa, falaram do medo de serem julgadas, o que inibe a liberdade e a autonomia. Entre essas condições que interseccionam, cabe destacar:

- Gênero: o fato de serem mulheres projeta-as para situações que inibem, reprovam e desestimulam sua autonomia, agência individual e coletiva. Também por conta disso muitas delas não tiveram oportunidade ou não foram estimuladas a estudar o quanto gostariam e poderiam. Ainda em função da condição de mulheres, muitas foram “educadas” desde muito cedo a buscarem o casamento quase que como um caminho obrigatório e, por isso, algumas saem do mando da figura masculina do pai e adentram no mando advindo da figura do marido, bloqueando a rota para serem donas de suas vontades. A maternidade geralmente é outro aspecto que acaba cerceando outras múltiplas possibilidades e desejos. E mesmo as mulheres que circulam fora desse perfil e não sofrem essas interdições de maneira acentuada estão propensas a outros tipos de questionamentos pelo fato de serem mulheres. Sobre isso, Abelha Rainha afirma que sofreu muito preconceito por ser mulher. Ela relata que, quando iniciou a atividade na apicultura, “(...) quando falava que trabalhava com isso, as pessoas diziam assim: Mulher trabalhando com apicultura? Além disso, quando eu viajava, as pessoas diziam: mulher viajando sozinha para todo canto”.

- Classe: em sendo mulheres da classe trabalhadora, geralmente desde cedo, ainda meninas, muitas se viram obrigadas a trabalhar para ajudarem no sustento da família. Em decorrência do fato de serem mulheres (intersecção com Gênero), a possibilidade de acessar a educação nas suas múltiplas possibilidades diminui ou é mesmo inexistente. Além disso, por não terem acesso a um conjunto de direitos em função da sua condição de classe, a sua qualidade de vida e de membros de sua família fica comprometida. Se relacionarmos esse contexto localizado a um panorama mundial, é oportuno lembrar que “o predomínio de mulheres entre os pobres é consequência do desigual acesso feminino às oportunidades econômicas e sociais. Esta

condição de pobreza está relacionada com o acesso ao trabalho, à renda, à propriedade e à escolaridade” (SIQUEIRA, 2014, p. 161);

- Territorialidade: o fato de serem nordestinas de regiões semiáridas as colocam numa posição que as tornam mais susceptíveis a estigmas, conforme abordado no capítulo anterior, quando tratamos do racismo e dos múltiplos estereótipos que afetam a nordestinidade. Entre eles está a “incapacidade” e o fato de as colocarem como “predestinadas” a ocupar determinados lugares. Esse elemento guarda intrínseca relação com o fato de serem lavradoras, já que o campo, na concepção moderna ocidental, é geralmente associado ao atraso. Desse modo, na própria territorialidade municipal, há uma espécie de hierarquização, entre as pessoas que se relacionam mais diretamente ao espaço urbano e aquelas que se ligam ao espaço rural de modo mais acentuado, pois é perceptível que a “inferiorização do rural e de quem nele vive ultrapassa séculos, sofrendo as modificações próprias de cada tempo, mas conservando a concepção de campo como “atrasado” em relação ao mundo urbano” (MARQUES, 2019, p. 27). Esta visão acaba sendo estendida às pessoas destes espaços e ao que é produzido por elas. Esse aspecto fica evidente quando uma de nossas interlocutoras enfatiza que já sofreu preconceito também por ser de zona rural:

Quando a gente estudava em Várzea Grande, quando falava os alunos da roça isso e aquilo, a gente até brigava, falava alguma coisa, pois a gente sentia uma discriminação. Roça que tem nome então tinha outro jeito de se tratar. E até hoje eu ouço lugares, professores falar assim: os meninos de lá de cima não veio hoje. Por que não fala os meninos do Careta, do Olho D’água, para mim uma discriminação quando não fala o nome do lugar, por ser roça (Girassol, 2021).

O relato denuncia que a discriminação e o preconceito, que deveriam ser veementemente combatidos no ambiente escolar, são reproduzidos por agentes que fazem parte dele, inclusive na atualidade. A inferiorização do espaço rural ainda se manifesta de diversas outras maneiras, como no relato de Girassol:

E outras pessoas hoje, por conta da agroindústria ainda fala assim: uma construção chique dessa num lugar desse, na roça, ô desperdício. Porque é na roça não pode ter uma coisa boa? Porque é na roça não pode comprar um maquinário importante? Tanto cidade como roça, temos os mesmos direitos. Agora mesmo, com essa agroindústria, tem uns equipamentos que a gente foi ver nas padarias da cidade, que nem tem lá. E aí teve gente que falou assim: porque que nós vamos comprar um maquinário caro desse se nem nas padarias não tem? Mas se veio para nós comprar, nós vamos comprar, por

que não? Porque lá não tem nós não podemos comprar? Pode sim. Se o Projeto do Governo “deu”, vamos lá.

Os aspectos acima expostos fazem com que as mulheres lavradoras estejam ainda mais propensas à desumanização, invisibilização, ao “esconderijo social” E à epistemicização. Logo, empreender agência individual e coletiva equivale a enfrentar interseccionalmente essas várias frentes que afetam as suas potenciais plenitudes, por mais que talvez não tivessem a princípio a dimensão do que isso significava.

Além de gênero, classe e territorialidade, o racismo também perpassa a vida de algumas de nossas participantes. Isso fica evidente na manifestação de Baraúna, a qual descreveu que na juventude teve uma época que foi muito discriminada por ser negra, quando do envolvimento com uma pessoa branca, cuja família a discriminava muito porque “eu era filha de negro, era negra” e por isso não aprovava o namoro.

Na época, nem por isso eu abaixava a cabeça, não ligava muito com isso, não. Mas depois chegou um ponto que eu olhei pra mim mesma e cheguei a conclusão que eu não precisava me submeter a isso, ficar ouvindo essa baixaria toda para viver ao lado de uma pessoa que a família não me queria porque eu era negra. Chamei para a conversa e a gente terminou o namoro. Ele foi viver a vida dele, eu a minha. Tenho amizade com eles todos hoje, agora eles me veem com outros olhos e não tenho mágoa por esse racismo, mas me senti sim, discriminada na época (Baraúna, 2021).

E nossa interlocutora relatou mais uma agressão racista que a marcou profundamente, quando do nascimento da filha:

Ela nasceu branquinha. O pessoal olhava para mim e olhava para ela e com aquilo eu me sentia agredida. Porque ela era branca. A minha mãe é branca e o meu pai é negro. E parece que ela puxou mais o lado da minha mãe. Depois ela foi ficando moreninha, mas quando ela era branquinha as pessoas falavam: ‘Nossa...! ela não tem nada a ver com você’. Que “coragem” de falar assim com a gente, né? (Baraúna, 2021).

A manifestação acima denuncia formas sutis de racismo que continuam a agredir muitas mulheres negras. Situações que colocam agressoras/es e agredidas/os em dois pólos distintos, pois, enquanto a pessoa agredida a percebe/sente/experimenta como uma perversa e profunda agressão, agressoras/es a fazem com muita naturalidade e, muitas vezes, sequer se dão conta da ofensa e do crime que estão cometendo.

A interlocutora denunciou que uma irmã passa por um processo da mesma natureza, pelo fato da filha ser loirinha, com traços mais próximos do pai. Eventos como estes continuam a perpetrar sofrimentos múltiplos a várias mulheres e raramente são problematizados o suficiente a fim de provocar reflexões e consciência capazes de provocar mudança no comportamento as pessoas.

Ao analisar os elementos acima (gênero, classe, raça e territorialidade) no lócus da pesquisa, é possível notarmos o quanto eles estão imbrincados e confluem para desempoderar, conforme aponta Crenshaw (2002), evidenciando uma colonialidade insistente que, além de classificar, promove a redução ativa das pessoas, neste caso, das mulheres (LUGONES, 2014). Quando estas insurgem rompendo essa sujeitificação, denunciando opressões sofridas e assumindo o direito de serem agentes, essa subversão coletiva as coloca em outro pólo, saindo de uma posição submissa que as desumaniza para irem em busca da potencial condição humana, que aos poucos vai sendo vivenciada e amplificada. É a agência que vai sendo delineada a partir de um processo de empoderamento, no qual, segundo Joice Berth (2019), consciência e prática juntas podem desencadear transformações. Neste caso, nos territórios dos quais essas agentes são parte.

Na atualidade, crianças e jovens de ambas as comunidades se deslocam através do transporte público escolar para a sede do município, sendo que, no caso de Careta, estudantes do fundamental I, estudam em uma comunidade vizinha denominada Olho D'água de Dé. Também há jovens da Comunidade Careta que cursam o Ensino Médio na EFA⁵⁶ – Escola Família Agrícola, de Caculé, município vizinho a Ibiassucê. É válido registrar que já há jovens (entre os quais há mulheres) de ambas as comunidades que cursaram ou estão cursando o ensino superior e, hoje, contribuem em algumas demandas da Comunidade. Estes e estas são da geração de filhos/as de nossas interlocutoras, o que de certa maneira indica o começo do rompimento do ciclo abordado anteriormente sobre acesso que permitisse maior escolaridade às lavradoras.

As comunidades onde estão os grupos pesquisados têm perfis muito semelhantes. Algumas dessas similitudes também têm uma relação direta com os coletivos que vieram a se organizar. Entre elas é possível mencionar o fato da agricultura familiar (conforme conceito trabalhado no segundo capítulo, a partir de Altafin (2007) e de acordo com a Lei 11.326, de

⁵⁶ A EFA – Escola Família Agrícola configura-se por unidades escolares que surgiram com o objetivo principal de atender estudantes filhos/as de agricultores familiares e que utiliza a pedagogia da alternância (em geral, estudantes ficam quinze dias - integralmente - na escola e quinze dias na casa dos familiares).

24 de Julho de 2006), que é fator preponderante em ambas (já demonstrados anteriormente nos quadros 01 e 02), a necessidade das pessoas, especialmente jovens e mulheres, de terem uma fonte de renda e o processo de migração sazonal de homens dessas comunidades (especialmente na década de 90 e primeiros anos da década seguinte, tendo sofrido relativa diminuição nos anos posteriores). Além disso, há a questão da existência de comunidade religiosa a partir e em torno da qual emergem lideranças e, ainda, tanto Capoeirão quanto Careta possuem Associação Comunitária. Esses aspectos são centrais na constituição do cotidiano dessas comunidades, das pessoas que as compõem e, portanto, no próprio tecer da história do lugar e de seu povo. E o cotidiano, que pela regularidade, passa despercebido, é o fio a partir do qual existência e resistência se tornam história. Nesse viés, como ressalta Certeau,

(...) o cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. (...) O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. (...) É uma história a caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. (...) Talvez não seja inútil sublinhar a importância do domínio desta história “irracional” (CERTEAU, 1998, p. 31).

Nesse cotidiano, a história é tecida, inclusive, quando ocorre a criação e a organização dos grupos, onde para além das semelhanças, é possível identificar alguns aspectos que diferem entre eles, conferindo a singularidade, própria da história, e decorrente do tempo e do espaço em que se situam e dos agentes que neles se movimentam. Enquanto o Grupo “Flor, Fruto e Sabor” da Comunidade Capoeirão foi fundado ainda em 2005, por iniciativa de pessoas da própria comunidade, assim constituindo um percurso de quase quinze anos quando da ocasião da pesquisa, o Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão é bem mais jovem, tendo sido criado em 2017, a partir do estímulo de pessoas e da organização que desenvolvia assessoria técnica nesta comunidade.

O primeiro grupo iniciou suas atividades quase que por conta própria (sem nenhuma assessoria ou investimento público), ao passo que o segundo grupo já pôde contar com maior apoio neste sentido, haja vista os relatos das participantes de que ganharam um Kit de Cozinha e que, durante dois anos, ele ficou parado, mas que, com a chegada da assistência técnica realizada pela COOTRAF, a partir de Edital da Bahiater⁵⁷, foi formado o grupo

⁵⁷A Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHATER é um órgão do Governo do Estado da Bahia, vinculado à SDR (Secretaria de Desenvolvimento Rural), e de acordo a página do mesmo na

“apenas para ter o grupo ali na associação; não era muito para movimentar, não. Mas numa inauguração do grupo, a gente já deu um pontapé inicial e deste dia para cá a gente não parou mais”, como informa a líder. Segundo Baraúna, antes disso, nas reuniões da Associação e outras mais, “as mulheres cobravam uma participação, um desenvolvimento para as mulheres”. Abelha Rainha, liderança do grupo Flor, Fruto e Sabor, informou, por sua vez, que o grupo foi criado a partir de reunião do então grupo de jovens da comunidade, ocasião em que conversaram sobre políticas públicas, a ausência delas para jovens do campo à época e a sobre necessidade de pensarem em estratégias de geração de renda. Foi aí que a apicultura começou a ser avaliada como uma atividade possível e que o grupo começou a se movimentar nesse sentido. Depois, veio a atividade do aproveitamento de frutas, principalmente o umbu, e hoje as duas atividades caminham paralelas. Nota-se, conforme aponta Pacheco, que

É a partir do "conhecer" o Sertão Semiárido que os atores sociais conseguem identificar-se com o seu lugar de origem e, (re)conhecer-se como *sujeito* participante da dinâmica territorial local, transformando o meio ambiente no qual está inserido e, sendo transformado cotidianamente pelas dialéticas socioespaciais (PACHECO, 2015, p. 9).

Ambas as lideranças, ao serem questionadas sobre a intenção ao criarem o grupo e a motivação para ingressarem nele, destacaram a necessidade de geração de renda para as pessoas envolvidas e suas famílias, bem como as vantagens de atuarem em grupo, onde “você consegue mais resultados; a possibilidade de conseguir mais coisas é maior”, disse Abelha Rainha. No caso de Careta, cujo grupo é formado por mulheres, a liderança destacou ainda a “necessidade de envolver num trabalho fora de casa e a necessidade de terem o reconhecimento do trabalho feminino”, verbalizando e denunciando, a seu modo, a invisibilidade que afeta o campo de trabalho feminino das lavradoras, onde o fato de não gerar renda diretamente acaba por ser um elemento que adensa a ausência desse reconhecimento. Além disso, tem a questão no reconhecimento no potencial das mulheres. Beija-Flor nos contou que “hoje em dia, as mulheres ganharam mais crédito. Porque quando foi para começar, se as mulheres fosse olhar o que os homens falava não tinha começado, não. (...) Olha...Esses homens aqui minha filha...era assim: isso não vá dá, isso não vai pra frente, é

internet é “Órgão em regime especial de Administração direta, integrante da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Rural SDR, criado pela Lei nº 13.204, de 11 de dezembro 2014, com a finalidade de promover a execução de políticas de desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural, especialmente as que contribuam para a elevação da produção, da produtividade e da qualidade dos produtos e serviços rurais para a melhoria das condições de renda, da qualidade de vida e para a promoção social e desenvolvimento sustentável no meio rural baiano”. Informações disponíveis em <http://www.sdr.ba.gov.br/bahiater> . Acesso em: 8 jul. 2021.

difícil...”. Então, além de não haver o reconhecimento de seu trabalho em casa e nas roças, no plantio, colheita de grãos, na criação de animais, as mulheres enfrentam a falta de confiança quando se movimentam em torno de seus projetos. Assim, mesmo se o trabalho em questão for o agrícola, muitas vezes a invisibilidade continua acentuada ao lado do marido, conforme evidenciado por Rios, Barros e Bastos (2015) e por Siqueira (2014) em estudos que tratam da realidade de mulheres trabalhadoras rurais no Estado da Bahia. A forma como é feita a divisão do trabalho no ambiente familiar e a percepção sobre o trabalho de homens e mulheres ainda é, em grande medida, decorrente de práticas fundadas na dominação masculina, as quais, conforme aponta Guimarães e Quirino (2017), levam a sociedade a não reconhecer como trabalho, tarefas domésticas realizadas pelas mulheres que, na maioria das vezes, é considerada como ajuda. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é um dos eixos que compõem a base material da opressão das mulheres (SAID; MOREIRA, 2015).

Os elementos abordados pelas lideranças foram ratificados pelas demais participantes durante as entrevistas, as quais acrescentaram entre os motivos que as teriam levado a ingressar no grupo e sobre qual seria o principal objetivo ao participar dessa atividade coletiva o desejo de aprender mais, a influência de outras pessoas que já participavam, a vontade de ter um trabalho fora de casa, ajudar o marido nas despesas, necessidade financeira, sendo que algumas pessoas enfatizaram que, para além da questão financeira, uma das motivações foi o fator convivência. “A gente conversa bastante no grupo, a gente brinca, a gente escuta a outra, chora quando é pra chorar, sorri quando é para sorrir”, destacou Girassol. Acerca da importância de participação de mulheres em grupos organizados para o processo de construção de autonomia, os estudos de Cardoso apontam que “os coletivos, grupos, associações, organizações e redes têm se constituído nos principais espaços políticos mobilizados pelas mulheres negras para levarem adiante seu projeto de justiça social e para garantir participação na sociedade” (CARDOSO, 2017, p. 7). Esses fatores também são extensivos a mulheres brancas pobres quando se organizam em coletivos.

4.3 Itinerários da pesquisa e da mobilização para a formação dos grupos produtivos

É oportuno rememorar algumas interrogações que ora me conduziram no percurso da pesquisa: como se estabelece a agência das pessoas, especialmente das mulheres que ocupam esses espaços? Quais têm sido os modos pelos quais essas mulheres de comunidades formadas basicamente por agricultoras/es familiares (para utilizar um conceito convencionado

na perspectiva de políticas públicas e órgãos de estado) ou lavradores/as (para utilizar a autodenominação) se relacionam com elementos à sua volta e como elas constroem a sua agência para uma coletividade que vai além do que é trivial para muitas mulheres destes territórios? Quais seriam as dificuldades potenciais enfrentadas por elas e como têm reagido frente a esses desafios? Ao abordar essas questões a partir da perspectiva de agência coletiva de lavradoras das Comunidades rurais Careta e Capoeirão, município de Ibiassucê - Bahia, o presente trabalho buscou analisar os impactos dessa agência coletiva e da mobilização social, desencadeada nesse processo, nas relações de gênero.

A fim de alcançar os propósitos, a pesquisa⁵⁸, aliada à proposta de intervenção, aconteceu a partir de dois aspectos fundamentais: 1) Entrevistas semiestruturadas; e 2) Realização de Rodas de Conversa com os dois grupos pesquisados. Foram entrevistadas mulheres dos grupos pesquisados e outras parceiras dos mesmos, bem como algumas de suas lideranças. A maioria absoluta das entrevistas foi realizada presencialmente, mas também aconteceram entrevistas via plataformas digitais. Foram utilizados no processo de coleta de dados os diagnósticos das comunidades enviados pela COOTRAF, quando do início da assessoria técnica junto às mesmas.

As Rodas de Conversa foram realizadas a partir dos seguintes parâmetros⁵⁹ descritos no Quadro 3:

Quadro 3 – Parâmetros para a realização das Rodas de Conversa

Tema referencial/ Objetivos	Metodologia	Recursos	Local de Realização	Participantes
QUEM SOU EU? Objetivos: - Refletir sobre a construção das identidades das mulheres e sua relação com as relações de gênero; - Analisar as condições das	As Rodas de Conversa foram realizadas com as pessoas em círculo, ao ar livre; - Acolhimento com a música: “Seja bem vinda olê lê, seja bem vinda olá lá”.	Ambiente preparado com símbolos/ <i>objetos</i> pertinentes ao tema: símbolos da luta feminista, elementos que remetem à questão de Gênero (carrinhos, bonecas, batons, jogos, bola, panelas, flores, pano de prato,	Comunidade Careta – Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão;	Mulheres integrantes dos grupos produtivos e outras convidadas.

⁵⁸ O diálogo com as lideranças dos grupos sobre a recepção ou não da pesquisa e das atividades a ela relacionadas havia sido feito ainda por ocasião da elaboração do Projeto. E diante do contexto de Pandemia decorrente do Coronavírus, a apresentação do mesmo às demais pessoas dos grupos aconteceu através de vídeos transmitidos via rede social. E tão logo se tornou possível iniciei realizando as entrevistas e, posteriormente, as Rodas de Conversa.

⁵⁹ Para maiores detalhes sobre as Rodas de Conversa, consultar o produto pertinente a esta dissertação.

<p>mulheres na sociedade e na comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estimular reflexões que ajudem no aumento da autoestima. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação dos objetivos da Roda de conversa; - Apresentação das participantes; - Dinâmica do Espelho; - Ciranda meu limão meu limoeiro e as participantes puderam jogar versos; - Reflexão partilhada sobre o Ser mulher, a partir de questões levantadas pela facilitadora; - Leitura e reflexão do texto: Sou feita de Retalhos, de Cris Pizzimenti. - Encerramento com a ciranda: Minha alegria, não é minha só, não é minha só... (Lia de Itamaracá). 	<p>roupas etc. - devendo ser problematizados ao longo da atividade), bandeiras, entre outros;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Músicas e cirandas de domínio popular - Tiras coloridas de papel - Caixa com espelho dentro; - Folha de papel A4, 	<p>Comunidade Capoeirão- Grupo Flor Fruto e Sabor</p>	
<p>MULHERES, GÊNERO E AUTONOMIA</p> <p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre os lugares e não-lugares ocupados por mulheres na sociedade; - Analisar os impactos dessas circunscrições na configuração das desigualdades nas relações gênero e na vida das mulheres da comunidade; - Identificar quais práticas podem contribuir para melhorar e ampliar a autonomia das mulheres do grupo. 	<p>As Rodas de Conversa foram realizadas com as pessoas em círculo, ao ar livre;</p> <p>Memória da Roda de conversa anterior;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conversa partilhada; - Cochicho em trio; - Socialização e debate em grupo 	<p>Ambiente preparado com símbolos/<i>objetos</i> pertinentes ao tema;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Música popular: Embarca Morena embarca, molha o pé mas não molha a meia, de Pinduca; - Uma caixa com tampa, de modo que os papéis fiquem escondidos, inicialmente; - Cesta das “bonanças”: Uma cestinha graciosamente preparada (preferencialmente artesanal); - Pequenos pedaços de papéis, sendo a qualidade equivalente a aproximadamente 2/3 do total de participantes; - Corpo e mente dispostos a cantar e se mexer 	<p>Comunidade Careta – Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão;</p> <p>Comunidade Capoeirão- Grupo Flor Fruto e Sabor</p>	<p>Mulheres integrantes dos grupos produtivos e outras convidadas.</p>

		espontaneamente cada um a seu modo.		
--	--	-------------------------------------	--	--

Figura 9 - Roda de Conversa realizada na Comunidade Careta em 30/01/2021



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Figura 10 - Roda de Conversa realizada na Comunidade Capoeirão em 24/01/2021



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Segundo Baraúna, algumas mulheres já tinham vontade de fazer algo que gerasse renda. A atuação da Equipe da COOTRAF, com a Assistência Técnica, foi fundamental no

sentido de estimular a formação do grupo, como é possível observar na fala de Beija Flor, que asseverou: “Tinha ganhado o Kit de Cozinha e esse kit ficou aí. Ninguém sabia resolver, começar. Nisso chegou as meninas da COOTRAF. Nossa! Foi o que deu início. Foi o fermento do bolo. E hoje tá aí essa beleza”.

É válido ressaltar a agência das mulheres no sentido de definir por um trabalho coletivo e não individual, por um grupo que tivesse majoritariamente mulheres na dianteira do processo e que partisse para uma atividade na qual elas já tinham certo domínio. Escolheram fazer bolos. Mas não foi um processo fácil, pois, segundo Beija-Flor, se fossem olhar pela reação dos homens, não teriam começado. Todavia, segundo a interlocutora,

Nossa Coordenadora é mulher para toda obra... Ela falou assim: Nós vamos começar. Aí veio outra mulher aqui e fez uma roda de conversa e falou do valor da mulher; que a mulher pode e deve ficar onde ela quiser. Deu a maior força, parece que jogou azeite na lamparina. Ah minha filha essas mulheres incendiaram mesmo e não importaram com o que os homens falaram. E começou esse projeto muito bem. Graças à coragem das mulheres.

Cabe registrar que não se pretende com esta abordagem afirmar que não havia agência das mulheres na comunidade Careta, antes da organização do Grupo Mulheres Guerreiras. O que busco colocar em evidência é a agência coletiva das mulheres envolvidas a partir da formação do grupo. Dito isso, acrescento que a agência individual e coletiva é parte de um processo que, de certa maneira, está relacionado intrinsecamente com a mobilização social, compreendido “como a reunião de *sujeitos* que pretendem resolver problemas e transformar numa dada realidade, em relação a uma determinada causa que possa ser considerada de interesse público” (HENRIQUES, 2005, p. 08). Este conceito pode se somar ao de agência, nos auxiliando na compreensão do processo coletivo do qual estamos a tratar. No caso das mulheres da Comunidade Careta, nota-se que a política pública de assistência técnica executada pela COOTRAF foi muito relevante no processo de mobilização social, todavia, a agência não se efetivaria caso não houvesse predisposição inicial, vontade e persistência das mulheres envolvidas. Assim, é possível perceber que a mobilização não é algo pontual, mas processual e com diversos elementos interconectados entre si e em relação com outros à sua volta, que concorrerão para que a agência coletiva venha se efetivar ou não. Neste caso, a escolha de trabalhar em grupo foi um elemento decisivo, tanto para dar seguimento na dinâmica de mobilização social, quanto para ir rumo à agência coletiva, fatores estes que não

teriam ocorrido, caso a opção fosse por uma atividade de cunho individualizado, demonstrando que a metodologia ocupa um lugar decisivo na delimitação destes percursos.

O Grupo Flor, Fruto e Sabor, de Capoeirão, começou o processo de mobilização por dentro, ou seja, a partir das próprias pessoas da Comunidade. Por ocasião do seu surgimento, a iniciativa partiu de jovens já constituídas em grupo a partir da comunidade religiosa. Iniciaram os primeiros passos por conta própria, buscando conhecimento (principalmente cursos de apicultura) para iniciarem a atividade, processo a que denomino de automobilização. O apoio de diversos agentes externos posteriormente foi sendo agregado e constituiu grande diferencial no sentido de manter o processo de mobilização grupal, superando a fase da descrença das pessoas da própria comunidade, conforme indicou a liderança durante a entrevista. A assistência técnica que chegou à Comunidade por meio da COOTRAF constituiu fator relevante, mas é fato que àquela altura o grupo já tinha um percurso razoável que permitiu experiências que vieram favorecer a consolidação do fator mobilização e que, segundo Henriques (2005, p. 5), constitui-se “através da contínua formulação estratégica de ações de comunicação que sejam capazes de sustentar uma legitimidade pública (...) e dos vínculos de co-responsabilidade em relação aos temas de interesse coletivo”. Logo, ela só se consolida se houver um conjunto de elementos que confluam para a constituição efetiva do grupo, enquanto tal, dentre os quais o pertencimento, a partilha de objetivos e a capacidade de construir e implementar decisões de forma coletiva. Decorridos quinze anos de existência do Grupo Flor, Fruto e Sabor, para além das dificuldades, problemas e desafios, é possível concluir que, neste caso, a mobilização iniciada por meio de um processo auto - organizativo, foi consolidada. Que tal conhecermos algumas agentes desse processo mobilizador e auto mobilizador?

As oito mulheres entrevistadas têm idade entre trinta e um e sessenta e dois anos e apenas uma delas é solteira; entre as sete casadas, apenas uma tem três filhos/as; as demais têm dois filhos/as cada uma. Os/as filhos/as de quatro delas já são casados e não moram mais com mãe/pai. Duas entre as entrevistadas não participam efetivamente do grupo, mas são parceiras (é como elas se identificam). Acerca da religião, todas se declararam católicas. Sobre a cor, no Quadro 4, abaixo, as entrevistadas se autodeclararam:

Quadro 4 – Autodeclaração da cor das entrevistadas

Negra	Parda	Branca	Morena
3	2	1	2

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Além das oito mulheres, foi entrevistado um homem, companheiro de uma das entrevistadas, o qual se identificou como lavrador, católico e pai de dois filhos, de cor morena. O elemento cor foi resposta espontânea e, portanto, registrei todas as menções feitas pelas pessoas entrevistadas, respeitando a autoidentificação de cada uma, mesmo que os nomes apontados não coincidam com os parâmetros utilizados pelo IBGE em suas pesquisas. É interessante observar que, considerando a cor de cada pessoa, parda é apresentada como identificação tanto de pessoas que se aproximam da cor branca, quanto por pessoas que estão mais próximas da cor negra, se considerarmos outras identificações dentro do mesmo grupo de entrevistadas. A situação da cor “morena” também é similar. A identificação com “cor” parda e morena é, portanto, uma zona flutuante, sem elementos rígidos que orientem essa autoidentificação. Todavia, esta é apenas uma observação, pois dada a complexidade dessas questões, o presente trabalho não dá conta de aprofundá-las aqui. No que se refere à condição de classe, as mulheres entrevistadas e suas famílias são da classe trabalhadora e possuem renda familiar de até dois salários mínimos.

Os aspectos do grupo da Comunidade Careta e de sua experiência foram sendo desvelados a partir da entrevista realizada com Baraúna, liderança da Comunidade e do Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão. Ela é casada, tem dois filhos, um menino de dezesseis anos e uma menina de 4 anos, e residia numa Comunidade vizinha, vindo para esta quando se casou com um rapaz da localidade. Baraúna se aproxima de parte significativa das mulheres lavradoras que moram e atuam em comunidades rurais do Semiárido. Mulher, negra, lavradora, mãe, com escolaridade até a 4ª Série, ela é filha de pessoas de um tempo em que a condição de classe, raça, gênero e territorialidade, configuradas também a partir dos elementos ora citados, já recortam os prováveis espaços nos quais ela seria inserida, assim como os limites a ela impostos pela sociedade, em decorrência do entrecruzamento intersceccional desses elementos.

Os desafios da geração das mães e avós de Baraúna e de demais interlocutoras eram muito parecidos, mas provavelmente ainda mais intensos e cruéis que o dela e de suas

contemporâneas. E esta mulher, mesmo sendo única na sua história de vida e portadora de uma experiência singular, constitui a representação de outras tantas mulheres, cujas vivências, resistências e desafios estão imersos em uma condição social, econômica e cultural senão igual, muito semelhante. Assim, a evidência de Baraúna aqui trazida não tem o objetivo apenas de presentificar a sua pessoa, em si mesmo (a) mas ser elemento de caracterização das mulheres do Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão, visto que compartilham de experiências muito parecidas, as quais se dão a partir de elementos como raça, classe e gênero, complementadas por aqueles associados a território e territorialidade, religiosidade entre outros menos enfatizados aqui, cujas práticas decorrentes do patriarcado atravessam suas vivências e compõem o próprio cerne da colonialidade vigente, a qual, no caso do semiárido nordestino, ganhou seus próprios contornos. Segundo Santos (2018, p. 8), sob a perspectiva da decolonialidade, somos chamados (as) a trincar e trocar as nossas lentes para conseguirmos vislumbrar processos de resistência à colonialidade, reconhecendo aquilo que poderíamos, a depender do nosso “alinhamento” teórico-político, classificar como ações “primitivas”, “ignorantes”, “estranhas”, “raras”, ou mesmo “incognoscíveis” enquanto tais. Considero essa indicação aplicável a várias ações que perfazem o cotidiano das mulheres lavradoras, uma vez que, conforme Certeau (1998, p. 38), “o cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. Elas sabem de seus desafios, mas também reconhecem que são fortes, sobretudo, coletivamente; e procuram meios não apenas de resistir, mas também de comunicar essa resistência. É o que aponta o processo de escolha de nome para o grupo.

O grupo de mulheres da Comunidade Careta, que também acolheu algumas mulheres da vizinha comunidade de Olho D’água dos Anjos, reuniu-se para, entre outras coisas, pensar o nome com que se identificariam. Segundo os relatos, foram várias sugestões, mas o nome que desde o primeiro momento ganhou a simpatia foi “Guerreiras do Sertão”. E se explicam dizendo se considerarem guerreiras, haja vista a luta cotidiana que cada uma e todas elas travam, na perspectiva de construção das condições de vida para si e suas famílias. O elemento Sertão demarca uma identificação com o lugar em que se encontram, mas também como simbolicamente essa expressão traz a ideia de lugar de materialização das resistências sertanejas, na qual as próprias mulheres se enxergam.

Por ocasião das entrevistas, um dos aspectos levantados foi sobre as maiores dificuldades (do ponto de vista individual enquanto mulheres) enfrentadas ao entrar para a atividade do grupo e como elas têm reagido frente a esses desafios. Sobre este ponto, houve expressões diversas. Algumas mulheres citaram a falta de conhecimento. A maioria delas

informou não ter maiores dificuldades do ponto de vista individual, sendo que três mulheres, das seis que participam efetivamente dos grupos, relataram o apoio e incentivo dos companheiros para que as mesmas participassem. Uma entre as entrevistadas informou que entrou no grupo quando solteira e que não tinha dificuldades de realizar as atividades, mas que, após casar, ter filhos e mudar para outra localidade, as dificuldades vieram, pois, além das demandas de mãe e dona de casa, não tem autonomia para se locomover, o que dificulta o atendimento às demandas do grupo. Para outra entrevistada, a maior dificuldade enfrentada foi a aceitação do esposo, que segundo a mesma não entendia que “esse meu outro lado de trabalhar é porque eu gosto, e porque eu preciso; e às vezes eu não sou muito entendida nesse lado”. Girassol acrescentou ainda:

E também a sociedade, que ainda vê a mulher que tem que ficar em casa, lavando, passando, cozinhando e pronto. É a mulher que não pode fazer grandes negócios, como é que essa mulher vai tocar esse negócio, vai pagar as contas? Então a sociedade vive perguntando por que a mulher tem que estar fazendo tudo isso; não que é proibido a gente dá oportunidade também aos homens, mas, às vezes, eles não querem estar participando. E essa dificuldade de aceitação eu tive, mas não olho muito isso. Às vezes atrapalha em certo momento, mas se a gente for olhar a gente não estava aqui hoje, a gente tá seguindo porque a gente está tentando passar por cima disso, não desrespeitando a opinião deles, mas tentando levar eles à compreensão que a mulher precisa desse apoio, dessa ajuda, que a gente não dá conta sozinha, da família, do trabalho (Girassol, 2021).

Com esta abordagem, é possível identificar tanto o aspecto relacionado a um comportamento machista no âmbito da família (marido), quanto da sociedade, que ainda questiona a capacidade e necessidade das mulheres de ocuparem espaços para além do circuito doméstico. Quando elas assumem responsabilidades que não assumiam anteriormente como aquelas relacionadas aos negócios, há nitidamente uma certa desconfiança por parte de muitas pessoas, aspecto esse relatado por algumas das entrevistadas. Assim, precisam “provar” que dão conta da tarefa. As participantes apontaram que, à medida que o trabalho vai fluindo, essa desconfiança vai diminuindo e as mulheres vão ganhando reconhecimento e respeito dos próprios companheiros e de outras pessoas da comunidade, mas isso aconteceu também em função da persistência de algumas mulheres quanto às dificuldades também no âmbito familiar, no caso de algumas delas. Segundo Girassol:

Já mudou muito. Quando o grupo começou, eu não ia até a cidade sozinha de moto, porque não podia, isso e aquilo. Eu perguntava eu vou fazer tal coisa,

será que dá certo, será que posso? E agora não. Eu só explico. Tem que fazer tal coisa, tem que resolver tal documento eu preciso ir até a rua, eu estou indo amanhã tal hora... Às vezes, no serviço de casa já me ajuda mais. Vira e mexe, eu chego lá já arrumou a cozinha, já adiantou o almoço e antes não esquentava. Esquentava antes do grupo; depois do grupo teve uma parada assim de não ajudar pra ver se parece que não dá conta vai deixar pra lá, mas a mulher não deixou e ele viu que dá certo. Então tem o reconhecimento também que eu ajudo mais nas despesas de casa e percebe que isso faz diferença. Então mudou muita coisa e tem algo ainda a mudar em cima disso e muito.

Ao falarem sobre a superação das dificuldades, afirmaram haver melhoras e que alguns homens, que antes só criticavam, então passaram a colaborar com algumas atividades. Beija Flor ainda acrescentou: “Eles que achavam tão difícil, que não ia dar certo. Nossa, agora já estão acostumados”. É importante ressaltar que não podemos reduzir as mulheres a seres limitados às suas dificuldades. Para além desses desafios, são mulheres criativas, cheias de força, alegria e afeto e a muitos modos, inclusive, muito sutis algumas vezes, constroem a resistência cotidianamente, seja no âmbito coletivo, seja no âmbito individual. Além disso, é fundamental lembrar que a esfera privada coexiste com aquela que se convencionou denominar pública e são indissociáveis entre si, conforme ressalta Biroli (2014). A autora acrescenta que “a garantia de liberdade e autonomia para as mulheres depende da politização de aspectos relevantes da esfera privada” (BIROLI, 2014, p. 29).

4.4 A experiência coletiva: sabores e dissabores

No caso de Careta, ao falarem sobre como tem sido a experiência de trabalhar coletivamente, participantes relataram que não é um processo fácil, porém, prazeroso. Para Girassol, o individualismo de algumas pessoas ainda presente é um elemento que atrapalha. Além disso, a reação de alguns homens (maridos de mulheres do grupo) também não deixava de influenciar. Muitos perguntavam o que as mulheres ficavam fazendo tanto tempo “lá”. “Lá” significa o prédio da comunidade, o qual elas transformaram em uma cozinha, onde se reúnem para preparar os bolos, que são vendidos nas comunidades vizinhas e na sede do município. Para muitos homens e parte significativa das sociedades ocidentais, a mulher deve ficar circunscrita ao ambiente da casa, à esfera convencionalmente denominada de privada. E conforme indica Nogueira (2015), essas circunscrições estão carregadas de significados. É notório que, ainda hoje, quando esse “costume” é interrompido de modo frequente e

demorado, aparecem os questionamentos. Aqui, vemos claramente uma manifestação que se inscreve na lógica “patriarcal”, em que a sociedade machista historicamente definiu os lugares e os não lugares das mulheres. Quando isso é minimamente rompido, o estranhamento se manifesta, como uma estratégia de “condenar a agência” das mulheres, buscando desestimular suas ações por meio de críticas que querem desencorajá-las através da recorrência a velhas falas que se inserem, sobretudo, no campo “moral”, as quais visam ridicularizar as mulheres através da associação de suas atitudes a “comportamentos inadequados para mulheres”.

Outra dificuldade relatada foi o fato de não ter um transporte para levar os produtos para vender. Por conta disso, elas dependiam da disponibilidade e “boa vontade” dos homens para fazê-lo. Esta dificuldade foi superada quando o grupo comprou uma motocicleta, transporte que representou a autonomia das mulheres quanto à comercialização, visto que há mulheres no grupo que pilotam. Assim, elas mesmas fazem as entregas na cidade, indo uma a duas vezes por semana na moto comprada para este fim, tarefa antes feita pelos homens. Assim, além de reduzirem custos, elas não ficam mais “dependentes dos homens” para esta tarefa. Outro avanço foi a aquisição de um caminhão destinado ao transporte dos produtos, o qual chegou à Comunidade por meio de um Projeto apresentado pela COOTRAF e executado por órgãos do Governo do Estado da Bahia. Agora, entre outros desafios, está a construção/infra estruturação de uma cozinha comunitária para abrigar o trabalho do grupo.

No caso do Grupo Flor, Fruto e Sabor, que já tem quinze anos de existência, segundo participantes, as maiores dificuldades enfrentadas no início quanto à apicultura se relacionavam à falta de conhecimento sobre aspectos da atividade, a dificuldade de comercialização e a “descrença” de algumas pessoas da comunidade quanto ao êxito do projeto, sobretudo quanto à apicultura e estas já foram superadas. Quanto ao trabalho com as frutas, na atualidade um dos problemas que persistem é a dificuldade de comercialização. Todavia, destacam as conquistas nesses anos de existência, como a aquisição de maquinários, bem como a construção de uma agroindústria equipada, decorrente de projeto do Governo do Estado através da CAR (Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional). Do ponto de vista do trabalho em grupo, apontam que há as dificuldades próprias de atividades dessa natureza, e entre elas o desafio da melhoria da gestão e planejamento da atividade. Uma das lideranças apontou que há muitas tarefas por fazer e poucas pessoas, pois o grupo é pequeno e isso sobrecarrega, às vezes, mas “a gente não desiste quando quer”. Destacou, ainda, um ponto que avalia positivo e que considera muito necessário, que é o envolvimento de jovens da comunidade nas atividades do Grupo.

Muitos grupos têm se organizado a partir da perspectiva da convivência com o Semiárido, mostrando-se um caminho possível de ser, viver e desenvolver *a e na* região, no qual as mulheres também são protagonistas da construção desse processo, especialmente as mulheres que estão no campo. Exemplo disso é a Comunidade Capoeirão, onde o grupo Flor, Fruto e Sabor, com maioria de mulheres e liderado por elas, trabalha com a apicultura e o aproveitamento de frutas, especialmente o umbu⁶⁰.

Esse tipo de atividade exemplifica ações que geram renda e que convivem sustentavelmente com o Semiárido, segundo interlocutoras, pois ambas as atividades estão diretamente relacionadas com a preservação da flora local, sem a qual não há a produção em quantidade e qualidade satisfatórias nem de mel, nem de umbu, base das atividades do grupo que gera renda e favorece a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas. Esta dinâmica se relaciona com a concepção de Semiárido enquanto um complexo de ecossistemas com os seus limites e as suas potencialidades, a partir do qual, ressalta Silva, “é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base no tripé da sustentabilidade ambiental, da qualidade de vida das famílias sertanejas e do incentivo às atividades econômicas apropriadas” (SILVA, 2003, p. 15). Ações como esta podem se constituir no que Tsing (2019, p. 25) chamou de perturbação lenta, permitindo que a vida da floresta continue. Seria este um “paraquedas colorido” dessas comunidades?

Romper com o estigma de região inviável social e economicamente está diretamente relacionado com subverter a visão estereotipada de gente ignorante, matuta e preguiçosa que as artimanhas da colonialidade fizeram e ainda fazem circular sobre o povo nordestino, especialmente as populações que vivem no campo, conforme abordado no capítulo anterior, ocasião em que também já analisamos a visão estereotipada da mulher nordestina ora como ignorante, submissa, incapaz de falar por si, ora como “mulher-macho” capaz de suportar qualquer adversidade. Para essa subversão, o empoderamento é um caminho convidativo e necessário, já que o mesmo “implica rejeitar as dimensões do conhecimento, quer pessoal, cultural ou institucional, que perpetuam a objetificação e a desumanização dos *sujeitos*” (CARDOSO, 2017, p. 8).

Esses dois pólos nos impedem de enxergar essas mulheres em sua pluridiversidade, dentro da qual estão as mulheres lavradoras, que das mais diversas formas empreendem suas (re)existências, a partir das quais vão ocupando espaços públicos e de poder e resignificando

⁶⁰ Fruto do umbuzeiro, árvore típica do bioma Caatinga e muito presente no Semiárido brasileiro.

seus cotidianos. Por isso mesmo, “cada vez mais, torna-se necessário deitar um novo olhar sobre as relações de gênero e sobre as formas de se possibilitar às mulheres o acesso ao poder ("empowerment") (BENEDICTO *et al.*, 2007, p. 2). São elas as nossas “catadoras de umbu/cogumelos”, para metaforizar Tsing (2019), que em meio às ruínas, tecem suas existências, às “artes da vida humanas e entrelaçam de maneira variada com as artes da vida de outras espécies” (TSING, 2019, p. 29), incluindo os umbuzeiros, aroeiras, abelhas, fazendo as suas danças.

Para além de conquistar direitos que diretamente melhoram a qualidade de vida sua e de suas famílias, muitas mulheres estão em outros espaços buscando assumir a condição de protagonistas, potencializando a agência, sobretudo em espaços públicos, disputando a influência, o direito de opinar efetivamente, de decidir, de coordenar, de liderar, visto que historicamente o patriarcalismo fez prevalecer entre suas artimanhas, o fato de maridos, pais, irmãos ou filhos falarem e decidirem por muitas delas. Nessa perspectiva, segundo Benedicto *et al. (Idem)* “os direitos políticos e a cidadania da mulher têm, cada vez mais, se efetivado na medida em que a mulher adquire poder social, sustentado pela educação e capacitação”. Esses aspectos guardam significativa relação com o empoderamento considerado sob uma perspectiva conceitual, mas também prática e aplicável, conforme Joice Berth, para quem, esse percurso “vai culminar no empoderamento de *sujeitos* em simbiose com o empoderamento da coletividade. E esse processo, além de necessário, é indissociável das lutas por emancipação sociopolítica” (BERTH, 2019, p. 66).

Ao responderem sobre os pontos positivos do grupo, várias interlocutoras, além do ganho financeiro, enfatizaram aspectos relacionados à convivência, mencionando que trabalhar junto é diversão; é distração; contam histórias; divertimento. Rosa contou que era tímida e o grupo a ajudou a desenvolver a capacidade de se expressar melhor, fazer cursos, viajar para outros lugares. Outras realçaram que há muito aprendizado, autonomia, conhecimento, e ainda que “a convivência dia a dia juntas é bom demais”; explicitaram a importância do grupo também do ponto de vista da saúde emocional e mental das participantes, a ponto de uma das entrevistadas, mesmo não sendo membro efetivo do grupo, afirmar: “Às vezes, eu venho pra cá para dar risada com elas... Passar hora. Na minha idade que filho já cresceu, já me deixou. Tá eu e meu esposo sozinhos...A cabeça da gente precisa muito dessa ajuda... Então eu me divirto com elas”. Segundo Girassol, lá as mulheres conversam, partilham várias coisas. “A gente se sente menos desanimada”, indicando que isso as anima e as fazem sentir mais fortes. Veu de noiva, por sua vez, disse que o grupo significa

“uma coisa muito boa. Além de diversão, contribui com alguma renda”. Ela disse que entre os avanços que conseguiu está o fato de desenvolver, aprender, até a conversar melhor.

A previsão inicial era entrevistar outros homens, mas diante das dificuldades, entre elas o fato de não haver demonstração de disponibilidade por parte de alguns deles, a entrevista acabou sendo realizada com apenas um, a quem chamaremos de Juazeiro. Este, por sua vez, avaliou como muito boa a participação de sua companheira nas atividades do grupo, que, segundo ele, é um complemento de renda e diversão. Ele enfatizou o envolvimento das mulheres no grupo produtivo, acrescentando que acha que “compartilha mais com as outras e fica mais independente e isso é muito importante”. Além disso, destacou o papel da Associação para as conquistas da comunidade, entre elas o suporte que esta dá ao grupo.

Nesse sentido, pode-se dizer que os grupos produtivos fortalecem sociabilidades que afetam positivamente o bem-estar das mulheres envolvidas, constituindo em um instrumento para a sororidade (entendida como um elemento de união, companheirismo e empatia entre as mulheres, na busca de objetivos comuns) e as falas das participantes demonstram que isso tem ajudado as mulheres a se sentirem menos sozinhas, inclusive, para enfrentarem as práticas machistas tão presentes em seus cotidianos e atuarem para construir novos referenciais. Ao abordar os avanços considerados relevantes, uma interlocutora ponderou: “O melhor foi conseguir colocar os homens nas atividades que antes eu fazia sozinha e hoje eles têm que me ajudar fazer. Não por obrigação, mas pelo fato de nós todos estarmos dentro de casa”.

Estes são também momentos de amplificação da consciência sobre a própria realidade na qual vivem uma situação de desvantagem em relação aos homens. A vivência cotidiana e a escuta grupal favorecem essa percepção. Um aspecto que foi identificado ao longo da pesquisa é que as mulheres lavradoras em evidência, de ambos os grupos, estão conectadas com profundos laços de co-solidariedade e compromisso ético-afetivo entre elas, levando-as a se apoiarem umas às outras no cotidiano, para além das responsabilidades compartilhadas na realização do trabalho e a despeito dos conflitos que também permeiam essas relações.

Este sentimento de pertença e solidariedade entre as mulheres do grupo é, ao mesmo tempo, do campo da subjetividade e da esfera política. Vista sob a perspectiva feminista abordada por Rago (2002), a subjetividade é elemento relevante para desencadear uma agência coletiva feminina, evento que se desenrola nas Comunidades aqui analisadas, onde o compartilhamento de sofrimentos, alegrias e objetivos, o companheirismo, a empatia, aliados a outros fatores, criaram laços que impulsionaram a agência das mulheres, que neste caso se relacionaria a um dos tipos de agência, apontado por Brinhosa (2016) quando se refere às

ideias de intenção, projetos de pessoas, com habilidade de inicializá-los e realizá-los. Segundo o autor, “a agência de projetos é negada aos subordinados, esta nem todos possuem, pois o próprio projeto em andamento de alguns pressupõe o domínio de outros” (BRINHOSA, 2016, p. 25). Ocorre que na análise em questão, as mulheres empreendem um projeto de forma coletiva, descortinando entraves mesmo que na condição de “subordinadas”, se levarmos em conta, uma certa subordinação aos “maridos” e, portanto, relacionada ao gênero, e não à classe, como supõe Brinhosa (2016).

A organização coletiva por meio dos grupos produtivos constitui uma brecha alternativa à dinâmica de natureza capitalista neoliberal, em que o individualismo é preponderante. Esses coletivos, mesmo tendo como um de seus objetivos gerar renda, se pautam em outros princípios os quais geralmente se associam ao que se convencionou denominar economia solidária, a qual

se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como *sujeito* e finalidade da atividade econômica, em vez de acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, o desenvolvimento comunitário, a justiça social, cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras. (IPEA, 2006, p. 31).

Alguns desses aspectos estão presentes nos grupos aqui analisados, como é o caso da autogestão e da perspectiva de desenvolvimento comunitário. Ademais, é perceptível que outros princípios da economia solidária como atitudes solidárias pautam a atitude de membros de ambos os grupos pesquisados. Podemos citar como exemplo o que menciona Girassol: “Eu quero que todas cresçam e crescemos junto. Tanto na renda quanto no bem-estar de todas. E que todas tivessem o mesmo gosto de estar no grupo. E não só por uma renda, mas por estar bem”. A organização coletiva em torno de objetivos que passam a ser compartilhados também contribui para a construção da ideia de condição social comum entre as participantes do grupo. E por sua característica “a Economia Solidária compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade” (*Ibidem*, p. 33) e por isso mesmo emerge enquanto uma forma de resistência de pessoas de comunidades rurais nessas condições, que aqui são as nossas interlocutoras. Seria razoável dizer que, a seu modo, essas mulheres estão “criando” e construindo um feminismo comunitário, já que a agência por elas empreendida, além de coletiva, resiste a opressões

relacionadas ao gênero, à classe, à raça e a territorialidade e, conforme aponta Paredes Carvajal (2019), tenta superar práticas competitivas e buscam construir comunidade.

4.5 A Autonomia tecida nas malhas do cotidiano e o aparecer das mulheres e de suas comunidades a partir de coletivos

As sutilezas do que é dito nos bastidores pode ser o desabafo de uma pessoa que se sentiu provocada, mas não suficientemente confortável para expressar determinadas questões na presença de várias pessoas que a conhecem e que, por certo, também conhecem outras pessoas envolvidas. Girassol, uma das entrevistadas, tendo ficado em silêncio durante uma das rodas de conversa em que debatíamos autonomia, em ocasião posterior se expressou assim:

Na vivência de meus pais até que eles vivem super bem. Esses dias mesmos estavam lembrando. Mas a gente que fala que vive bem, mas eu tenho aquele receio ainda. Mainha até hoje não corta o cabelo dela nem as pontas porque ele nunca deixou cortar cabelo. Cabelo lá em casa é a coisa mais sagrada do mundo. E eu fico com dó dela às vezes o cabelo tá precisando tirar uma pontinha e ela nem escondido ela não deixa nós tirar. Isso é uma coisa que ela sofre com certeza. Ela tá feliz. Mas eu acho que a pessoa não poder mandar em si própria, é terrível.

Aqui é possível notar como situações cotidianas da vida de muitas mulheres, que podem parecer detalhes, indicam a falta de autonomia, seja sobre o seu comportamento, seu corpo, seus desejos ou sua vida. É o exercício do poder masculino sobre as mulheres, “autorizado” e reproduzido culturalmente, em que o corpo também está no rol dos mandonismos, pois o gênero, enquanto prática social também é dirigido aos corpos, como acentuado por Louro (1997). Muito provavelmente essa é uma experiência que atravessa a vida da mãe de Girassol e a sua própria, deixando marcas intensas, pois, como lembra Kilomba (2019, p. 213), ao analisar o passado traumático de pessoas negras, “às vezes preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer”. E se algumas experiências são passíveis de esquecimento outras não, sobretudo aquelas que são atualizadas constantemente. Cortar ou não cortar ao cabelo é um ato que está intimamente ligado a um poder de decisão sobre si mesmo, o qual foi usurpado por outra pessoa e que se liga a outras pequenas decisões cotidianas. E quanto a estas situações que sempre voltam à tona “não se pode simplesmente esquecer e não se pode evitar lembrar” (KILOMBA, 2019, p. 213), Para a

autora, “a ideia de ‘esquecer’ o passado torna-se de fato inatingível; pois cotidiana e abruptamente (...) ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional” (*Idem*), visto que também as práticas de dominação masculina invade os corpos (num sentido pleno, com mentes, emoções e tudo o mais que o compõe) de grande maioria das mulheres, cotidianamente.

Respeitando e valorizando a ancestralidade, e com o olhar em nossas mães e avós, também se aprende a mirar novos horizontes. O fato do cabelo se refere a uma senhora bastante idosa e permite que a filha construa sua própria percepção sobre ele e sobre o que isso representa na vida das mulheres. E, se para pessoas de gerações mais novas pode parecer descabido, isso exemplifica situações que eram recorrentes na vida de muitas mulheres e que, por certo, ainda hoje ocorrem, mesmo que com outras roupagens, a exemplo da censura acerca da roupa que as mulheres vestem ou deixam de vestir e outras coisas mais, que na atualidade geralmente configuram o que se convencionou denominar como “relacionamento abusivo”. A forma como cada pessoa processa essas situações em suas vidas pode impactar suas subjetividades de modos variados e por vezes gerando traumas acentuados. Guardadas as proporções, é possível uma analogia desses eventos com a abordagem de Kilomba (2019, p. 223), que ao analisar traumas relacionados ao racismo, pondera: “Um evento que ocorreu em algum momento do passado é vivenciado como se tivesse ocorrido no presente e vice-versa: o evento que ocorre no presente é vivenciado como se se estivesse no passado (...) O passado a agride no presente”. Por isso, provavelmente, a mãe da interlocutora não se sente à vontade para cortar o cabelo. É mais que um simples gesto, pois a subjetivação da intervenção sofrida em outros tempos foi tão internalizada que continua viva no presente. Romper com esses pequenos mandonismos nem sempre é fácil e, para muitas mulheres, pode significar conquistas relevantes, tendo um impacto na construção de suas subjetividades, envolvendo a autoestima e quiçá apontando a possibilidade de rompimento de outras barreiras, rumo à construção de agência, tanto individual quanto coletiva a partir de diversas formas de resistência.

Segundo Lugones (2014, p. 940), a agência “é a tensão entre a sujeitificação (a formação/informação do *sujeito*) e a subjetividade ativa, aquela noção mínima de agenciamento necessária para que a relação opressão resistência seja uma relação ativa, sem apelação ao sentido de agenciamento máximo do *sujeito* moderno”. Ressalte-se, porém, que essa subjetividade, por mais que seja processada individualmente, é fruto de um conjunto de elementos sócio-históricos do qual a pessoa é parte. Para Rago (2002), a subjetividade se

constituiria a partir de uma intensificação dos cuidados de si, mas também por uma abertura em relação ao outro e pela capacidade de estabelecer novos vínculos de sociabilidade, baseados no reconhecimento da diferença, na amizade e na solidariedade. As experiências vivenciadas pelas mulheres em seus grupos convergem para essa direção. Contudo, é válido ressaltar que “uma experiência vivida e apresentada pelo próprio *sujeito* nunca será coincidente com a percepção que o outro tem dessa mesma experiência” (NOGUEIRA, 2013, p. 6). Desse modo, mesmo compartilhando de aspectos diversos entre elas, tanto a experiência quanto a percepção sobre ela são muito singulares para cada participante do grupo, não cabendo generalizações absolutas.

A liberdade e a autonomia ou falta delas são tecidas cotidianamente, assim como a circunscrição de determinados afazeres a um e a outro sexo (entre os dois que aparecem como norma nas sociedades de cultura ocidental: masculino e feminino) vão sendo formatadas a partir do processo de educação no meio familiar e reforçadas pela educação escolar e hábitos preponderantes na sociedade em geral, incluindo-se aí os meios de comunicação. Nas sociedades ocidentalizadas, às mulheres, destinam-se, geralmente, atividades relacionadas ao âmbito privado (NOGUEIRA, 2015; GUIMARÃES; QUIRINO, 2017), em que as tarefas de cuidado e afazeres domésticos em sua maioria são responsabilidade delas. Isso ficou evidenciado ao longo das Rodas de Conversa, especialmente quando se propôs a reflexão a partir dos questionamentos: “O que me faz mulher? Que elementos atuam para que eu seja quem eu sou? O que é natural? O que é construído? Como me vejo na condição de mulher? Como me relaciono com as outras mulheres? E com os homens?”. A partir daí surgiram várias reflexões, especialmente relativas à circunscrição das mulheres e dos homens a determinadas tarefas e papéis, onde geralmente as primeiras falaram da sobrecarga que muitas têm em função da não corresponsabilização dos homens com afazeres domésticos, outras que demonstraram se sentirem inibidas para fazer certas coisas, como negócios, por exemplo, pelo medo de serem julgadas pelos maridos e pela comunidade.

No caso do grupo de Careta, sob a provocação de quem seriam as mulheres guerreiras do Sertão, uma interlocutora assim verbalizou:

São lavradoras, cuidam dos afazeres da roça, continuam ajudando a família na produção de alimentos, participam do grupo produtivo e muitos dos alimentos que chegam para a produção do biscoito também vem lá das nossas mãos, do nosso sítio, da nossa horta; são jovens, são mães, mulheres que fazem de tudo um pouco; na casa, com os filhos, no grupo, na roça e faz tudo isso com muito gosto e com muita honra em ser lavradoras. São

mulheres que abraçaram a causa e quiseram lutar, não pelo objetivo de uma pessoa, mas de todas.

É possível notar que, além dos afazeres domésticos, muitas trabalham na “roça”, em diversas atividades, seja na agricultura ou criação de animais. O grupo produtivo foi somado a essa rotina anterior. E a relação dessas mulheres com o espaço “público”, varia e, portanto, não há uma uniformidade. Enquanto algumas sempre assumiram afazeres para além do âmbito doméstico (líderes de associações, grupos religiosos) ou mesmo coisas mais rotineiras, como ir às compras ou vender ovos, tapioca, galinhas etc., uma delas relata que o grupo foi o disparador para que ela começasse a negociar, tarefa até então geralmente realizada pelo companheiro. Desse modo, as experiências do âmbito convencionalmente denominado privado guardam indissociabilidade com a ocupação do espaço público. Cada mulher, a seu modo, constrói sua (re)existência cotidiana a partir da singularidade de sua experiência. Este aspecto se estende a gerações e classes sociais diversas e distintas desse território, como é perceptível por meio da análise de Nogueira (2015), acerca das vivências de mulheres do Alto Sertão, entre 1897 e 1930, que destaca a competência de muitas mulheres na administração do seu espaço.

É fato que mulheres de várias gerações também assumiam tarefas além do circuito privado, inclusive aquelas relacionadas à comercialização, apesar da invisibilização contribuir para que isso não seja reconhecido. Todavia, no espaço rural, em muitos lugares os negócios ainda ficam a cargo dos homens, conforme ressaltado por Said e Moreira (2015), que apontam como tímida a participação das mulheres nos processos de comercialização da produção. Para as autoras, “romper com essa lógica significa a possibilidade da independência, da liberdade, da autonomia. Significa a possibilidade e o poder de tomar decisões sem a tutela masculina” (SAID; MOREIRA, 2015, p. 172-173).

Flor de Maracujá, ao responder à pergunta sobre as dificuldades encontradas no início da formação do grupo, relatou que o marido sempre foi um grande parceiro e além de apoiá-la, a ajuda com os afazeres domésticos. Então, no caso da dificuldade, ela mencionou que antes do grupo não sabia nem fazer um troco, pois a vida toda quem resolvia essas coisas era o marido. E finalizou: “E hoje a gente já está por dentro de muita coisa. E vamos para as feiras e fazemos muitos amigos. E depois que a gente parou com essas feiras a gente está com muita saudade dos amigos. Faz muita falta”.

É possível notar a conquista de uma habilidade simples (negociar, fazer um troco), mas que tem muita relevância para a construção da autonomia, fator diretamente ligado à agência individual e coletiva de mulheres, desencadeando processos que favorecem a melhoria da qualidade de vida e ampliação da sociabilidade. E é notório que esses aspectos também guardam relação com liberdade e estão na rota da construção da subjetividade, fator que implica na forma como as relações são construídas e, sobretudo, em como as normas a elas relacionadas são conservadas e/ou rompidas, transformadas, reinventadas. A esse respeito, conforme ressalta Lugones,

A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade opositora. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação (LUGONES, 2014, p. 940).

A despeito do que aparenta, o âmbito da subjetividade pauta as ações humanas também no âmbito político e social, mesmo que tenha a impressão de que guarde apenas relação com o privado, que, aliás, já há algum tempo, foi reconhecido também como espaço político (SARDENBERG, 2018) e indissociável deste (BIROLI, 2014). Ao perder o medo de negociar e ao ocupar o espaço público da feira, Flor de Maracujá projeta sua atuação em novos espaços e abre janelas para outras incursões agenciais que irão repercutir em sua vida privada, mas também no cotidiano do grupo do qual é parte. E não parou por aí. Ao abordar avanços alcançados em decorrência da experiência em grupo, a interlocutora ponderou:

Antes eu não tinha coragem de viajar só. E pela primeira vez que eu viajei, eu gostei. Foi quando fui em Salvador. Quem imaginava eu estar em Salvador mexendo com negócio de bolo. E depois que eu conheci Salvador já aprendi a viajar só. Para mim isso aí foi um avanço. Depois dessa viagem de Salvador eu já fui para a praia três vezes e antes eu não saía de casa. Tinha aquele medo.

Essas experiências contribuem para o emergir de novas projeções que influirão na agência coletiva, visto que “perder o medo” de certas coisas pode ser o primeiro passo para uma nova e diferenciada jornada daquela praticada até então, conforme destaca Girassol: “Para a mulher a gente ganha uma potencialidade muito grande. Eu hoje faço muitas coisas

que antes eu perguntava alguém se eu podia fazer e hoje só penso vou lá e faço porque eu sei que eu posso fazer. Que eu tenho o direito de fazer...”.

A palavra experiência permeia esses escritos e, mesmo sem a pretensão de dar conta da integralidade do que a experiência nos grupos representa para nossas interlocutoras, busquei evidenciá-la também com o propósito de deixar claro que captamos fragmentos dessas vivências que já indicam quão significativas elas são. Mais adiante, haverá uma reflexão sobre esse aspecto, mas gostaria de já registrar a importância da experiência coletiva para os grupos aqui pesquisados no que tange à construção de suas agências.

Antes mesmo da experiência nos grupos produtivos, muitas mulheres já vivenciavam experiências coletivas em outros espaços. O mundo rural não se resume a cuidados, tarefas domésticas e agricultura. Nas comunidades Careta e Capoeirão, observa-se o papel da Comunidade religiosa no aparecimento de mulheres no espaço público. Na grande maioria são elas quem assume o papel de lideranças, o que lhes oportuniza relações na esfera pública, proporcionando aprendizado e um certo prestígio junto à comunidade local. Desenvolver a habilidade de liderar a partir da comunidade religiosa contribui para que se sintam encorajadas a assumir outras responsabilidades em movimentos sociais, grupos produtivos e outras demandas que vão surgindo no contexto comunitário, às vezes municipal e até regional.

É o caso de Abelha Rainha, que nos relatou o chamado impositivo do padre da paróquia há alguns anos para que se tornasse coordenadora das CEBS. Após superar os primeiros desafios, e cumprida essa jornada, ela não mais parou. A participação em outros espaços e movimentos permitiu que viajasse para muitas outras cidades e regiões do Estado distantes da sua, ao que ela faz questão de lembrar que foi oportunizado muito em função de sua participação na Igreja e em movimentos sociais e organizações.

Esse fato ilustra bem o “aparecimento” de uma mulher no âmbito público. É um aparecer para a própria comunidade de origem, para a comunidade externa, para um território, mas também é aparecer para si mesma. É como se com esse percurso a sua subjetividade passasse por um revés, dizendo-lhe: “Olha, você se deu conta do que é capaz? Já imaginou que poderia? Pois bem, há fronteiras por serem descobertas que podem lhe fazer bem e fazer bem à sua comunidade”. Nesse sentido, cabe lembrar que “a história dos indivíduos é constituída a partir de contextos que pressupõem a inserção em um território, e esse não necessariamente precisa ser estanque vinculado apenas a um espaço geográfico” (RIOS *et al.*, 2015, p. 7). Essa história pode ser tecida em um determinado território, compreendido, segundo os mesmos autores como um “espaço dinâmico onde são construídas identidades,

memórias e interações sociais motivadas pela coletividade” (*Idem*), situação esta que se aplica às nossas interlocutoras, entre elas, Beija-Flor, da comunidade Careta.

Beija-Flor foi professora na Comunidade desde a juventude até se aposentar. Professora leiga. Mas o ser professora não a limitou jamais ao estrito horário de aula. Liderou a comunidade, criou vínculos, foi coordenadora da comunidade religiosa, da Pastoral de Criança e de outros espaços. Nessa territorialidade, o pertencimento e prestígio dessa mulher pode não ser conhecido por pessoas externas, mas a comunidade sabe seu valor e ela também sabe da sua importância; isso não significa que não tenha existido e ainda exista críticas a ela, mas a sua pessoa é respeitada nesse meio pelos muitos e valiosos serviços prestados, pela sua história que se mistura com a história da própria comunidade, seja como professora, seja como liderança, seja como vizinha prestativa e solidária, ressaltando que neste caso é difícil conseguir dissociar uma figura da outra, conforme aparece na sua própria fala e na de outras pessoas da comunidade. Percebe-se que essa sabedoria engenhosa, desenvolvida ao longo de uma vida, de sua experiência, é valorizada pela comunidade e pelas companheiras. Tanto é que mesmo ela não fazendo parte diretamente do Grupo Guerreiras do Sertão, no que tange às suas demandas diárias (Confecção e comercialização de bolos e biscoitos e atividades afins), é sempre convidada para as reuniões e sempre está presente, na medida do possível. Nesse âmbito, é importante ressaltar que nenhum tipo de ciúme é apresentado pelo emergir de novas lideranças; antes, o contrário; ao longo da entrevista, foram diversas as vezes em que ela demonstrou a satisfação e orgulho de ver uma jovem liderança despontar na Comunidade, destacando a garra e competência da mesma, motivo de alegria para a comunidade, que ganhou muito com a chegada dessa pessoa, a qual não sendo nascida lá, veio morar no local, após se casar com um rapaz da comunidade. Percebe-se, assim, uma relação de companheirismo onde a liderança emergente reconhece a importância da liderança mais experiente e esta por sua vez, estimula, apoia e reconhece a necessidade de novas líderes na comunidade.

Baraúna já ocupou (e ainda ocupa) várias funções de comando na Comunidade religiosa local, antes de se tornar uma das líderes do Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão, função que gosta de fazer, seja na “comunidade” ou na associação. Sobre a experiência de trabalhar coletivamente, acrescentou: “Depois veio o grupo das mulheres; é nosso; Cada dia a gente quer ver o melhor. Muito gratificante resolver as coisas, tentar e conseguir; fazer essas coisas independente do que eu ganho ou não. Ganhar um nome; não em nome de uma, mas das Mulheres Guerreiras do Sertão”. Aqui, é possível notar que a capacidade de liderar já

vinha sendo experimentada anteriormente. Nesse sentido, Reis (2014) aponta que a trajetória realizada por mulheres enquanto lideranças no âmbito das CEBs da Igreja Católica contribuiu para a conquista do espaço público. Segundo essa mesma autora, “as Comunidades Eclesiais de Base surgem como espaços de fortes laços de solidariedade e de formação da consciência crítica das camadas pobres. Nesses espaços, as pessoas começam a expressar suas opiniões e angústias do dia a dia” (REIS, 2014, p. 224). Pode-se dizer que, no caso das interlocutoras, os Grupos Produtivos se tornaram espaços de aprofundamento da consciência enquanto mulheres que sofrem os impactos da dinâmica patriarcal da sociedade em que vivem, ao se darem conta da falta de companheirismo de alguns homens, elemento que foi enfrentado, apesar das dificuldades que se impunham em decorrência disso.

Segundo o dicionário de língua portuguesa, aparecer significa tornar-se visível ou perceptível; equivale ainda a manifestar-se, revelar-se. Em várias falas das entrevistadas é possível identificar situações que remetem a estes sentidos, conforme já abordado anteriormente. O grupo possibilitou o “aparecer” dessas mulheres. Assim, não se trata de uma questão da esfera econômica; trata-se de um elemento do campo da subjetividade, segundo o qual, para a esfera pública, é como se elas inexistissem. É a ação enquanto lideranças da comunidade religiosa, da Associação e, para algumas, mais intensamente a partir da ação coletiva através do grupo produtivo, que rompe com essa “inexistência” social e possibilita um emergir. É o fenômeno do aparecimento. Neste caso, não se trata de um capricho individual, satisfação do ego; diz respeito a um aparecer individual, mas também coletivo, no caso que decorre da atuação dos grupos produtivos, como aponta Beija-flor, durante a entrevista, ao mencionar uma das consequências do trabalho do grupo Mulheres Guerreiras do Sertão, da Comunidade de Careta: “antes do grupo as pessoas nem sabiam que existia Careta; nem tinha ideia de onde ficava”, situação análoga foi mencionada por Maria Umbuzeiro, do Grupo Flor, Fruto e Sabor e já apresentada no capítulo anterior.

Esse aparecer coletivo tem um significado relevante para as pessoas dos grupos e para suas comunidades. É essa dimensão que corresponde à interrupção de dimensões da colonialidade, ao romper certos limites e iniciar ativamente outros processos que fluem em direção à agência. Lugones (2014, p. 939) enfatiza que o termo colonialidade, para além de nomear colonialidade de poder e gênero, também se dispõe a denunciar “o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos”. Acoplado a esse processo está a invisibilização de pessoas, grupos e populações inteiras que

não ocupam o centro da sociedade “ocidentalizada/moderna” e não estão em seus padrões estéticos, econômicos, culturais, morais e sociais e por isso mesmo são afetados em várias frentes, inclusive pelo epistemicídio que daí advém, conforme apontam Carneiro (2005) e Santos (2009).

4.6 A experiência que advém do trabalho grupal e sua reverberação na agência coletiva

O trabalho é o elemento em torno do qual os grupos aqui analisados se organizaram. Assim, o trabalho aqui é compreendido como um elemento relevante para o entendimento do indivíduo na vida social, pois, segundo Luís Antônio Cardoso (2011, p. 3), através do trabalho, fazendo ato de vontade refletida, o ser humano “participa das transformações do mundo e se envolve ao mesmo tempo em um universo de seres humanos e não humanos que formam o hábito de sua vida”. E essa participação se faz a partir da forma como se dá a experiência das pessoas com o trabalho, o qual afeta outras dimensões da vida.

Segundo Bondía (2002, p. 20), “a experiência é cada vez mais rara por excesso de trabalho”. Nestes tempos de agora, temos a sensação de viver a trabalhar, tendo pouco ou nenhum tempo para experimentar. Mas, no caso em que estamos a analisar, tenho a impressão que as mulheres se utilizaram do elemento trabalho como um instrumento a viver a experiência, enfatizada por Bondía, para quem “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. (...) A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça” (*Ibidem*, p. 21).

O trabalho em grupo, iniciado como uma estratégia de geração de renda, se mostrou, com o tempo, um espaço para construção de experiência, a partir da qual refletem sobre sua condição e seus desejos. Isso aparece durante as rodas de conversa, ocasião em que a partir de uma dinâmica realizada, solicitando que as mulheres, em trio, fizessem um cochicho para conversar sobre que aspectos elas avaliavam como empecilhos ou como contribuição para o “bem-viver” das mulheres, foi apontado que entre os que atrapalham estão:

(...) o medo de ser julgada; falta de: estudo, oportunidades e de recursos para empreender e investir em si mesma; julgar a mulher pela forma que se veste; o medo: de decidir e do que os outros vão pensar de suas decisões e opiniões, da família não apoiar suas escolhas; o fato de não poder expressar seus sentimentos e opiniões, o julgamento do esposo, homem não deixar sair

de casa e viver numa prisão, aceitação da mulher na sociedade (Girassol, 2021).

É interessante como, em menos de cinco linhas aqui transcritas, emerge um conjunto de elementos centrais que fazem parte da tessitura das relações de gênero já denunciada pelo feminismo e abordada neste trabalho, especialmente no primeiro capítulo. Elas evidenciam os múltiplos cerceamentos vivenciados pelas mulheres, os quais se manifestam das mais diversas formas. A despeito disso, conseguem olhar no horizonte e apontar necessidades, sonhos e desejos que trariam mais conquistas e bem-estar para si e suas comunidades. Ao falarem desses aspectos durante as rodas de conversa elas destacaram o conhecimento, o empoderamento feminino, o diálogo, a compreensão, a autoestima, as conquistas vindas de mais políticas públicas, o direito de poder exercitar funções que amam sem serem julgadas pela sociedade, o apoio dos maridos e da família em suas escolhas, serem aceitas em lugares que antes diziam que só homens poderiam frequentar. Essa caixinha de desejos é um demonstrativo de que a experiência coletiva, seja pela convivência cotidiana nas atividades dos grupos ou pelos processos de formação que aconteceram em decorrência do grupo, além de uma estratégia de geração de renda funciona como um dispositivo que envolve experiências que afetam coletiva e individualmente as mulheres, ao estimular reflexões e mudanças sobre a própria condição e lugar que ocupam. Isso fica evidente na fala de Girassol, que informou, ao longo da entrevista, que na atualidade:

(...) os jovens homens acabam trabalhando junto com a gente, mão na massa mesmo. Até que mudou essa coisa de que homem não faz bolo, homem não trabalha na cozinha... E com nossos filhos ali, a gente aprende junto com eles; eles também dão um pontapé, um exemplo de homem nessa luta junto com as mulheres para outros homens que não entendem muito, essa participação.

Do ponto de vista subjetivo, os momentos partilhados não se circunscrevem aos momentos das feitas de bolo, coleta de frutas ou preparação de doces. É lá que sentem senhoras de si, que conversam e partilham muito do que há em comum, conforme abordado pelas interlocutoras ao longo das entrevistas. Mas o que permite considerar que algumas estão a viver uma experiência nos moldes do que aponta Bondía? Para além de entrevistas e rodas de conversa, uma das mulheres do grupo se manifestou nos seguintes termos em um grupo de rede social, após um bate-papo desencadeado a partir de um vídeo que tinha relação com a violência praticada contra mulheres. Afirmou: “Engraçado, eu tinha um certo medo de meu

esposo. Depois do grupo aqui, eu tenho respeito, mas falo minhas verdades, descobri meu lugar. É onde eu quiser e me sentir bem. Ontem ele nos parabenizou pela luta... Fiquei surpresa”. Assim, podemos observar que essas mulheres não voltarão jamais para onde estavam antes dessa experiência, pois estão ressignificando suas vidas, talvez mesmo sem se darem conta do caminho que estão a percorrer. Aqui, a palavra medo dá lugar à palavra respeito. Poderíamos dizer: são apenas palavras. Não. Não são só palavras.

“As palavras produzem sentido, criam realidades e, às vezes, funcionam como potentes mecanismos de subjetivação. Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco” (BONDÍA, 2002, p. 21). A palavra medo indica uma condição na qual a mulher se via antes da formação do grupo; indica um conjunto de percepções e comportamentos os quais passam a sofrer modificações e que estão principalmente no campo da subjetividade, indicando uma alteração quando a palavra “medo” dá lugar à palavra “respeito”. Esta alteração, no campo da subjetividade, foi concretizada na materialidade vivenciada através da ação grupal. A mudança das palavras, como que numa mágica, nos leva de um lugar a outro, transpondo a nossa percepção sobre a personagem que está a nos informar a sua própria mudança e seu reconhecimento sobre ela. Afinal, de acordo com Bondía “as palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras (...) E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, (...) mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece” (*Idem*).

Ao analisar a manifestação da interlocutora, é interessante observar como uma mensagem tão espontânea em pouco mais de três linhas é capaz de dizer tanto. E não diz apenas sobre a pessoa que fala; a depender do receptor da mensagem, inúmeras poderão ser as deduções a partir dela, podendo despertar sentimentos diversos, como, no caso de uma mulher casada, se perguntar se ela tem medo ou respeito pelo marido; no caso de um homem casado, poderia se perguntar, por exemplo, se sua companheira sente medo, respeito ou nenhum dos dois por ele; para uma pessoa que estuda relações de gênero, os dizeres certamente fizeram acordar outras palavras como machismo, sociedade patriarcal, entre tantas outras possíveis. Isso tudo por que de acordo com Bondía “quando fazemos coisas com as palavras, do que se trata é de como damos sentido ao que somos e ao que nos acontece, de como correlacionamos as palavras e as coisas, de como nomeamos o que vemos ou o que sentimos e de como vemos ou sentimos o que nomeamos” (*Idem*).

As palavras aqui se inscrevem enquanto instrumento de manifestação de subjetividade e nos permitem compreender um processo intersubjetivo que está sendo desencadeado “e que se caracterizaria por uma abertura em relação ao outro e pela capacidade de estabelecer novos vínculos de sociabilidade, baseados no reconhecimento da diferença, na amizade e na solidariedade” (RAGO, 2002, p. 8). Outrossim, a respeito de como o indivíduo se constitui na relação com o outro, esse processo também tem relação com o exercício de liberdade.

A atividade com agência coletiva abriga possibilidades múltiplas, a começar por subverter uma lógica própria da colonialidade que se materializa na sociedade classista, sexista, racista que coincide com a velha dinâmica corporificada no combate à seca: trata-se da figura de mando, do coronel, do chefe. Essa agência, quando bem organizada, estimula as agências individuais, mas estas confluem para o coletivo sem desmerecer a história das sujeitas envolvidas, mas canalizando as energias para uma proposição grupal a partir da qual a emergência de lideranças, sempre relevante nestes processos, não deve significar mandonismo. Em geral, a liderança encoraja, anima, sacode o grupo e se torna uma referência, sem sobrepor-se às demais. É interessante perceber como o processo se desenvolve de maneira que, ao mesmo tempo em que cada mulher sabe do papel no grupo, elas reconhecem que o coletivo é o instrumento através do qual elas também se realizam.

A experiência pela qual passam juntas é possível também porque compartilham condições similares relacionadas ao gênero, classe social, territorialidade, entre outras, que as colocam em situações de “iguais”, confluindo para que compartilhem vários desejos, entre eles melhorar suas condições de vida do ponto de vista financeiro, ter mais autonomia, acessar mais direitos, ter relações de gênero mais igualitárias, serem reconhecidas socialmente.

4.7 Cenários e possibilidades

Decorridos séculos de lutas de mulheres de variados continentes, classes, raças, etnias, gerações e mais de 50 anos da Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (1967), muitos ainda são os desafios. E, apesar dos progressos realizados em matéria de conquista de direitos das mulheres, continua existindo uma considerável discriminação contra elas e conforme ressalta Siqueira (2014, p. 37), isso dificulta uma participação mais ativa na vida política, social, econômica e cultural e constitui um obstáculo ao desenvolvimento completo das potencialidades das mulheres, pois existe uma série de problemas comuns, econômicos e culturais que se traduzem em diferentes

formas de discriminação, subordinação e opressão, causando complexas e variadas de desigualdades

Em âmbito global, muitos problemas são compartilhados pelas mulheres, mesmo que questões específicas não possam ser deixadas de lado ou tratadas como menores, como é a questão das mulheres negras, indígenas, ciganas, trans, entre tantas outras. E se o feminismo constitui tanto uma ideologia como um movimento político global, segundo Collins, globalmente, a agenda feminista abrange várias áreas importantes:

Em primeiro lugar, a situação econômica e as questões relacionadas com a pobreza global das mulheres, tais como oportunidades de educação, desenvolvimento industrial, racismo ambiental, políticas de emprego, prostituição e leis de herança em matéria de propriedade, constituem uma questão fundamental global das mulheres. Direitos políticos para as mulheres, tais como conseguir o voto, direito de participar de reuniões, viajar, obter cargos públicos; os direitos dos presos políticos e violações básicas de direitos humanos contra as mulheres como estupro e tortura, constituem uma segunda área de preocupação. Uma terceira área de preocupação global consiste em problemas conjugais e familiares, como leis de casamento e divórcio, políticas de custódia da criança e trabalho doméstico. Questões de saúde e sobrevivência das mulheres, tais como direitos reprodutivos, gravidez, sexualidade e AIDS constituem outra área de preocupação feminista global. Essa ampla agenda feminista mundial encontra expressões distintas em diferentes regiões do mundo e entre as diversas populações (COLLINS, 2017, p. 12).

Em meio à vastidão de mulheres alcançadas por estas práticas, as mulheres do sul global são ainda mais afetadas, em função da agregação de elementos advindos da colonialidade. Ao considerarmos o panorama brasileiro, inserido nesse Sul global, a luta em prol dos direitos das mulheres pode se pautar nos princípios evocados no Documento da Conferência Nacional de Mulheres (2002), conforme indica Carneiro (2003, p. 126 e 127). Essa Plataforma Política Feminista continua muito atual, e mesmo necessitando de algumas atualizações, contém princípios basilares nesse processo. Desde então, tivemos avanços, todavia muitos deles vêm sendo freados pela conjuntura da política nacional em andamento no país, sobretudo, depois de 2016 com o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Nesse contexto, as interlocutoras do presente trabalho também são afetadas e sofrem entre outras coisas com “a dificuldade de inserção da mulher em lugares específicos da sociedade civil, sobretudo no mundo do emprego, na atividade produtiva – em nosso caso específico, na área rural –, é um problema de natureza cultural, educativa e política” (SIQUEIRA, 2014, p. 37) e

também econômica, impactando políticas públicas importantes para as mulheres, como é o caso do acesso ao crédito, entre tantas outras.

Ainda existem muitas controvérsias e caminhos a serem percorridos, mas é possível notar que a temática gênero vem cada vez mais ganhando espaços, seja na mídia, na academia, nos movimentos sociais e populares, e inclusive em algumas políticas públicas, como no caso citado pelas interlocutoras, onde os grupos pesquisados, por exemplo, estão recebendo a assessoria do Programa denominado ATER Mulheres, da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do Governo do Estado da Bahia, que é executado por entidades da sociedade civil, sendo que no caso de Capoeirão e Careta, a executora é a COOTRAF, que já havia realizado assessoria anteriormente por meio de outros editais. Ao desenvolver um programa voltado exclusivamente para mulheres e cujas assessoras técnicas são mulheres, esta ação desencadeia processos em duas dimensões: atua no fomento de práticas e empreendimentos que gerem renda a partir da capacitação das mulheres ao mesmo tempo em que realizam formações que tratam das relações de gênero, empoderamento feminino e temáticas afins. Neste sentido, constitui uma política interessante de enfrentamento de opressões de gênero no âmbito das comunidades rurais ao agregar as duas dimensões anteriormente mencionadas.

Considerando o percurso desse trabalho, avalia-se de grande relevância que o debate sobre gênero e a agência das mulheres e pessoas LGBTQIA+ ganhe espaço em diversas esferas da sociedade: seja na família, na escola, na Universidade, nas associações, nas instituições, na mídia ou na comunidade em geral. É necessário que ampliemos o reconhecimento da importância de falarmos sobre isso e repensarmos essas relações, as quais ainda estão carregadas de um conjunto de opressões relacionadas à dominação masculina. Neste sentido, o presente trabalho se propôs ser um mobilizador de energias de espaços sociais, em prol do tema, bem como sensibilizar e instrumentalizar multiplicadores em torno desse debate social. Desse modo, o impacto no âmbito social bem como na educação formal e informal, melhor seja, educação popular e ensino médio, devem se somar, constituindo um combustível na jornada pela transformação a caminho de relações de gênero mais justas, equitativas, solidárias e que respeitem o direito de ser (pleno) de cada pessoa. É por acreditar nessa transformação mesmo lenta, mas possível, que este trabalho se propõe como um instrumento da mesma. Afinal, como diz Paulo Freire: “O mundo não é. O mundo está sendo (...) meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como *sujeito* de ocorrências” (FREIRE, 2002, p. 85).

No campo dos estudos de gênero no Alto Sertão, considero relevante fazer alguns apontamentos. Estudos e obras como: “Mulheres e poder no Alto Sertão da Bahia: A escrita Epistolar de Celsina Teixeira Ladeira (1901 A 1927)” (2009), de Marcos Profeta Ribeiro; e “Mulheres, história e literatura em João Gumes: Alto sertão da Bahia, 1897-1930” (2015), de Maria Lúcia Porto Silva Nogueira, vêm desbravando a histórica invisibilização acerca das mulheres dessa região, e em sintonia com um movimento de evidenciação de protagonismos dessas agentes, abre caminhos para outros estudos necessários nesse campo, nas “terras” do Alto Sertão, onde sobretudo as mulheres pobres, negras, lavradoras, trabalhadoras das camadas populares, carecem e merecem estudos que tragam à tona seus cotidianos, os quais são tessituras fundamentais para a compreensão das sociedades dessa região. Acredito que o PPGELS abre caminhos nesse sentido, ousando experimentar estradas pouco trilhadas, seja pelo que é dito, seja por quem é dito. Digo isso porque a primeira dissertação a entrar do banco do Programa é de uma pesquisadora e educadora negra, Adelize Pereira de Jesus, cujo tema “Educação de Jovens e Adultos e Violência contra Mulheres no Alto Sertão da Bahia” ilustra muito bem o emergir de estudos de e sobre mulheres historicamente invisibilizadas do Alto Sertão.

Um caminho factível e com grande potencial para se realizar uma intervenção qualificada a partir do entrecruzamento entre teoria e prática, é a perspectiva da ecologia de saberes nos moldes do que propõe Santos (2009). No Território Sertão Produtivo e região, no que tange à questão de gênero e afins, ela pode ser uma estratégia para reunir o campo acadêmico e o campo político para os desafios apontados pelos feminismos e se trabalhar as questões de Gênero em vários segmentos, onde destaco o papel estratégico que a Universidade do Estado da Bahia pode ocupar ainda mais, haja vista sua presença com *campus* em várias cidades da região. Menos importante para esta tarefa, não são os coletivos de mulheres, que têm crescido cada vez mais, bem como sindicatos rurais e de categorias e movimentos sociais de uma forma geral. A UNEB pode vir a se constituir em um pólo agregador desse debate de forma permanente, e que seja capaz de tornar o saber acadêmico mais acessível sem colocá-lo em um pedestal, assumindo ainda a tarefa de valorizar os múltiplos saberes, entre eles a experiência e agência de mulheres do Alto Sertão, entre elas, mulheres lavradoras, camponesas, ou como quer que se nomeie, as quais foram historicamente epistemicizadas de diversas formas e excluídas sob as mais diferentes perspectivas.

EXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Deitar o olhar sobre o percurso desse trabalho, considerando as indagações e objetivos que constituíram o seu ponto de partida, permite concluir que o mesmo alcançou seu propósito, apesar das lacunas e possibilidades que continuam a se apresentar. Destarte, ao analisar a agência coletiva de mulheres lavradoras das comunidades rurais Careta e Capoeirão, de Ibiassucê – BA, foi possível depreender que os reflexos nas relações de gênero e no seu cotidiano, são significativos. O processo de mobilização social ocorrido nas comunidades dos grupos pesquisados tem desencadeado um percurso de empoderamento que, mesmo relativo e em fase inicial, tem estimulado a agência individual e coletiva e isso tem afetado de alguma maneira as relações de gênero no âmbito familiar e comunitário, seja ao estimular modificações na forma de educar os filhos, entre eles filhos homens, seja pela mudança na forma como as mulheres são vistas pelos homens e pela comunidade local, ou ainda no modo como elas lidam com comportamentos e atitudes machistas, entre outras sutilezas que ficam subjacentes e estão relacionadas às subjetividades das participantes envolvidas. Isso ocorreu, também, em grande medida, conforme fica claro na fala das participantes, em decorrência dos espaços de educação não formal, que tem acompanhado a organização grupal, a exemplo de reuniões, oficinas, cursos, rodas de conversa, intercâmbios, entre outros, além da convivência grupal no cotidiano das atividades. Isso evidencia duas questões relevantes: a primeira delas é que a dimensão coletiva foi fator fundamental desse processo em torno e a partir da qual a agência foi sendo engendrada. E a segunda, é a importância e o papel da educação não formal como instrumentos de construção do conhecimento em prol da transformação social e da luta por direitos.

É possível considerar que, em ambas as comunidades há fagulhas de empoderamento que envolvem as participantes e caso sejam estimuladas, podem abrir caminhos para chamadas com vigor suficiente para desencadear um processo mais consistente de agência tanto individual quanto coletiva. E mesmo o percurso sendo grupal e a agência, coletiva, é importante ressaltar que os níveis desse empoderamento e da agência de cunho individual são e serão sempre diferenciados entre cada participante, em decorrência de um conjunto de variáveis que por certo fluirão para constituírem a subjetividade de cada uma delas, assim também como cada uma lida com essas vivências. Cabe destacar, porém, que efetivamente é impossível dissociar agência individual da coletiva; ao nomear a primeira, o objetivo é tão somente ressaltar que ela existe e influencia no processo da segunda.

Quanto à agência individual e/ou coletiva das pessoas, e em especial das mulheres, cabe destacar ainda o papel exercido pelas organizações da sociedade civil no processo de mobilização social e aporte a partir da implementação de ações e programas advindos do Estado, mas executado por organizações da sociedade civil, especialmente no que se refere à assistência técnica. Todavia, não se pode, em hipótese alguma, descartar as atribuições e responsabilidades do estado quanto a outras políticas e direitos fundamentais, exigindo, portanto, enfrentamentos permanentes junto ao Estado no que tange à garantia desses direitos. Paralelo a isso, é necessária a luta permanente contra o sistema do mundo moderno colonial e contra todas as opressões dele indissociáveis, das quais o Estado também é signatário.

Outro aspecto a ser enfatizado é o aparecer tanto das mulheres para as suas comunidades e região, como das próprias comunidades nas esferas municipal e regional a partir da organização dos grupos produtivos. Esse aparecer coletivo tem um significado relevante para as pessoas dos grupos Flor, Fruto e Sabor e Mulheres Guerreiras do Sertão e para suas comunidades, sendo uma expressão de resistência a múltiplas opressões, que, poderíamos dizer, contém um significado de subterfúgio à histórica invisibilização e epistemicização dessas comunidades e de seus habitantes, e, portanto, à colonialidade que insiste em negar existências plenas a essas comunidades e seus povos. Esse aparecer também significa a ocupação de lugares e de espaços públicos outrora ocupados apenas por homens.

Além dos aspectos acima expostos, apesar das limitações impostas pela pandemia, considero que o trabalho também alcançou seu objetivo no que tange à contribuição com o processo de formação/educação na perspectiva do diálogo nas comunidades envolvidas, para a transformação das relações de gênero, quando realizou entre outras atividades, as Rodas de Conversa. A partir de manifestações das participantes, foi possível deduzir que elas constituíram momentos significativos de reflexão sobre as relações de gênero e sobre a possibilidade de se construir novas sociabilidades nos âmbitos familiar e comunitário.

O Semiárido Nordeste passou por transformações significativas nas últimas duas décadas, especialmente no tocante à vida de agricultoras (es) familiares que, em parte, coincidem com um processo que foi desencadeado a nível de país, sobretudo a partir do Governo Federal, entre 2003 e 2016 – processo esse freado a partir de 2016, com a interrupção ou sangria de um conjunto de políticas públicas voltadas para a população rural da região, especialmente para famílias no perfil da agricultura familiar. Ainda assim, um dos legados desse processo, no que concerne às populações do campo, consiste na agência empreendida por organizações da sociedade civil e por grupos diversos das gentes da região

que continuam a acreditar e construir novas possibilidades, apesar do difícil momento pelo qual o país e ainda mais intensamente a região, passam. E, mesmo neste contexto difícil, ocorre o surgimento e a continuação de grupos produtivos a exemplo destes protagonizados pelas participantes dessa pesquisa.

A pergunta que emerge é: quais seriam as razões pelas quais iniciativas coletivas, aparentemente tão simples e ,ao mesmo tempo, interessantes, demoraram tanto a começar nestas nossas comunidades rurais do Semiárido Nordestino? É importante pensar até que ponto a lógica coronelista construída a partir do fenômeno seca/ combate à seca, esteve e está ainda a atuar no campo da subjetividade de muitos (as) nordestinos (as) camponeses (as), como que a desestimulá-los (as) a empreenderem esforços que venham a desaguar na construção de autonomia enquanto *sujeitos* que superam a relação de dependência e subserviência no que tange às diversas figuras encarnadas em mandonismos coronelistas que ainda hoje se renovam nessa região, incidindo ainda mais sobre as gentes que vivem no campo do semiárido nordestino. Mas esta é uma questão em aberto, a qual carece de pesquisa específica, ficando, portanto, a sugestão para leitoras/es que se sintem motivadas/os para tal empreitada.

Desse modo, faz-se necessário continuar o caminho que vem sendo trilhado, a fim de estimular cada vez mais a agência coletiva no sentido de atuar, a partir das coisas mais simples, compreendendo que é esta uma alternativa para mexer mesmo que tímida e vagarosamente com velhas e resistentes estruturas como os mandonismos diversos e o patriarcado que encerra um conjunto de práticas que afetam as dignidades, junto com o que se convencionou chamar de políticas e princípios de combate à seca. Neste sentido a bandeira da convivência com o Semiárido aliada à economia solidária e as bandeiras que já se correlacionam com elas, como o feminismo e as diversas questões de gênero, continuam na ordem do dia para que se possa assegurar a continuidade do processo de transformação em curso. Para tanto, é fundamental uma sociedade organizada, capaz de cobrar e incidir sobre o Estado brasileiro, neste caso especialmente o executivo, para que este volte a implementar políticas públicas estratégicas na garantia de direitos dos povos da região, especialmente os do campo.

Há muitas sementeiras, entre elas a luta para a mudança de paradigmas do velho combate à seca para a convivência na região semiárida. Esta acaba por instrumentalizar mulheres na travessia para a construção de protagonismos, nos quais a agência coletiva é um possível instrumento de subversão ao velho estereótipo relacionado à submissão.

Cabe lembrar que uma das limitações a que muitos dos *insights* de agência coletiva, que de certa forma vão delineando fluidos de empoderamento, é o fato de se circunscreverem a transformações localizadas sem maiores impactos no sistema mundo moderno colonial e nas dimensões estruturais em torno das quais a sociedade se organiza e a partir das quais são estruturadas as opressões. Todavia, as experiências evidenciadas nesta pesquisa são de valor inestimável para suas comunidades, melhorando significativamente o bem-estar das pessoas envolvidas. E isso é um grande diferencial na vida grupo ou em trajetórias individuais, podendo contribuir na formação de consciência para enfrentamento a outras opressões. Por isso, muitos vivas aos modos de (re)existência das mulheres lavradoras sertão afora e sertão adentro, que, a despeito de toda colonialidade, teimam em construir o “bem viver”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

AGUIAR, José Otávio; BURITI, Catarina. Secas, Migrações e Representações do Semi-Árido na Literatura Regional: Por Uma História Ambiental dos Sertões do Nordeste Brasileiro. **Revista textos e debates**, Buriti, n. 15, p. 7-31, 2008. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/747>. Acesso em: 11 jan. 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. “O projeto de pesquisa”. In: ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 29-49.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Prefácio de Margareth Rago. 5 ed. São Paulo; Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013. (Coleção Entregêneros).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “Quem é froxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. **Projeto História (PUC-SP)**, São Paulo, v. 19, p. 173-188, 1999.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste. 2007. Disponível em: <http://enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/fl282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2021.

ALVES, Maria Odete; BURSZTYN, Marcel; CHACON, Sueli Salgueiro. Ação Coletiva e Delegação de Poder no Semiárido Nordestino: papel de lideranças locais e assessores externos numa comunidade rural. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 03, p. 409-432, Jul/Set 2015 – novembro de 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-567818069479005303003>. Acesso em: 29 fev. 2020.

ASSARÉ, Patativa do. Antônio Goncalves da Silva. **Nordestino sim, nordestinado não**. 1990. Disponível em: <http://www.poesiagalvaneana.com.br/2018/10/nordestino-sim-nordestino-nao-patativa.html>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BENEDICTO, Samuel Carvalho de; SILVA, Micheli Penido da; PEREIRA, Wellington Dias Pereira. Relações de Gênero e Poder nas Organizações: uma análise do comportamento humano no trabalho. In: I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho. **Anais (...)**, Natal, RN, 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ENGPR176.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BENHABIB, Seyla. Feminismo e pós-modernidade: uma aliança complicada. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas**. Um intercâmbio filosófico. Trad. de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 35-59.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Col. Feminismos Plurais/ Coordenação: Djamila Ribeiro; Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019. 184 p.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: Uma Introdução**. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2014, p. 28-54.

BONDÍA, Jorge Larossa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Barcelona, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

BRASIL. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. n. 1. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência, 2016. 70.p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/529424>. Acesso em jul. 2021.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional - Ministério da Integração Nacional. **Cartilha: Nova Delimitação do Semiárido Brasileiro**. Brasília, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BRINHOSA, Matheus. Estrutura e Agência na antropologia: do determinismo à dialética. **Revista do Curso de Graduação em Ciências Sociais UFSC Mosaico Social**, São Carlos, Ano XIV, n.8, p. 15-27, 2016. Disponível em: <https://cienciassociais.ufsc.br/files/2016/12/Artigo-2.-Brinhosa.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

BRITO, Eloha Cabreira; DAMAZIO, Mayara Rabassi. Desenvolvimento econômico no Brasil: Similaridades e diferenças entre as regiões Sul e Nordeste no período de 2001 a 2015. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano XX, v. 3, n. 41. Dez. 2018 - Salvador, BA – p. 167 – 198.

BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Ed. rev. e atual. por Helena Bonito C. Pereira, Rena Singner. São Paulo, FTD: Lisa, 1996.

CARDOSO, Luís Antônio. A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.265-295, nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a11>. Acesso em: 16 set. 2019.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 320 - 336, setembro-dezembro 2014. Pp. 965-986. Disponível em: <https://bit.ly/2xpIxM7>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Por uma epistemologia feminista negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. *Fazendo Gênero* 11. 201. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf Acesso em 21 abr. 2020

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**, [s.l.], v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em: 15 abr. 2020.

CARVALHO, Luzineide Dourado; REIS, Edmerson dos Santos. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro: fundamentos e práticas. **Caderno Multidisciplinar – Educação e Contexto do Semiárido Brasileiro**, Ano 08, n. 07, p. 23-40, 2013.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Mulheres em Ação: Revoluções, Protagonismo e Práxis dos Séculos XIX e XX. **Proj. História**, São Paulo, n. 30, p. 243-264, jun. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2VVLiyo>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COLLINS, Patrícia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. Tradução de Angela Figueiredo e Jesse Ferrel. **Cadernos Pagu**, n. 71, e 175118, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2yiCpvp>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CONTE, Isaura Isabel. A invisibilidade feminina. **Le Monde Diplomatique Brasil**, França, n. 16, s.p., 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3bWy8GF>. Acesso em: 21 Out. 2018.

COSTA, Tiago Pereira da. A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, Petrolina, PE, v. 7, n. 12, p. 118-139, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3fPdivc>. Acesso em: 05 mai. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v.10, n.1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3c896Vv>. Acesso em: 07 jan. 2020.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 22, n. 02, p. 231-245, 2019.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESPRET, Vinciane. O que diriam os animais se... Tradução Cícero de Oliveira. Caderno de Leituras. Chão da Feira. Belo Horizonte, n. 45, mai. 2016. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/05/cad.45_v.despret.pdf Acesso em: 26 jun. 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

ESTRELA, Ely Sousa. **Os Sampauleiros: Cotidiano e Representações**. São Paulo: Humanitas FFCLH/USP: Fapesp/Educ, 2003.

FIRMINO JUNIOR, Luiz Gonzaga. Do desenvolvimento territorial sustentável à sustentabilidade do Bem Viver territorial: A crise do desenvolvimento, a emergência do Bem Viver e o futuro da questão territorial no Nordeste do Brasil. *In*: **Anais II CONIDIS**. Campina Grande, PB, v. 1, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Z40fQK>. Acesso em: 11 mai. 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **O Império do Belo Monte: Vida e Morte de Canudos**. 1 ed., São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 112-145.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas:: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Democracia Racial. **Cadernos Penesb**, n. 4, p. 33-60, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/247567/mod_resource/content/1/Democracia%20racial.pdf. Acesso em: 02 mai. 2021.

GUIMARÃES. Soraia de Mello; QUIRINO, Raquel. A divisão sexual do trabalho e as relações de gênero no meio Rural. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. **Anais (...)**. Florianópolis, 2017.

GURGEL, Telma; CISNE, Mirla; ARAÚJO, Juliana Dantas. Feminismo e políticas públicas: reivindicações coletivas e autonomia política no Rio Grande do Norte. *In*: 19ª Conferência Mundial de Serviço Social: o desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual. **Anais (...)**, Brasília, CFESS, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 5, p. 07-41, 1995.

HENRIQUES, Marcio Simeone. Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. *In*: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais (...)**, Rio de Janeiro, 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Revista de sociologia da USP Tempo Social**, [s.l], v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. I Conferência Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. Documento final, Brasília, 26 à 29 de jun. 2006. 26 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/deliberacoes_1_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.

JARDIM, Maria Chaves; VASQUES, Lucas Flôres. A “boa combinação” entre gênero e sociologia econômica: uma (re)leitura dos mercados inspirada em Viviana Zelizer. **Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais**, [s.l], v. 2, n. 2, p. 122-149, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2AsrWZp>. Acesso em: 13 mai. 2020.

JESUS, Adelize Pereira de. Educação de jovens e adultos e violência contra mulheres no Alto Sertão da Bahia. 2020. 121f. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia, Caetitê, 2020. Disponível em: <http://www.ppgels.uneb.br/wp-content/uploads/2021/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-ADELICE-PEREIRA-DE-JESUS-2021.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

JESUS, Tatiana Farias de. **Trabalhadoras rurais de Feira de Santana: Gênero, poder e luta no Sindicato (1989-2002)**. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9981>. Acesso em 07 mar. 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a Transgredir: A Educação como prática de Liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KILOMBA, Grada. A máscara. Tradução, Oliveira, J. **Cadernos de Literatura em Tradução**, São Paulo, n. 16, p. 171- 180, 2010.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento: Uma Palestra-Performance** de Grada Kilomba. Tradução, Oliveira, J. São Paulo: Goethe-Institut, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução, Oliveira, J. Rio De Janeiro: Cobogó, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LINHARES, Larissa Ingrid Marques; SOBRINHO, José Falcão. Do combate à seca a convivência com o semiárido: um estudo de caso no distrito de Caracará, Sobral, Ceará. I Congresso Internacional de Meio Ambiente e Sociedade. *Anais (...)*, Sobral, CE, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2AoXwHj>. Acesso em: 11 mai. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LUGONES, María. Colonialidad y Género1. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2L4iZrn>. Acesso em: 08 jan. 2020.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - Uma Visão Holística**. Série Pensar o Brasil e Construir o Futuro da Nação. Brasília: Confea, 2007.

MANTOVANELLI, Thais Regina; TSELOUIKO, Stéphanie. FERREIRA. VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. Apresentação. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1640>. Acesso em: 21 set. 2019.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Um Pé Na Roça - Outro Na Universidade: Experiências de acesso e permanência de Jovens Mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)**. 2019. 368f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-BBPFV2>. Acesso em: 09 mai. 2020.

Martuscelli, Danilo Enrico (Org.). **Os desafios do feminismo marxista na atualidade**. 1. ed. Chapecó: Coleção marxismo 21, 2020.

MENDES JÚNIOR, Renato César Aragão; OLIVEIRA, Marize Luciano Vital Monteiro de. **Do Combate À Seca À convivência com o semiárido: Reflexões preliminares sobre O P1+2 no espaço agrário cearense**. I Congresso Internacional de Diversidade do Semi-árido. *Anais (...)*, Salvador, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Carole Pateman e a crítica feminista do contrato. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasília, v. 32, n. 93, p. 1- 17, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/329303/2017>. Acesso em 10 mai. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Teoria, Método e Criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A Comunidade: Da sociologia clássica à Sociologia Contemporânea. **Plural. Revista do Programa de Pós - Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n.2, p. 105 – 125, 2011. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74542>. Acesso em: 21 jul. 2021.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012a.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7313>. Acesso em 24 abr. 2020.

NEVES, Frederico de Castro. O Nordeste e a Historiografia Brasileira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.5, n. 10, 2012b. Disponível em: <https://bit.ly/3d1nui6>. Acesso em: 11 jan. 2019.
NEVES, Frederico de Castro. Seca, pobreza e política: o que é politicamente correto para os pobres? **Trajeto - Revista de História da UFC**, Fortaleza, v. 7, n. 13, p. 186-201, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28605>. Acesso em 10 jan. 2021.

NICHOLSON, Linda. Introdução. In: BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. **Debates feministas**. Um intercâmbio filosófico. Trad. de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p. 9-31.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Trad. Luiz Felipe Guimarães Soares. **Estudos Feministas**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 23-382000. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3fhlILZ>. Acesso em: 29 jul. 2019.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **Mulheres Baianas em Tessituras de Memórias e Ficções: Subjetividades Femininas**. Salvador: EDUNEB, 2020.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. **Mulheres, história e literatura em João Gumes**. Alto sertão da Bahia, 1897-1930. São Paulo: Intermeios, 2015.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. Mulher que vale à Penna: representações do feminino na imprensa do Alto Sertão Baiano (1900 A 1930). In: Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. **Anais (...)** Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: <https://bit.ly/35W4JKG>. Acesso em: 21 abr 2020.

NOGUEIRA, Maria Lúcia Porto Silva. Subjetividades femininas em autobiografias: histórias para a história. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais (...)**, Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X <https://bit.ly/2AoXU8J>. Acesso em: 21 abr. 2020.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGS de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n° 112, p. 61-83, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

OLIVEIRA FILHO, Valdinar da Silva. Que seja eterno enquanto dure, que seja eterno enquanto duro: narrativas para A História e a Psicanálise (1900-1950). **Revista Faces de Clio**, [s.l.], v. 4, n. 7, p. 178-198, 2018.

OLIVEIRA, Luciano. Comunidade e sociedade – Notas sobre a atualidade do pensamento de Ferdinand Tönnies. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 4 n. 1.p. 105-118, jan/jun., 1988.

OLIVEIRA, Luzia Barbosa de. **Reconfiguração territorial, o espaço municipal, seus limites e implicações socioeconômicas**. 2019. 176f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019. Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppgeo/wp-content/uploads/2020/03/Disseta%C3%A7%C3%A3o-para-a-PPGEO-_Luzia-Barbosa-de-Oliveira.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Traducción de Alejandro Montelongo González Bogotá, Colômbia: Editorial en la frontera, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das Epistemologias africanas. **CODESRIA. Gender Series**. Dakar, v. 1, p. 1-8, 2004.

PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa. O Sertão Semiárido como Possibilidade de Pesquisa: A Dialética Territorial e a Sustentabilidade Socioambiental Local. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, v. 3, n. 4, p. 07-22, jan./dez. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/35XZASe>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Descolonizar as lutas: a proposta do feminismo comunitário. Trad. Tereza Spyer. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n.1. p.74-87,2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/2470/2136> Acesso em: 08 fev.2022.

PAREDES CARVAJAL, Julieta. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Entrevista concedida a Teresa Spyer, Mariana Malheiros e Maria Camila Ortiz. Trad. Mariana Malheiros. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n.2. p.22-42, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Alid%C3%A9ia/Downloads/2465-Texto%20do%20artigo-8658-1-10-20200809.pdf> Acesso em: 08 fev. 2022.

PEDRO, Maria Joana. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Apresentação Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2zNAfOZ> Acesso em: 01 mai. 2020.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres, Prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida: trajetórias de escravos e libertos no alto sertão da Bahia - Rio de Contas e Caetitê (1860-1920)**. 2005. Tese (Doutorado de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PORTELLI, Alessandro. História oral e poder. *Mnemosine*, **Fortaleza**, v.6. n. 2, p. 2-13, 2010.

PTDRS – Território Sertão Produtivo. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf . Acesso em: 25 jun. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**, Coimbra. Almedina, v. ?, n. ?, p. 73-118, 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. (Orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2KQPs4j>. Acesso em: 09 jan. 2019.

RAGO, Margareth. **Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos**. Florianópolis: 2002, Ed. Mulheres. Disponível em: <https://bit.ly/35mpA9I>. Acesso em: 16 set. 2019.

REIS, Edmerson dos Santos. Educação para a convivência com o semiárido: desafios e possibilidades. In: SOUSA E SILVA, Conceição de Maria de; LIMA, Elmo de Souza; CANTALICE, Maria Luíza de; ALENCAR, Maria Tereza de; SILVA, Waldirene Alves Lopes da. (Orgs). **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto**, 2010.

REIS, Sônia Maria Alves De Oliveira. **Mulheres Camponesas e Culturas do Escrito: Trajetórias de Lideranças Comunitárias Construídas nas CEBS**. 2014. 263f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

RESENDE, Ana Catarina Zema de; NASCIMENTO. Sandra Márcia. Lógicas do Sistema Mundo Moderno Colonial e violências contra os Povos Indígenas no Brasil. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, local, v. 21, n. 2, p. 90 – 111, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Simone de Beauvoir e Judith Butler: Aproximações e distanciamentos e os critérios da Ação Política**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos-SP, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2WTMBwX>. Acesso em: 13 mai. 2020.

RIBEIRO, Marcos Profeta. **Mulheres e poder no alto sertão da Bahia: a escrita epistolar de Celsina Teixeira Ladeia (1901 a 1927)**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/13194> Acesso em 07 jan. 2021.

RIOS, Pedro Paulo Souza *et al.* Mulheres No Semiárido Brasileiro: Uma História Invisibilizada. **Rev. Ouricuri**, Paulo Afonso, Bahia, v.5, n. 2, p. 1-17, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/view/1482/973>. Acesso em: 20 abr. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAID, Magnólia Azevedo; MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. Mulheres e agroecologia: Multiplicadoras agroecológicas Transformando o Semiárido. *In:* HORA, Carla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e de gênero**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula. Introdução. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeidina, 2009, p. 9-20.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa Santos; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeidina, 2009, p. 23-72.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 30, e 200112, 2018.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/329407751_NOTAS_DESOBEDIENTES_DECOLONIALIDADE_E_A_CONTRIBUICAO_PARA_A_CRITICA_FEMINISTA_A_CIENCIA .

Acesso em: 17 fev. 2021.

SARDENBERG, Cecília M. B. Gênero e políticas para mulheres no Brasil: Reflexões em torno de uma experiência doída. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia-MG, v.. 28, n. 2 p. 61-79, 2015.

SARDENBERG, Cecilia M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 11 n.2, p.15-29, 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 09 mai. 2020.

SCOTT, Russell Parry. Ruralidade e Mulheres responsáveis por domicílios no Norte e No Nordeste. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 425-436, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado) Brasília – DF, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5591?mode=full>. Acesso: 08 jan. 2019.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido, 2003. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922003000100017. Acesso em: 02 jul. 2019.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no semiárido baiano**. 2014. 250f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de. Trajetórias e experiências de Mulheres Agricultoras. Gênero e Ruralidades. *In*: 19 REDOR. **Anais (...)**, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: http://www.sinteseeventos.com.br/redor_2016/gt16.pdf. Acesso em 07 mar. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução do original em inglês: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014 [1985].

TAMANINI, Paulo Augusto; SILVA. Enoch Douglas Roberto da. O Nordeste, as imagens e o ensino: o real e o imaginário na iconografia da seca. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 317-337, maio/ago. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/10815-Texto%20do%20artigo-52006-1-10-20190523.pdf>. Acesso em 10 jan 2021

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, [s.l.] n. 5. p. 9-28. Jun. 2002.

TSING, Anna Lowenh. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; PEDRO, Joana Maria. A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, [s.l.], n. 38, p. 225- 250, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29077/20567> Acesso em 16 out 2021.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____

Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____/(____) _____/_____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:

Pesquisa intitulada: “**Agência De Mulheres Camponesas em Comunidades do Semiárido Baiano**”.

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Alideia Oliveira Rodrigues

Página 1 de 4

Rubrica pesquisador: _____

Rubrica participante: _____

Cargo/Função: Discente da Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade.

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

- O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: pesquisa “**Agência De Mulheres Camponesas em Comunidades do Semiárido Baiano**”, de responsabilidade da pesquisadora Alideia Oliveira Rodrigues, discente do Programa de Pós-Graduação Ensino, Linguagem e Sociedade da Universidade do Estado da Bahia – Campus VI, que tem como objetivo analisar a agência de mulheres camponesas de comunidades do Semiárido e seus reflexos nas relações de gênero, a partir de políticas públicas de convivência desenvolvidas nesse espaço, a fim de produzir apontamentos com potencial para a melhoria do ensino no semiárido da Bahia.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista e observação da Estudante Pesquisadora Alideia Oliveira Rodrigues que realizará as entrevistas e as observações. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são: Tomar o tempo do sujeito ao participar das oficinas; interferência na vida e na rotina dos sujeitos; conflitos concernentes aos contextos de produção das pesquisas em Antropologia e pedagogia; sinais verbais e não verbais de desconforto. caso consumados, serão reparados pelo Pesquisador Responsável, nos termos das legislações específicas do Estado Brasileiro. Com o intuito de diminuir esses riscos, a pesquisadora buscará maneiras para minimiza-los, dentre elas: estar atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto; garantir o acesso aos resultados individuais e coletivos; assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio e/ou econômico – financeiro; assumir postura ética frente aos contextos de produção das pesquisas.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para trazer benefícios, dentre os quais: Produção de conhecimento histórico e cultural para a comunidade acadêmica; divulgação dos resultados para a comunidade estudada e a comunidade acadêmica; O conhecimento

adquirido por meio de palestras e rodas de conversas os elucidará sobre as relações de gênero e os processos de permanência e maior visibilidade à mulher do campo.

Caso aceite o(a) Senhor(a) será observado em roda de conversa e entrevistado caso aceite. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora, na Comunidade Capoeirão, Zona Rural, Ibiassucê, Bahia, CEP 46390-000. Telefone: (77) 991486910; E-mail: alideia.juventude@yahoo.com.br ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do estado da Bahia - CEP/UNEB. Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23. Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120. e-mail: cepuneb@uneb.br Fone: (71) 3312-3420, 3312-5057, 3312-3393 ramal 250.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Alideia Oliveira Rodrigues

Endereço: Comunidade Capoeirão Zona Rural, Ibiassucê, Bahia, CEP 46390-000.

Telefone: (77) 991486910

E-mail: alideia.juventude@yahoo.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do estado da Bahia - CEP/UNEB

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23. Água de Meninos, Salvador- BA.

CEP: 40460-120.

e-mail: cepuneb@uneb.br

Fone: (71) 3312-3420, 3312-5057, 3312-3393 ramal 250

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP- End: SRTV 701, Via W 5

Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF

Segundo normatização da RESOLUÇÃO Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, Os Comitês de Ética na Pesquisa são:

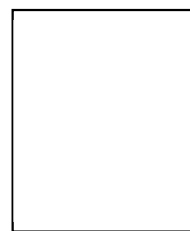
"[...] colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos”.

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto “**Agência De Mulheres Camponesas em Comunidades do Semiárido Baiano**”, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: ____/____/____

Assinatura do participante



Impressão do dedo
polegar

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura da testemunha

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS

Discente: Alidéia Oliveira Rodrigues

Linha de Pesquisa III – Ensino, Sociedade E Ambiente

“Mulheres lavradoras: Modos inventivos de (re)existência em comunidades rurais do semiárido baiano

”

Roteiro orientador para entrevista de Lideranças

Entrevistadas: Líderes representantes do Grupo Flor, Fruto e Sabor - Comunidade Capoeirão e do Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão - Comunidade Careta - Município de Ibiassucê – Bahia.

Entrevistadora: Alidéia Oliveira Rodrigues

Data da entrevista: _____

Liderança(s) entrevistada(s):

1-Como surgiu a ideia de formar um grupo para desenvolver uma atividade que gerasse renda?

2-Quem compõe o grupo? () Só Mulheres _____ () Mulheres _____ e Homens _____

3-Quais os principais objetivos ao formar o grupo?

4-Poderia comentar sobre o nome do grupo? A razão da escolha, o significado...

5-A comunidade tem quantas famílias? Quantas destas estão no grupo?

6-Como tem sido a experiência de trabalhar coletivamente?

7-Quais forças (pontos positivos) favorecem vocês na atividade coletiva?

8-Quais as maiores dificuldades enfrentadas?

9-Quais dessas dificuldades já foram superadas? Quais dessas dificuldades ainda persistem?

10-O que vocês produzem? Explique o motivo pelo qual a escolha se deu para desenvolverem esta atividade.

11-Quais avanços vocês avaliam que já conseguiram?

12- Vocês recebem algum apoio? De quem? Como acontece esse apoio?

13-Quais são os principais objetivos do Grupo, a curto, médio e longo prazo?

14- Como vocês vêem as relações de gênero em relação às atividades do grupo? Tem alguma influência? O que vocês gostariam de acentuar?

15- O andamento dos trabalhos do grupo sofreu algum impacto com a pandemia? Poderia comentar?

16-O que você gostaria de falar que eu não tenha perguntado?

Observações:

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL DE MULHERES

Discente: Alidéia Oliveira Rodrigues

Linha de Pesquisa III – Ensino, Sociedade E Ambiente

“Mulheres lavradoras: Modos inventivos de (re)existência em comunidades rurais do semiárido baiano”

Roteiro orientador para entrevista individual de Mulheres*

Entrevistadora: Alidéia Oliveira Rodrigues / Data da entrevista: _____

Comunidade:

() Careta/ Grupo Mulheres Guerreiras do Sertão () Capoeirão Grupo Flor, Fruto e Sabor

IDENTIFICAÇÃO

NOME: (OPCIONAL) _____

Idade: _____ Cor: _____

Escolaridade: _____ Religião: _____

1-Quantos membros tem sua família?() 1.1.Filhos? () Não () Sim.Quantos? _____

2-De onde vem a renda que mantém a família?

3-Qual o seu trabalho/profissão?

4-Solteira () Casada() Se tem companheira/cônjuge, ele trabalha? Em que? _____

5- Há quanto tempo você faz parte do grupo?

6-O que levou você a ingressar no grupo?

7-Qual seu principal objetivo ao participar dessa atividade coletiva?

8-Qual sua função/trabalho no grupo?

9- Quais as maiores dificuldades enfrentadas ao entrar para esta atividade?

10-Quais dessas dificuldades já foram superadas? Quais dessas dificuldades ainda persistem?

11-Como seu cônjuge(marido/companheiro) reagiu à sua entrada no grupo de mulheres?

() Não se aplica (Mulheres solteiras)

8-Como era sua rotina antes do grupo?_____

9- Quais foram as alterações que ocorreram nessa rotina após sua participação no grupo?

10- E em relação à convivência em casa? Houve alguma mudança com o companheiro(cônjuge)?Se a resposta for sim, você poderia citar quais foram essas mudanças?

11-Como tem sido a experiência de trabalhar coletivamente?

12- Quais são os pontos positivos e/ou negativos de participar do grupo?

13-O que o grupo significa para você?_

14-Quais avanços você acha que já conseguiu a partir de seu envolvimento com o grupo?

15- O que você gostaria de falar que eu não tenha perguntado?

Observações:

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM HOMENS

Discente: Alidéia Oliveira Rodrigues

Linha de Pesquisa III – Ensino, Sociedade e Ambiente

“Mulheres lavradoras: Modos inventivos de (re)existência em comunidades rurais do semiárido baiano”

Roteiro orientador para entrevista com Homens

Comunidade: () Careta () Capoeirão

Entrevistados: Pessoas que se reconhecem do sexo masculino, que são cônjuges de pessoas que se reconhecem do sexo feminino (que fazem parte dos Grupos: Mulheres Guerreiras do Sertão, da Comunidade de Careta e do Grupo Flor, Fruto e Sabor, da Comunidade de Capoeirão, ambas do município de Ibiassucê- Bahia).

Entrevistadora: Alidéia Oliveira Rodrigues Data da entrevista: _____

IDENTIFICAÇÃO

NOME: (OPCIONAL) _____

Idade: _____ Cor _____ Religião _____

Comunidade: _____

1-Quantos membros tem sua família? _____

1.1. Filhos? _____ Quantos? _____

2-De onde vem a renda que mantém a família?

3-Qual o seu trabalho/profissão?

4-A mulher (companheira/cônjuge) trabalha em que?

5-Ela já trabalhava antes da organização do grupo de mulheres?

7-O que você costuma fazer na sua rotina?

8-E o que ela faz na rotina?

9-Você costuma fazer quais das seguintes tarefas domésticas e familiares?

() Preparar comida () Lavar louça () Lavar/passar roupa

() Limpar casa, () Fazer feira () Cuidar das plantas/hortas

() Ensina tarefa às crianças () Vai na reunião da escola dos(as) filhos(as)

() Outras _____

10-O que você acha da participação de sua companheira no Grupo Coletivo da Comunidade? _____

11- A participação dela nesse grupo mudou alguma coisa na vida de vocês? Se sim, o que mudou?

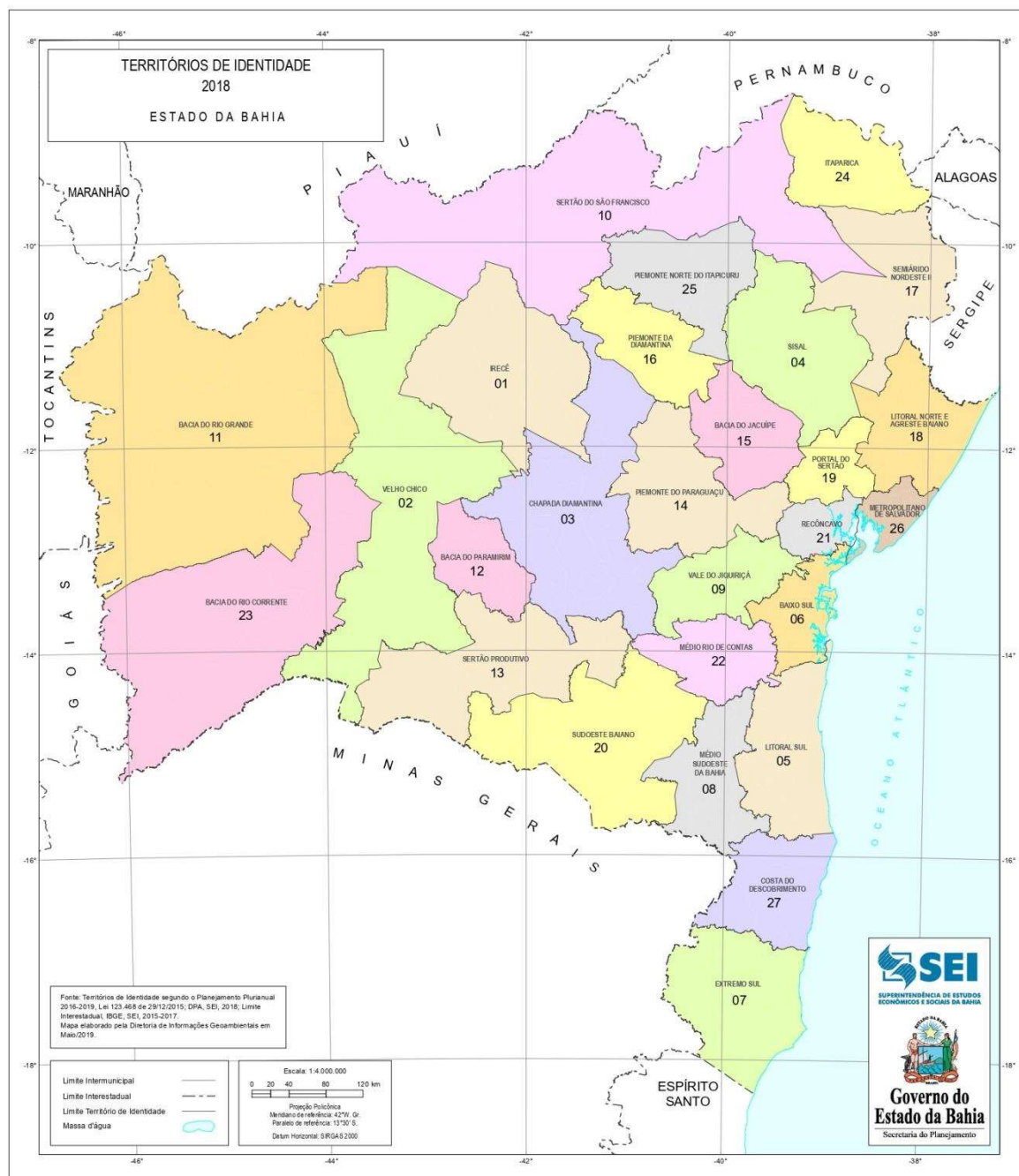
12- Como você vê o envolvimento das mulheres neste tipo de atividade?

13- O que você gostaria de acrescentar em nossa conversa?

Observações:

ANEXO A - MAPA DOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Figura 5 - Anexo I - Mapa dos Territórios de Identidade 2018 do Estado da Bahia



Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>